

Felino Manuel Cacopa

**Gestão do Risco de Crédito Bancário: Experiência no Sector
Bancário Angolano**

LISBOA

2015



Instituto Superior de Gestão

Gestão do Risco de Crédito Bancário: Experiência no Sector Bancário Angolano

Felino Manuel Cacopa

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão
ISG Lisboa, como requisito parcial para obtenção do Grau
de Mestre em Gestão Financeira.

Orientador. Prof. Doutor Belmiro Gil Cabrito

LISBOA

2015

Resumo

Num ambiente de constantes transformações económico-financeiras e com o avanço tecnológico, como o que Angola atravessa, as empresas e os particulares devem ser ágeis para enfrentarem os desafios e aproveitar as oportunidades que aparecem. Depois do período de implementação e utilização diária de modelos internos para gestão do risco e de capitais no mercado internacional, as instituições financeiras nacionais passaram a preocupar-se em desenvolver os seus próprios modelos para mensuração do risco de crédito. Esses modelos procuraram evitar perdas inesperadas de uma carteira de empréstimos em decorrência de mudanças na qualidade de crédito dos devedores.

Neste contexto, existem, por um lado, os principais modelos teorias de avaliação de risco, nomeadamente: i) Value at Risk; ii) Teoria de Cenários; iii) Monte Carlos estruturado; iv) Simulação Histórica; e v) metodologia de Credit scoring. Por outro lado, incluem-se metodologias desenvolvidas pelas maiores instituições financeiras mundiais, tais como: a) Credit Metric; b) KMV; c) CreditRisk+; d) CreditPortfolio; e) RAROC (Retorno Ajustado ao Risco nas Operações de Crédito Bancário) e f) indicadores financeiros., quase todas usadas pela maioria das instituições para mensuração e estimação do risco de crédito. O seu uso tem-se tornado comum no processo de gestão de crédito, com objetivo principal de ajudar os gestores na tomada de decisão.

Este trabalho propõe-se enumerar e descrever os principais modelos teóricos e práticos de mensuração de risco para a determinação do valor do risco, comparando com as metodologias e procedimentos usados pelas instituições financeiras angolanas. O objetivo da dissertação consiste em avaliar a possibilidade de aplicação desses modelos na gestão de risco de crédito nos cinco maiores bancos angolanos. São também discutidas as vantagens e desvantagens apresentadas por cada modelo, bem como os impactos que as características dos modelos apresentam.

Palavra-Chave: gestão de risco, crédito, instituições financeiras, risco de crédito.

Abstract

In a context of economic and financial changes and technological progress as happens in Angola, companies and individuals are expected to be wise in facing the challenges and taking up the emerging *business* opportunities. After a considerable trial period implementing internal risk and capital management models in the financial global market, the national financial institutions started caring about developing their own credit risk measurement models. These models sought after preventing unexpected losses in a loan *portfolio* due to changes in the debtors' credit quality.

In this context, there have, on the one hand, the most relevant theoretical risk assessment models, such as: i) Value at Risk; ii) Theory of Scenarios; iii) Structured 'Monte Carlos'; iv) Historical Simulation; and v) Credit scoring method. On the other hand, we can talk of credit risk management methods developed by great global financial institutions, as for example: a) Credit Metric; b) KMV; c) Credit Risk+; d) Credit Portfolio; e) RAROC (Risk-Adjusted Return on Capital); and f) financial descriptors, regularly used by the majority of institutions for the measurement and speculation of credit risk. The use of these models has become common in the process of credit management, with the objective of helping *managers* in decision making.

The current research paper aims at enumerating and describing some of the main theoretical and practical models for credit risk measurement in order to determine credit value, compared to the methods and procedures regularly used by financial institutions in Angola. The main objective of this dissertation is to assess the feasibility of the application of the proposed credit risk management models, especially in the five greater banks operating in Angola. The advantages and disadvantages of each of the models are discussed as well as the impact their characteristics display.

Key-words: risk management, credit, financial institutions, credit risk.

Agradecimento

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por me permitir que tenha força e coragem para lidar com as adversidades em todos os momentos.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Belmiro Gil Cabrito, por todo apoio e paciência que teve comigo. Agradeço-lhe pela sua boa disposição, compreensão, conselhos e total disponibilidade que revelou em todas as fases do trabalho e, acima de tudo, pela confiança que depositou em mim.

Aos meus pais João Ângelo Cacopa (em memória) e Adelaide Aida Kandjala, por terem respondido ao mandato de Deus, para me cuidarem e fazerem de mim um homem íntegro.

Aos meus irmãos e sobrinhos pelo apoio que me deram em todas as fases da minha vida, que se revelou crucial para a elaboração desta dissertação. Agradeço-lhes pela compreensão pela habitual motivação com que pude contar ao longo deste trabalho.

Especialmente Daniel João Cacopa que tem sido além de irmão, pai e um mentor para mim.

À minha namorada Rosalina Carlos, por ser a mola propulsora do meu estudo e pela sua amabilidade e compreensão incondicional e desmedida.

A toda minha família especialmente a Marlene Canhema, Misse e Luísa pelos inúmeros ensinamentos, a família Fiúza pelo cuidado e atenção transmitido no convívio e no dia-a-dia no decurso do meu mestrado.

Ao Diretor Luís António por todo apoio, à Doutora Maria da Conceição aos meus Professores do ISG, cujas aulas e experiência me motivaram a enveredar para os estudos na área de Gestão financeira, que se revelou verdadeiramente aliciante e que pretendo aprofundar em projetos de investigação futuros.

Aos meus colegas de mestrado, trabalho e amigos, pela força que sempre me transmitiram para elaborar o projeto e valiosas críticas e sugestões que me motivaram a concluir este trabalho.

Ao Carlos Fiúza, Roberto Ailton, Félix Chijengue e Joaquim Jerónimo pelas sugestões e correção técnica do livro. E a todos que direta e indiretamente contribuíram para que a dissertação viesse à luz.

Lista de Abreviaturas

| | |
|--------|---|
| ABS | Asset-Backed Securities |
| AC | Análise de Cenário |
| BI | Bilhete de Identidade |
| CSBB | Comité de Supervisão Bancária de Basileia - |
| CSFB | Credit Suisse First Boston |
| DM | Default Mode |
| FERAMA | Federation of European Risk Management Associations |
| FHA | Federal Housing Authority |
| FHLB | Federal Home Loan Bank |
| FHLMC | Federal Home Loan Mortgage Corporation |
| FNMA | Federal National Mortgage Association |
| MBS | Mortgage backed securities |
| PD | Probabilidty Of Defaut |
| RAROC | Retorno Ajustado ao Risco nas Operações de Crédito Bancário |
| RCL | Rácio de Cobertura de Liquidez |
| RLLP | Rácio de Liquidez a Longo Prazo |
| RWA | Risk Weighted Assents |
| SH | Simulação Histórica |
| SPV | Special Purpose Vehuce |
| SIRC | Sistema Nacional de Informações de Registro Civil |
| VaR | Valor do Risco (Value Risk) |

Índice

| | |
|--|------|
| Resumo | i |
| Abstract..... | ii |
| Lista de Abreviaturas..... | iv |
| Índice de Figuras | viii |
| Índice de Tabelas | viii |
| Índice de Gráficos..... | viii |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| ENQUADRAMENTO TEÓRICO | 3 |
| 1. Conceitos de banco..... | 4 |
| 1.1. Função do banco..... | 4 |
| 1.2. Conceitos de risco..... | 5 |
| 1.2.1. Tipos de riscos no sector bancário..... | 7 |
| 1.3. Conceitos de crédito | 11 |
| 1.3.1. Tipos de créditos concedidos pelas instituições bancárias | 12 |
| 1.4. Conceitos do risco de credito | 15 |
| 1.5. Gestão do risco de crédito | 16 |
| 1.6. Análise do risco de crédito | 19 |
| 1.6.1. Tomada de decisão de crédito | 20 |
| 1.7. Modelos de gestão do risco | 22 |
| 1.7.1. Credit scoring | 22 |
| 1.7.1.2. Casuística | 26 |
| 1.7.1.3. Regressão linear | 27 |
| 1.7.1.4. Regressão logística..... | 28 |
| 1.7.1.5. Scoring de aceitação..... | 29 |
| 1.7.2. Valor do risco (Value at Risk – VaR)..... | 31 |
| 1.7.3. Simulação histórica | 32 |
| 1.7.4. Análise de cenário (AC) | 34 |
| 1.7.5. A Simulação de Monte Carlo | 35 |
| 1.7.6. Modelos institucionais de gestão de risco | 36 |
| 1.7.6.1. CreditMetrics..... | 37 |
| 1.7.6.2. Modelo KMV | 37 |
| 1.7.6.3. CreditRisk+ | 38 |

| | | |
|----------|---|----|
| 1.7.6.4. | CreditPortfolioView | 40 |
| 1.7.6.5. | RAROC – Retorno Ajustado ao Risco nas Operações de Crédito Bancário | 40 |
| 1.7.7. | Modelos dos indicadores económico-financeiros..... | 42 |
| 1.7.7.1. | Rácios económico ou de equilíbrio a curto prazo | 42 |
| 1.7.7.2. | Rácios financeiro ou de alavanca financeira | 44 |
| 1.7.7.3. | Rácio de funcionamento..... | 45 |
| 1.7.7.4. | Rendibilidade do ativo total e do capital próprio | 47 |
| 1.8. | Acordos de Basileia | 48 |
| 1.8.1. | O Surgimento do acordo – Basileia I..... | 48 |
| 1.8.2. | O surgimento de novo acordo – Basileia II | 50 |
| 1.8.3. | O surgimento de novo acordo – Basileia III..... | 53 |
| 1.8.4. | O surgimento de novo acordo – Basileia IV..... | 55 |
| 1.8.5. | Regras de supervisão do sistema bancária..... | 56 |
| | CARACTERÍSTICA DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO | 59 |
| 2. | Estrutura do sistema financeiro em Angola..... | 60 |
| 2.1. | Posição relativa dos 5 maiores bancos angolanos | 61 |
| 2.2. | Evolução do mercado de crédito em Angola..... | 62 |
| 2.3. | Tipos de crédito em Angola..... | 64 |
| 2.4. | Risco de crédito no sistema financeiro angolano | 73 |
| 2.5. | Regras de supervisão do Banco Nacional de Angola..... | 75 |
| | ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO | 79 |
| 3. | Metodologia..... | 80 |
| 3.1. | Formulação do problema e a questão de pesquisa..... | 80 |
| 3.2. | Questão de investigação e objetivos | 80 |
| 3.3. | Natureza de estudo..... | 81 |
| 3.4. | Objeto de estudo | 82 |
| 3.5. | Estudo de caso | 82 |
| 3.6. | Instrumentos de recolha de dados..... | 85 |
| 3.7. | Justificação e importância do estudo | 86 |
| | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS | 87 |
| 4. | Análise e discussão dos dados | 88 |
| 4.1. | Fator da formação para os entrevistados | 88 |
| 4.2. | Crédito e tipo de risco bancário | 93 |
| 4.3. | Modelo e técnica de análise e avaliação do risco de crédito | 95 |

| | |
|---|-----|
| 4.4. Processo de decisões e prevenção de riscos | 96 |
| 4.5. Sobre os fatores do crédito | 99 |
| 4.6. Custo de falência e a gestão do risco | 103 |
| CONCLUSÃO..... | 106 |
| REFERÊNCIAS | 110 |
| ANEXOS: GUIÃO DAS ENTREVISTAS | 115 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1: Segmentação do <i>MIDDLE OFFICE</i> | 17 |
|---|----|

Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Estrutura do Sistema Financeiro Angolano..... | 60 |
| Tabela 2: Inflação acumulada e homóloga..... | 63 |
| Tabela 3: Variações do IPC (%)..... | 63 |
| Tabela 4: Pressupostos Macroeconómico, 2015 (%). | 64 |
| Tabela 5: Crédito total por sect. de activ. Económico em Angola (milhões de AOA). | 65 |
| Tabela 6: Classificação do risco de crédito por sector de actividade (%). | 78 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Ranking dos Créditos e Depósitos aos Clientes..... | 62 |
| Gráfico 2: Evolução do crédito aos particulares e empresas..... | 65 |
| Gráfico 3: Proporção de crédito concedido aos particulares (%). | 66 |
| Gráfico 4: Evolução do crédito por sector de activ. de serviço Colect., sociais e pessoais | 66 |
| Gráfico 5: Evolução do crédito habitação em Angola | 67 |
| Gráfico 6: Evolução do crédito ao consumo e outros fins em Angola..... | 68 |
| Gráfico 7: Evolução do crédito as Famílias e outros fins em Angola..... | 68 |
| Gráfico 8: Proporção de crédito concedido às empresas (%). | 69 |
| Gráfico 9: Evolução do crédito a agricultura e transportes | 70 |
| Gráfico 10: Evolução do crédito a saúde, educação e outros fins sociais em Angola..... | 71 |
| Gráfico 11: Evolução do crédito por sector do comércio por grosso e retalho | 71 |
| Gráfico 12: Evolução do crédito as indústrias extrativa e transformadora | 72 |
| Gráfico 13: Evolução do crédito a construção e Imobiliários | 73 |
| Gráfico 14: Evolução do crédito vencido e juros a receber..... | 74 |

INTRODUÇÃO

A crise que assola nos últimos anos o sistema financeiro mundial, que teve a sua origem nos EUA (Estados Unidos da América), originou grandes transformações na forma como as instituições financeiras enfrentam a administração do risco de crédito. Estes eventos desencadearam uma mudança rumo aos enquadramentos regulamentares mais restritivos a nível global, que vieram provocar alterações fundamentais às regras do negócio.

A estabilidade económica gerada pela introdução, através do Banco Nacional de Angola (BNA), de mecanismos reguladores está a coagir as instituições financeiras ao uso de metodologias mais sofisticadas para a gestão do risco de crédito. Em consequência deste estímulo do BNA, recentemente algumas instituições financeiras angolana deram início a aplicação de metodologias cada vez mais elaboradas para mensuração do risco de crédito. Esta ação responde as necessidades presentes e é uma tentativa de aproximar se das melhores práticas internacionais.

O crescimento acentuado que tem caracterizado o sector bancário angolano e a diversificação e complexidade crescente dos produtos e serviços disponibilizados pelas instituições bancárias vêm potenciar a ocorrência do risco.

É neste âmbito que a gestão do risco de crédito é entendida como sendo um mecanismo que auxilia as instituições para determinarem não só o grau de incerteza mas sobretudo procurar minimizar as consequências nefastas do risco presente.

O objetivo da gestão do risco de crédito é adotar um perfil conservador do risco de crédito baseado num conjunto de políticas e orientações estabelecidas em função do auxílio de modelos (*Credit scoring*, Value at risk – VaR, Simulação histórica, Análise de cenário e Monte Carlos, CreditMetric, KMV, CreditRisk+, CreditPortfolio View, RAROC, Indicadores económico financeiros, etc.).

Estes modelos suportam a heterogeneidade das características e conjunturas à qual a decisão de concessão de crédito esteja alinhada com as estratégias de gestão de risco utilizado no sector bancário angolano. Estes modelos são ajustados e revistos sempre que tal se mostre necessário para analisar o grau de incumprimento do crédito.

A necessidade de análise controlo do crédito, e uma gestão eficaz do risco, fez com que as instituições bancárias angolana implementassem alguns modelos que contribuem decisivamente para a sustentabilidade e credibilidade do sector.

Esta dissertação procura analisar a problemática dos modelos de gestão do risco de crédito utilizados pelos analistas e gestores de crédito dos cinco bancos em Angola. Ou seja, o grau de efetividade dos modelos de gestão do risco de crédito que minimizam o (in)cumprimento do crédito no sector bancário em Angola.

Partindo da situação problemática levantada que é: i) Será que os modelos de gestão do risco de crédito que os analistas e gestores de crédito dos cinco bancos comerciais em Angola utilizam são eficientes, a ponto de não afetarem a qualidade e quantidade (além do necessário) de crédito e minimizam o grau de incumprimento?

Perante o problema e as questões apresentadas, é necessário analisar os objetivos gerais e específicos da nossa dissertação.

Objetivo principal da dissertação é: i) Verificar os modelos de análise e gestão do risco de crédito utilizados no sector bancário em Angola;

Como objetivos específicos, foram definidos os seguintes: i) Verificar os modelos de análise e gestão do risco de crédito utilizados pelos analistas e gestores de créditos dos cinco bancos angolanos em estudo;

- ii) Identificar se os modelos utilizados na análise e gestão do risco de crédito têm contribuído para reduzir o nível de incumprimentos;
- iii) Compreender o processo de decisão e prevenção do risco, a estratégia dos analistas de créditos e gestores na análise dos riscos com base nos modelos para a aceitação ou rejeição de financiamento. E comparar as vantagens e desvantagens de cada um.

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No Capítulo I fizemos uma abordagem dos conceitos teóricos fundamentais de banco, risco, crédito, gestão do risco de crédito bancário e alguns modelos de gestão do risco utilizados no sector bancário; no Capítulo II apresentamos o retrato geral do mercado do crédito em Angola, e no Capítulo III apresenta-se a metodologia utilizada nesta dissertação; finalmente, no Capítulo IV fizemos a descrição e análise de dados. Terminamos a dissertação, como é norma das abordagens académica, com uma Conclusão, as referências bibliográficas e os anexos.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Conceitos de banco

O Artigo 2º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto – Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro em Lisboa) define Banco como: *1. instituições de crédito cuja atividade consiste em receber do público depósito ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito. 2. São também instituições de crédito as que tenham por objetivo a emissão de meios de pagamento sob a forma de moeda eletrónica.*

Já o Banco de Portugal, na sua página na Internet, define Banco da seguinte forma: *Instituições de crédito cuja atividade consiste na realização de operações financeiras e na prestação de serviços financeiros, dos quais, os mais comuns são a concessão de crédito e a receção de depósito dos clientes, que remunera.*

“Não se pode apresentar um conceito universalmente aceite de Banco. De facto, podemos encontrar tantas definições quantas obras que se consultem sobre o tema (banco) já que cada investigador, por necessidades operacionais, propõe a sua própria definição” (Ussman, 2004, p.17).

Dentre várias definições, considerámos relevante dada a sua abrangência o que Alcarva (2011, p.21-24) afirma: “Banco são todas as pessoas singulares ou coletivas que, com fins lucrativos, recebem de pessoas, igualmente singulares ou coletivas, depósitos ou outros fundos similares que aplicam por conta própria em operações de crédito ativas e noutros investimentos; complementarmente, prestam aos seus clientes serviços de tesouraria, custódia, mediação, entre outros”.

1.1. Função do banco

Da definição de Banco apresentada resulta também que quem disponibiliza a poupança é recompensado por isso (Juros passivo) e, por sua vez quem necessita do crédito pagará o custo da sua utilização (Juro ativo), o banco estabelece a ligação entre aquelas duas entidades, as que possuem fundos em excesso e que não os aplicam diretamente na economia real e as que têm carência de fundos e os pretendem. Estamos, portanto, perante duas funções principais do banco:

- 1) Captação de poupanças;

2) Concessão de crédito.

Segundo Carvalho (2009, p.33-39) “estas duas funções estão intimamente relacionadas com a principal característica dos bancos, ou seja, a capacidade de gerar confiança”. Aliás, a etimologia da palavra crédito significa precisamente *confiança*.

Se nos detivermos especialmente sobre a função crédito bancário, facilmente se conclui da sua importância para os diversos agentes económicos, na medida em que o crédito bancário cumpre vários propósitos:

- Aumenta o nível de atividades dos clientes;
- Estimula o consumo, influenciando a procura;
- Cumpre uma função social, ajudando as pessoas a obterem uma habitação, bens e até alimentos;
- Facilita a execução de projetos para os quais as empresas não dispunham de recursos próprios suficientes.

Nesta perspetiva, os bancos são um elemento primordial no desenvolvimento económico, funcionando como intermediário financeiro nas duas vertentes do mercado:

- Financiando a produção, concedendo crédito a empresas e particulares;
- Financiando a compra do produto final, concedendo crédito aos clientes da empresa.

Para além da função de intermediário financeiro, a importância dos bancos na atividade económica também se encontra na sua capacidade, ao conceder crédito, de criar moeda, ou seja, aumentar a capacidade monetária de todo o sistema. Trata-se do efeito multiplicador da moeda exercido pelos bancos.

1.2. Conceitos de risco

Etimologicamente a palavra risco deriva do termo italiano *risicare* que significa desafiar. No dicionário da língua portuguesa, risco significa perigo; inconveniente ou fatalidade muito possível de se efetivar. Nesta aceção, o termo *risco* pode ser entendido mais como uma escolha do que como uma fatalidade, uma sina ou um destino.

Em termos tradicionais o risco é definido como “a probabilidade de que algo por nós esperado e desejado não aconteça ou, complementarmente, que algo indesejado aconteça” (Blatt, 1999, p.53).

Carvalho (2009, p.31) considera que o risco é “uma probabilidade de ocorrência de eventos cujas consequências reduzem as perspectivas de concretização dos objetivos delineados para uma determinada variável, seja esta financeira ou não”.

Com a evolução do mercado financeiro, o conceito de risco tem vindo a sofrer profundas alterações. Em termos genéricos, risco tem a ver com a dupla dimensão incerteza/indesejabilidade que podemos associar a um dado resultado de um determinado acontecimento. Para a *Federation of European Risk Management Associations* (FERAMA) “risco é definido como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências”.

Já Bessis (2011, p.24) define o risco como “uma incerteza podendo resultar das variações adversas na rentabilidade ou nas perdas”.

Deste modo, o risco significa a combinação entre a probabilidade de ocorrência de um determinado acontecimento e o impacto resultante caso este aconteça, ou seja, é a probabilidade de ocorrência de um determinado evento (estado de falência ou de insolvência do devedor) que gera consequências económico-financeiras.

Como referem Rolfes, Wiley & Sons (1995, p.50) “o risco cria uma separação entre resultados e decisões. Se uma pessoa põe todas as suas economias em uma aposta na roleta e ganha, o resultado é comemorado mas a decisão de fazer a aposta pode, no entanto, ser considerada como errônea”.

Assim, a tomada de decisões humanas regista mais falhas onde há risco envolvido. Por esta razão, o risco cria desafios especiais para a política de gestão de crédito e de desenvolvimento. À medida que os bancos enfrentam flutuações entre resultados bons e maus, há muitas vezes a tendência de evitar o nível de incumprimento.

Sendo objetivo dos bancos “maximizar os lucros e criar valores acrescentado para os acionistas a gestão do risco procura mitigar todos estes fatores que podem debilitar a origem dos resultados *Balanço, Demonstração de resultados e tantas outras contas* do banco a ponto de entrar em *default*” Carvalho (2009, p.49-51).

Torna-se fundamental que o banco para se ressarcir das eventuais perdas/risco estabeleça modelos de gestão do risco específicos e *testes estatísticos e financeiros* sobre o comportamento passado dos credores que lhe permitirá justificar o incumprimento e poder restringir o crédito em caso de necessidade.

1.2.1. Tipos de riscos no sector bancário

O sistema financeiro está munido de uma plataforma multidimensional de risco. Não existe uma classificação – tipo para os riscos financeiros da atividade bancária. “Embora estes riscos sejam tratados por designações diferentes, são quase unânimes em distinguir dois segmentos: riscos sistemáticos e não sistemáticos” (Neves & Paula, 2013, p.30).

Como riscos sistemáticos, Brealey e Myers (1992, p.138) classificam “aqueles que têm um carácter menos dependente da conjuntura, exemplo o risco de capital e o risco de liquidez; os riscos, que dependem diretamente das condições económicas e estruturais voláteis, classificam-se como não sistemático ou seja, não condicionais os provenientes dos riscos de taxas de câmbio, dos riscos do crédito, risco de taxas de juros e os riscos operacionais (resultante dos erros, omissões ou falhas nas operações realizadas pelos bancos) ”.

O capital bancário pode estar exposto ao risco de crédito e ao risco de mercado. Neste sentido o primeiro é visto como “a probabilidade de incorrer em perdas por incumprimento das obrigações legais da contraparte. Já o risco de mercado se refere ao risco relacionado com as alterações do valor ou liquidez de uma carteira de instrumentos financeiros, como resultado da volatilidade dos mercados financeiros” (Rolfes, Wiley & Sons, 1995, p.61-62).

A teoria de Alcarva (2011, p.69-71) revela que o risco de liquidez “diz respeito ao risco de uma instituição bancária não ser capaz de aplicar o seu capital ou cumprir a tempo as suas obrigações”.

No sector bancário este risco é gerado por todas as situações que impedem o banco de cumprir as suas obrigações a tempo ou de apenas o conseguir se recorrer a empréstimos de urgência, é um risco potencial de crise de bancarrota, devido ao facto de, geralmente, os prazos das aplicações serem superiores aos prazos de vencimentos das origens.

Bernanke (2008, p.3) considera que “as instituições financeiras devem compreender as necessidades de liquidez da empresa como um todo e estar preparadas para a possibilidade de situações inesperadas”.

Risco de mercado “surge como consequência do crédito, e se potencializa pela sofisticação e complexidade dos produtos financeiros oferecidos e pela diversidade e instabilidade dos mercados de atuação, o que pode levar os bancos a, em suas transações de intermediação financeira, manterem posições passivas e ativas não coincidentes, em taxas, prazos ou moedas” (Figueiredo 2001, p.10).

O mesmo autor defini o risco de taxa de juro” é provocado pelas variações desfavoráveis das taxas de juros dos mercados que, por sua vez, originam uma descida no valor de mercado dos ativos do banco e/ ou uma subida no valor de mercado dos seus passivos que têm, conseqüentemente, um impacto nos seus resultados” (2001, p.10-15).

O risco de preço (também designado risco de mercado) “está associado à volatilidade do preço de um bem, geralmente de instrumentos financeiros transacionados em mercados bem definidos” (Heffernan, 1996).

O bem pode não ser, necessariamente, um instrumento financeiro; desde que exista uma dependência da instituição bancária relativamente ao bem, existe a probabilidade do seu preço variar desfavoravelmente. Caso do género é o preço do petróleo em Angola que tem originado graves problemas de insolvência de bancos, principalmente através da atividade do crédito, se esta estiver concentrada num determinado tipo de indústria, os bancos incorrem num risco de preços dos bens dessa indústria.

Risco cambial tem por base “a possibilidade de perdas derivadas a movimentos nas cotações cambiais adversas às posições cambiais assumidas, quer sejam longas ou curtas” (Ferreira, 2008, p.24-26).

Deste modo, as flutuações cambiais são justificadas pelos níveis da oferta e da procura nos mercados, que por sua vez são influenciados por fatores de curto, de médio ou longo prazo.

Risco de contraparte “está associado ao facto de a outra parte não cumprir com as suas obrigações existentes na carteira de crédito, é o mais típico e engloba todas as situações que dizem respeito a uma entidade em relação a um credor” (Ferreira, 2008, p.59).

Alternativamente, o autor coloca a hipótese de que “no caso de morosidade no cumprimento de um compromisso terá de ser avaliada a possibilidade de esta se estender a outros compromissos existentes na carteira de crédito com esse devedor ou mesmo com outras carteiras com as quais possa existir correlação positiva significativa.

Alcarva (2011, p.70) apresenta a teoria do risco operacional considera que “é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, passando perdas decorrentes de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos celebrados pelo banco, até às indenizações pagas por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição”.

Este risco refere-se à possibilidade das despesas operacionais variarem significativamente face ao valor esperado das mesmas, produzindo uma redução do resultado líquido, devido a defeitos na execução das operações. Este risco está associado a problemas de processamentos das operações, de inexistências de *back-up files*, de falhas do próprio sistema de processamento (inadequação do sistema à realidade, sinistros naturais e atos de piratarias informáticas).

Este risco está também associado a condescendência dos regulamentos da instituição, como tal, grosso modo, apesar de resultarem do funcionamento da globalidade da instituição, são problemas individuais que podem ocorrer em qualquer nível de responsabilidade ou em qualquer escalão de execução. Mas existe uma pequena probabilidade de acontecimento do género se registarem nas organizações, ainda que bem geridas, no entanto podem expor os bancos a consequências que podem lesar os seus interesses.

O risco associado a um país “reflete de uma forma global as características económicas e financeiras de um certo espaço económico e político e deve ser abordado de uma forma diferente do risco específico de cada empresa” (Ferreira, 2008, p.60).

No sector bancário, o risco do país, é o risco de vir a existir uma interferência de ordem política nas operações de um banco. Esta situação pode variar, desde a intervenção nas taxas de juros, ou a regulamentação de controlo de divisas até à nacionalização do próprio banco. Todos os negócios, de uma forma geral, estão expostos ao risco político, mas os bancos são mais vulneráveis a este risco porque fazem parte integralmente do sistema financeiro.

Segundo Silva et al., (2013, p.240) os riscos contingenciais “advêm da intervenção dos bancos em atividades que são registadas fora do balanço (extrapatrimoniais), que incluem, nomeadamente, garantias, cartões de crédito, a concessão de garantias, *standby facilities*¹ e *back-up lines*², transações de produtos derivados (fundos e opções) e operações em *swaps* (de taxas de juros ou de taxas de câmbio).

Risco de reputação “é o risco que consiste na probabilidade de existência de impactos negativos no resultado económico ou nos fundos próprios, derivados da existência de uma perceção negativa da imagem público da instituição de crédito. Esta imagem pode ter várias origens, nomeadamente clientes, fornecedores, analistas, pessoal interno, investidores ou opinião pública em geral” Silva et al., (2013, p.241).

Na abordagem do risco o mesmo autor salienta que o risco Imobiliário “é um risco que visa refletir a probabilidade de perda resultantes da queda do nível dos preços no mercado dos imóveis e propriedades em geral” (2013, p.238).

Este risco pode ser extremamente prejudicial para as instituições pois, a sua atividade baseia-se na confiança.

O risco de capital tem a ver com a adequação do capital. Um dos princípios basilares do negócio bancário é o de manter o capital próprio adequado numa base contínua.

A adequação dos capitais próprios ao negócio “está diretamente relacionada com o peso médio do risco de crédito da carteira do Banco, pelo que, através da assunção de um determinado nível de capitais próprios, o Banco pode realinhar a qualquer momento o seu portfólio entre ativos com mais ou menos risco” Segundo Alcarva (2011, p.67).

Segundo Cousserges e Suilvie (1999, p.110) o risco de insolvabilidade³ “relaciona-se com a sobrevivência dos bancos. É uma consequência da manifestação de um ou mais dos outros riscos referidos, para além do risco de crédito, e que o banco dificilmente consegue gerir”.

1 A standby facility consiste num compromisso assumido pelo banco em disponibilizar determinado montante, durante determinado prazo e em determinadas condições pré-fixadas.

2 Um back-up line é uma linha de crédito que o banco disponibiliza geralmente para os emitentes de papel comercial utilizarem no caso de não terem capacidade ou probabilidade para renovar o título na data de vencimento ou noutras situações previamente acordadas.

3 Segundo KOCH (Bank Magement, Dyden Press, 1993, New York, p.108), “o banco só se torna insolvente se o capital próprio não for suficiente para suportar os custos inerentes a uma possível liquidação do seu ativo; então, o risco de capital representa a probabilidade de o banco se tornar insolvente”.

A este propósito, Koch (1993, p.108) considera que a solvabilidade de uma instituição de crédito, embora se relacione com os seus capitais próprios, que financeiramente asseguram a proteção dos seus acionistas e dos seus depositantes, depende sempre da gestão desses capitais e da possibilidade de ocorrência de outros riscos”.

Teoricamente são os capitais próprios que protegem os depositantes, e a liquidez que assegura o crescimento dos depósitos. Operacionalmente, a insolvência acontece quando o fluxo de entrada de caixa, relativo ao pagamento de serviços, novos empréstimos e vendas de ativos, não é suficiente para cumprir com as obrigações do banco. Em última análise, a insolvência é resultado da incapacidade do banco para, por si só, gerar fundos suficientes que garantam o levantamento dos depósitos e operam com capital insuficiente para absorver os custos no caso de serem forçados a liquidar os seus ativos.

Convém salientar que, para além de assegurar a independência e a solidez financeira do banco, os fundos próprios têm como principal função satisfazer a supervisão prudencial imposta pelos Bancos Centrais.

1.3. Conceitos de crédito

A palavra crédito deriva do latim “creditum” do verbo “credere”, que significa acreditar. No dicionário da língua portuguesa contemporânea (2001, p.1017) define Crédito 1. Confiança ou segurança na verdade de alguma coisa, crença. 2. Reputação de solvência, boa fama”.

Shrickel e Kurt (1998, p.18) definem o crédito como “todo o ato de vontade ou disposição de alguém ceder, temporariamente, parte do seu património a terceiros, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse, integralmente, após decorrido o tempo estipulado”.

Já Silva et al., (2010, p.221), o crédito “é a troca, no tempo, de um bem por uma contrapartida futura e implica, portanto, uma confiança fundamental na realização desta contrapartida, bem presente na origem da palavra crédito”.

De acordo com os conceitos supracitados, o crédito consiste na cedência, no tempo, de um bem patrimonial convertível em valor monetário, tendo como contrapartida uma determinada remuneração no futuro, com garantias e juros pré-estabelecidos na

negociação entre o sector bancário e o cliente. Ou seja, o crédito consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recurso) certo valor sob a forma de empréstimo, mediante uma promessa de pagamento numa data futura ”.

Quanto maior for a possibilidade de retorno maiores serão os riscos envolvidos. “Por exemplo, na abordagem de Silva (1997, p.51) “ os fundos que investem mais do que seu património no mercado futuro e que podem ter alta rendibilidade em certos períodos, trazem consigo um alto risco e a possibilidade de rendimentos negativos durante algum período. Já os fundos mais conservadores procuram garantir mais segurança aos seus investidores e portanto rendibilidade menor”.

1.3.1. Tipos de créditos concedidos pelas instituições bancárias

Nas instituições financeiras ou seja no sector bancário existem numerosas tipologias de créditos que concedem aos clientes distribuídos em categorias, finalidade, montantes, juros e períodos e que podem causar riscos. Apresentamos abaixo algumas referências das designações dos produtos financeiros embora incompleta: Crédito pessoal/consumo; Imobiliário entre outros. Estes incidem na categoria do crédito aos particulares. Para as empresas são cedidos os créditos aos investimentos; apoio a tesouraria; crédito bancário e tantos outros créditos.

Segundo Hugo (2013, p.2) o crédito pessoal/consumo “é entendido como um produto financeiro direcionado para a aquisição de bens de consumo, ou outros produtos incluindo investimentos pessoais. Em contrapartida a este financiamento as instituições financeiras cobram juros que podem variar segundo o montante pedido, o número de prestação e a finalidade do crédito”.

O crédito ligado ao consumo é uma modalidade de crédito que os bancos mais concedem devido a procura de fontes alternativas de financiamento para aquisição de bens ou a fornecimento de serviços. Muitas vezes usado para a aquisição de equipamentos informáticos ou eletrodoméstico, automóveis, férias, saúde entre outras operações na parte dos credores.

Crédito comercial “é um crédito principalmente, praticado nas relações comerciais entre os comerciantes, fabricantes ou industriais, produtores e outros agentes económicos, facilitando e multiplicando as transações entre si, exerce uma função ativadora

importante na circulação dos produtos, renovação dos *stocks* e prestação de serviços. Estimula e promove, assim, a produção” (Cabido, 1999, p.18-19).

O crédito comercial é também designado crédito ao investimento constitui um instrumento privilegiado e essencial no sector bancário devido a procura de fontes alternativa de financiamento às empresas e aos empreendedores para fomentar o aparelho produtivo, criar e renovar infraestruturas de vários sectores de atividade. Este crédito configura-se num crédito de média ou longa duração.

O crédito agrícola e pescas são crédito que, face à sua natureza, apresentam características muito próprias, riscos muito específicos e aplicações muito diversificadas.

Cabido (1999, p.19-20) apresenta as principais características do crédito agrícola que são:

- Crédito de campanha são considerados créditos sazonais de apoio ao ciclo de exploração das empresas, por regra, de curta duração (a duração da campanha), fundamentalmente destinados à aquisição e pagamento dos vários fatores de produção, podendo abranger até ao período de armazenagem;
- Crédito ao investimento fundiário configuram um crédito de médio ou longa duração para melhorar e desenvolver as explorações agrícolas, adquirir/renovar equipamentos, criar infraestruturas (albufeiras, silos, armazéns, instalações diversas, entre outros);
- Créditos para aquisição de apetrechos equipamentos e renovação ou reconversão das frotas pesqueiras, para construção e montagem de instalações de frio e outras estruturas de apoio em terra.

Crédito predial/Imobiliário “é um crédito tipicamente vocacionado para o fomento imobiliário-construção e habitação pela sua especificidade e longa duração está, normalmente, associado ao crédito hipotecário que, como é sabido, está sujeito a formalidades próprias” Cabido (1999, p.20-27).

É uma linha de crédito que o Banco aprova aos seus clientes/consumidores para a aquisição de imóvel novo ou usado sendo residencial ou comercial e para o término de construção ou ainda para aquisição de lotes urbanos para fins residenciais.

Segundo Admati, A. e Hellwig, M. (2013, p.9) o impacto do crédito imobiliário deu-se durante a crise de 2000-2001 no mercado de ações e imobiliário também designado crédito hipotecário de alto risco americano que desencadeada em 2006-2008 contagiando em 2007 o sector bancário da Europa e da África que ficou conhecida como crise financeira.

Em 2003 quando a Reserva Federal Norte Americana FED desceu, a taxa de juros, a criação de emprego e o investimento empresarial estavam em níveis baixos. Os bancos passaram a ser menos exigentes nas condições requeridas para acederem o crédito e estimular o mercado imobiliário. As famílias já endividadas elevaram a contratação de empréstimo fazendo novas hipotecas e adquirindo novas linhas de créditos com uma taxa de juro indexada.

A situação agravou-se quando a FED aumentou o juro e os preços dos imóveis baixaram. Coagindo os bancos a fecharem a linha de crédito à habitação, tendo por exemplo, subido bastante os respetivos *spreads* nos últimos anos com um período curto e garantias pessoais e/ou reais e mediante o pagamento de uma remuneração acordada.

Crédito a contas correntes caucionadas “é um crédito que consiste num produto em que a entidade financeira disponibiliza à empresa um determinado volume de crédito negociado, utilizável apenas parcialmente. A empresa (devedora) reduzirá, quando entender, o capital em dívida e os juros são liquidados de acordo com o volume de crédito utilizado” Carvalho (2009, p.29-30).

Este crédito está relacionado aos contratos celebrados entre o banco e o cliente que permite o acesso do cliente a uma determinada quantia, mesmo sem saldo na conta para fazer face a eventuais insuficiências de tesouraria. Constitui uma forma de financiamento particularmente adaptada às necessidades de capital de curto prazo das PME's. Além da flexibilização na utilização dos fundos, as contas correntes caucionadas caracterizam-se por permitir a renovação das operações e por cobrarem juros proporcionais à utilização do *plafond* negociados.

A revogação deste crédito ocorre quando se verifica a falta de pagamento do crédito, na data de vencimento ou após pré-aviso, a falência ou insolvência ou a aceitação de concordata judicial, para redução de garantias ou o não cumprimento de outra cláusula contratual que o banco achar relevante.

Geralmente o cliente fica também vinculado a remeter periodicamente ao banco elementos contabilísticos *balanço e demonstração de resultados* para este poder acompanhar a evolução dos seus negócios e a sua situação económica e financeira.

A decisão de avaliar o crédito a conta caucionada é feita pelos diferentes indicadores financeiros para detetar a capacidade de solvabilidade e de incumprimento da dívida para mitigar o risco de crédito. Esses indicadores serão desenvolvidos no capítulo dos modelos de avaliação do risco de crédito.

Crédito Bancário é considerado como o verdadeiro motor e mobilizador do crédito em geral, pois todas as modalidades de crédito referidas são praticadas ou mobilizadas nas suas diversas formas através deste crédito. É a verdadeira alavanca poderosa, influente e indispensável no desenvolvimento socio - económico.

Ao avaliar o risco de crédito às empresas, os bancos procuram compreender a capacidade de liquidez, de solvabilidade e de autonomia financeiras com base nos documentos contabilísticos para se poder prevenir do incumprimento.

Uma parte dos riscos financeiros existe por desajustamentos entre os ativos e os passivos. Se aos ativos numa determinada moeda, com uma certa taxa de juros e um prazo, correspondessem aos passivos com características iguais, os ativos e passivos estariam ajustados e o único risco do seu balanço seria, então, devido à probabilidade de não ser reembolsado pelo valor de alguns ativos nos prazos previstos, ou seja, apenas existiria o risco de crédito.

1.4. Conceitos do risco de credito

Segundo Graham (2000, p.20) o risco de crédito “é as perdas dos mutuários recusarem ou não terem a capacidade de pagar o montante total emprestado no tempo devido”.

Já Rolfes Wiley & Sons (1995, p.61) consideram que o risco de crédito “é a probabilidade de o cliente pedir o empréstimo e não honrar com os contratos estabelecidos, levando o crédito em causa, para a situação de incumprimento”.

Esta probabilidade de o tomador de empréstimo falhar com os pagamentos pode, de certa forma originar problemas aos bancos, ou seja, traduz a possibilidade da instituição não receber, no futuro, os montantes convencionados num contrato de concessão de

crédito, isto é os juros e as amortizações do capital cedido, nas datas previstas, por falta de vontade ou falta de capacidade financeira da outra contraparte.

A atividade de concessão de crédito é função básica dos bancos, portanto o risco de crédito toma papel relevante na composição dos riscos de uma instituição e pode ser encontrado em operações onde existe liberação de dinheiro para os clientes.

A necessidade das operações de empréstimos ou crédito bancário serem subsidiadas com bons modelos de decisão e acompanhamento é fundamental, pois influencia diretamente o lucro da instituição financeira. Isto é, evitar menores lucros devido a perdas parciais ou totais nas operações (situações de endividamento).

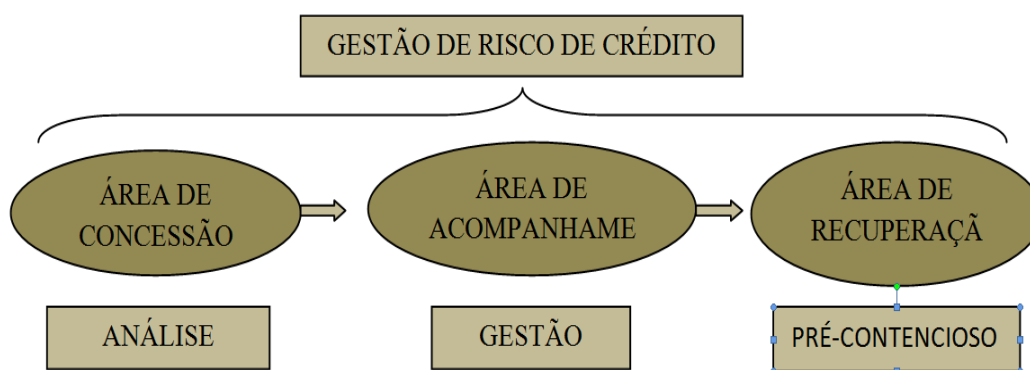
1.5. Gestão do risco de crédito

Segundo Alcarva (2011, p.53-54), os bancos em termos organizativos “têm-se dividido em três partes principais: o *FRONT OFFICE*, onde se integram as equipa comerciais de *RETAIL BANKING* e *CORPORATE BANKING*, o *MIDDLE OFFICE*, onde se processa a gestão do risco de crédito e de *TI*, e o *BACK OFFICE*, que fornece serviços administrativos e de apoio partilhados”.

Para efeito desta dissertação, entender-se-á *MIDDLE OFFICE* como sendo a estrutura centralizada que tem o foco na gestão de riscos de crédito do *RETAIL* e *CORPORATE BANKING*. Ou seja, com a criação deste nível organizacional intermédio a rede comercial libertou-se das suas funções de decisão de crédito, ficando mais disponível para tarefas mais comerciais.

Por norma, as áreas de *MIDDLE OFFICE DE RISCO* são compostas por três segmentos: a área de concessão de crédito, de acompanhamento da carteira e de recuperação.

Figura 1: Segmentação do *MIDDLE OFFICE*



Fonte: Paulo ALCARVA, *A Banca e as PME*, Vida Económica, Porto, 2011.

A área de concessão de crédito receciona as propostas de crédito (novas ou renovação de limites de exposição), competindo ao *MIDDLE OFFICE* fazer a análise económico-financeira, a comparação sectorial, comentar a rentabilidade dos clientes, analisar as responsabilidades do clientes no Banco e no total da banca, posto o que elabora o parecer e a responsabilidade para decisão.

O departamento de acompanhamento do crédito tem como principal função prevenir a degradação da carteira de risco, desde a fase de concessão de crédito, bem como apoiar o processo de regularização de incumprimentos dos clientes que tiveram uma evolução negativa. Ou seja, através de *feedback* das áreas comerciais e um sistema de acompanhamento próprio (estudos específicos e visitas aos clientes, estudos sectoriais), esta área da direção de risco monitoriza em permanência a carteira de crédito do Banco.

Na eventualidade de ser identificado algum problema com o cliente, a área de acompanhamento define o plano de ação, que pode passar pela manutenção da vigilância ou pela articulação de uma ação de redução/extinção de envolvimento. Em clientes com probabilidade potencial ou efetiva de ocorrer incumprimento, compete também a esta área de gestão de risco a constituição de imparidade (previsão económicas).

Finalmente, a área de recuperação de crédito acolhe os clientes problemáticos, por norma já com incumprimentos registados, mas numa perspetiva amigável e não judicial. Claro está que, caso os incumprimentos não se resolvam por ação desta área do *MIDDLE OFFICE*, compete-lhe propor a sua passagem para o contencioso do Banco (via judicial).

Na prática, as áreas comerciais podem gerir incumprimentos durante cerca de um mês, ao fim do qual entra em ação a área de acompanhamento, o que transitará o cliente para a área de recuperação. Após a manutenção do incidente por mais um mês, a área de recuperação faz então o maior esforço de recuperação, num processo pré-contencioso, mas amigável.

Neste âmbito a teoria da gestão do risco de crédito consiste em “combinar a capacidade de se preparar para o risco com a capacidade de enfrentar as consequências, contrapondo ao mesmo tempo o custo inicial da preparação e o benefício provável” (Carvalho, 2009, p.34-37).

O seu objetivo é adotar um perfil conservador do risco de crédito baseado num conjunto de políticas e orientações estabelecidas em função dos auxílios de modelos de classificação, avaliação do risco de crédito e estratégias de gestão de risco. Para isso se utiliza no sector bancário ajustamentos e revisões sempre que tal se mostre necessário para analisar o grau de incumprimento do crédito.

Segundo Coleshaw (1989, p.164), gestão do risco de crédito “é o processo de controlo do impacto do risco de crédito na instituição, o que envolve identificação, compreensão e quantificação do grau de risco de perdas existentes e potenciais relacionados com os créditos e a conseqüente tomada de medidas preventivas e corretivas”.

A European Foundation for Quality Management (EFQM, 2005), define Gestão de risco de crédito de uma forma mais simples e direta. Para esta gestão do risco de crédito “é um processo sistemático e transversal à organização bancária que permite identificar, gerir e monitorizar risco de crédito de forma que a informação gerada possa ser utilizada para proteger e criar valor”.

A gestão do risco de crédito deve ser analisada termos individuais separadamente ou seja crédito a crédito. Esta ação é indispensável. Nenhuma gestão de risco de crédito de uma carteira se compadece com uma série de más decisões de crédito, pois as carteiras de crédito são constituídas por diversos empréstimos e a decisão de aprovar um empréstimo é baseada na análise.

1.6. Análise do risco de crédito

A análise do risco de crédito “é um processo organizado para analisar dados, de maneira a possibilitar o levantamento das questões certas acerca do tomador do crédito” (Blatt, 1999, p.93).

O processo de análise do risco de crédito pode ter diversas formas, mas deve sempre ser contínuo e não se cingir apenas ao momento da concessão, mas extensivo ao longo da vida do crédito. Ou seja, cobre uma estrutura mais ampla do que simplesmente analisar o risco de crédito de um cliente e dados financeiros para a tomada de decisão com propósitos creditícios.

Segundo Bastos (1999), este processo de análise e concessão de crédito recorre ao uso de duas técnicas: a técnica subjetiva e a técnica objetiva ou estatística. A primeira diz respeito a técnica baseada na percepção humana e a segunda é baseada em processos estatísticos e econométricos”.

Porém, o processo de análise subjetiva, como o próprio nome diz, não é uma técnica exata, podendo existir inúmeras soluções para cada situação de concessão, sendo certo que a análise pode fazer emergir opções durante o processo decisório.

Em relação a primeira técnica, Schrickel (1999, p.27) observa que a análise do risco de crédito “envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas”.

Ou seja, grande parte da análise de crédito com base na técnica subjetiva é realizada através do julgamento do agente de crédito baseada, principalmente, na disponibilidade de informações relacionadas as habilidades e experiências do mesmo.

A análise subjetiva ao tomador do crédito é importante, visto que através da experiência do agente de crédito é possível identificar fatores de carácter, capacidade, capital e condições de pagamento do tomador. Porém, essa análise não pode ser realizada de maneira aleatória, é preciso estar sustentada de conceitos técnicos que irão guiar a tomada de decisão.

Além disso, a análise subjetiva de crédito não é exercício que visa o cumprimento de disposição normativa, mas sim, tem por finalidade chegar a uma decisão clara sobre a concessão ou não do crédito ao solicitante.

Deste modo, Schrickel (1997, p.30) considera que a análise subjetiva “ocorrerá conforme as necessidades do solicitante e dentro de um nível de risco aceitável a partir de documentação apresentada e análise da mesma, com propósito da maximização dos resultados da instituição credora”.

O mesmo autor fundamenta que “a análise será mais consistente quanto mais dados valiosos forem apresentados facilitando deste modo a quantificação dos riscos identificados, bem como a viabilidade das conclusões a que chegarem”. Em qualquer situação de análise de crédito, há três etapas distintas a percorrer:

- **Análise Retrospectiva:** avaliação do desempenho histórico do tomador potencial de crédito analisa os riscos inerente e como foram contornados. Este processo visa identificar fatores na atual condição do tomador que possam dificultar o pagamento da dívida;
- **Análise de Tendências:** A Projeção da condição futura do tomador do crédito, a fim de avaliar o nível de endividamento suportável e quanto oneroso será o crédito que se espera obter;
- **Capacidade de endividamento:** avalia se poderá o financiado ser capaz de cumprir com as obrigações a partir do grau de risco que o tomador apresenta e a projeção do seu nível de endividamento.
-

1.6.1. Tomada de decisão de crédito

Etimologicamente a palavra decisão deriva do termo italiano *decisio* que significa determinação/resolução que se toma acerca de uma determinada coisa. O processo de decisão de crédito pode ser definido “como sendo uma sequência de atos encadeados entre si de forma progressiva orientada no sentido de escolher ou não um projeto a ser financiado” (Tversky & Kahneman, 1982, p.146).

A decisão é determinada por fatores como a solidez da informação que é apresentada, variáveis conjunturais, características pessoais do decisor, e procedimento adotados para uma escolha segura.

Dos conteúdos referente as informações do tomador, os analistas de créditos se detém com maior rigor nas necessidades reais do tomador, a capacidade de gestão e a capacidade de cumprimento dos contratos.

O que na realidade está em causa na decisão é saber se a escolha de um projeto de investimento foi acertada, ou seja, é o crédito capaz de não implicar custos no futuro. Havendo factos que sustentam uma posição a favor do crédito, o representante do balcão da área de crédito, convencido dos argumentos, fará a sua recomendação a solicitação de crédito e passar a operação para a análise de crédito.

“Se o problema que está na base da tomada de decisão é formulado em termos de perdas, o decisor tende a escolher uma solução que percebe como mais arriscado (ganhos incertos); quando o problema configura a obtenção de ganhos, o decisor opta geralmente pela solução que se lhe afigura como envolvendo menos risco (ganhos certos)” afirmaram (Ferreira, Neves & Caetano, 2011, p.466).

Os bancos possuem antídoto, no departamento de crédito, para detetar falha as informações que lhe são apresentadas. Passada a operação para o departamento de crédito, este irá solicitar a apresentação dos documentos habituais para reavaliação do dossiê.

Discutindo os vários aspetos dela, os três últimos balanços, balancetes, detalhando o endividamento, suas fontes e aplicações (demonstração do resultado), os estatutos da empresa informações sobre os administradores e analistas financeiros, entre outros. No caso de um particular, apenas os tipos de vínculos e os meios de subsistência. Após essa discussão, geral e minuciosa, competente, e estritamente profissional, chega-se à questão do sim ou não, ou sim condicional. Ou ainda um não provisório, possibilidade aberta pelo comité.

O passo seguinte compete, estritamente, o comité superior que irá aprovar ou não o crédito. Conforme o banco, haverá um ou mais comitês que examina a questão aberta (preenchimento de novas informações solicitadas) atuando segundo um critério para possível tomada de decisão.

Em geral, existem pelo menos dois comitês de créditos. O primeiro comité decide sobre a concessão do crédito até um limite pré-fixado; o segundo (formado pelo Presidente do banco, pelo Vice-presidente do banco e Diretores Executivos) ouvido o parecer do

primeiro, decide sobre crédito acima dos limites pré-fixados de acordo o regulamento do banco central.

Como se observa, não se espera que a responsabilidade do comitê pela aprovação de crédito dilua a responsabilidade de um diretor. Haverá sempre um responsável, em maior ou menor grau, pelo crédito não concedido. Mas em última instância será um comitê, formado por número ímpar de pessoas, que decidirão sobre a aprovação ou não de um crédito solicitado.

A decisão, portanto, será sempre ou um sim, e estaremos assumindo algum nível de risco, ou um não, e poderemos estar perdendo uma oportunidade. Não importa se a decisão ocorre por maioria simples, maioria absoluta ou por consenso. O fato é que a decisão ocorrerá por um critério, passa não passa, sim ou não, apesar de todos os cuidados que antecederam a decisão. É este sim ou não, do momento da decisão, que preocupa o banco visto em conformidade com os modelos de gestão de risco.

1.7. Modelos de gestão do risco

1.7.1. Credit scoring

Segundo Batista (2004, p.168), o *Scoring* “são modelos quantitativos empregados comumente na mensuração e previsão do risco de crédito, possuindo uso consolidado no processo de concessão de crédito”. Apresentamos abaixo algumas referências das designações dos modelos *Scoring* embora incompleta:

Credit scoring “São modelo automatizado de notação, utilizado nos bancos para projetar comportamentos futuros a partir de características atuais ou passadas dos credores” Carvalho (2009, p.201).

O modelo *Credit scoring* “permite avaliar o risco em empréstimos, através das características dos proponentes, dados históricos e técnicas estatísticas. O método produz um *score*, que é utilizado pelos credores para formar um ranking de risco dos empréstimos” (Mester, 1997, p.3-14).

Este modelo funciona no sector bancário como um sistema de pontuação atribuído às características de devedor, originando um valor numérico. Este valor é posicionado num

universo de outros devedores, permitindo prever certos acontecimentos avaliados por uma análise prévia.

Este processo de pontuação devolve a projeção da variável que se quer prever, recorrendo a um ou mais algoritmos/modelos, muitas vezes estimados com base em fundamentos estatísticos.

Os analistas de crédito consideram o *Credit scoring* como um sistema ou modelos de apoio à decisão, baseados no princípio de objetividade para o binómio rendibilidade/riscos nos critérios como: cumpridores ou incumpridores, bons ou maus, desejáveis ou não, e que visa a avaliação de operações de crédito tanto às pessoas físicas (particulares) quanto às empresas de acordo com a pontuação que se obtém.

As instituições reconhecem o valor dos modelos de *Credit scoring* e registam suas contribuições para o processo de concessão e gestão de crédito, pois são aquelas que mais os utilizam, em virtude da sua função de intermediação financeira.

O modelo *Credit scoring* quando aplicados a pessoas físicas, os bancos utiliza cadastros e informações dos comportamentos dos clientes. Podem ser analisados por grupos, por terem características semelhantes e se comportam de forma semelhante. Quando aplicado as empresas, são utilizados índices financeiros como variáveis determinantes ou não da insolvência das mesmas.

Como ressalta Saunders (2000, p.353) a ideia é essencialmente a mesma. “A pré-identificação de certos fatores chave é que determinam a probabilidade de endividamento e sua combinação ou ponderação para produzir uma pontuação quantitativa”.

A finalidade é manter a qualidade do crédito concedido e redução da burocracia independentemente do volume de operações a realizar. A aplicação de modelos de *Credit scoring* na gestão e análise do risco de crédito iniciou na década de 1941, em companhias seguradoras.

Porem, Durand, recorreu a métodos estatísticos designadamente teste *Qui-quadrado*, identificando variáveis que conseguiam distinguir, satisfatoriamente duas classes: a dos Bons clientes (que reembolsaram os seus créditos sem qualquer incidente) e a dos Maus clientes (que não reembolsavam os seus créditos ou tiveram grandes incidentes de pagamento). Os clientes intermédios que tiveram incidentes de pagamentos ligeiros pertenciam a classe de incerteza.

Foi Considerado modelo de avaliação do risco nos EUA em 1950-1956 por William R.Fair e Earl J. Isaac tendo-se desenvolvido progressivamente em todo sector bancário a partir da década de 1960, à medida que a sociedade foi adquirindo novos hábitos de consumo e exigindo respostas às necessidades.

A metodologia utilizada na construção de modelos *Credit Scoring* era originalmente, “julgamental”. Nos modelos “julgamentais”, as variáveis que compõem os “scores” e seus respetivos pesos são determinados pelos gestores de crédito da instituição, com base em critérios subjetivos.

Atualmente, é uma equação gerada por variáveis referentes ao proponente de crédito e/ou à operação de crédito. Os sistemas de *Credit scoring* geram uma pontuação que representa o risco de perda. O *score* que resulta da equação de *Credit scoring* pode ser interpretado como probabilidade de endividamento ao se comparar a pontuação de um crédito qualquer com determinada pontuação estabelecida como ponto de corte ou pontuação mínima aceitável.

Peterson (1998, p.44-50) menciona quatro razões que podem ser evidenciadas para o aumento do uso de sistemas de *Credit scoring*:

- Competição: redução de tempo de processamento e mensuração objetiva do risco de crédito;
- Serviços: provê novas oportunidades com os contactos realizados;
- Acessibilidade: o avanço tecnológico dos processadores de dados e integração com os sistemas da instituição;
- Confiabilidade: devem basear-se empiricamente em métodos de avaliação estatística dos candidatos.

A segurança quanto às informações do sistema habilita as instituições a realizar milhares de avaliações de concessão de crédito de forma consistente e imparcial. Estudos realizados demonstram que os resultados das análises realizadas por analistas experientes não diferem muito dos resultados dos testes dos sistemas.

O sistema é utilizado como ferramenta de suporte à tomada de decisão do gestor de crédito e não como a palavra final sobre aquela⁴.

⁴ Sendo um sistema que trabalha com técnica estatísticas e matemáticas, possui probabilidade de falhar, atribuindo “scoring” indevidos ou até mesmo, não relevando suficientemente algum dado exterior.

Segundo Saunders (2000, p.353) “o modelo baseado em informações do passado recente da carteira de crédito, gera notas (scores) para novos candidatos ao crédito que representam a expectativas de que os clientes paguem suas dívidas”.

No entanto a maioria dos autores sustenta que as instituições podem usar um único sistema para todas as decisões de crédito ou sistema específicos para cada decisão de crédito a ser tomada, conforme suas peculiaridades.

O autor (Peterson, 1998, p.24) mencionou as classificações dos principais modelos de *Credit scoring* que são:

- a) *Predictive scoring*: estes modelos são usados para prever se o cliente pagará sua dívida em dia ou com atraso. São usados antes de se conceder o crédito e dependem de entradas (inputs) de dados estatísticos.
- b) *Risck scoring*: são usados para prever se clientes atuais têm maior probabilidade de pagar ou de incorrer em endividamento. Avaliam o potencial de cobrança dos clientes.
- c) *Default scoring*: este tipo de modelo prevê se um cliente é um candidato a falência.

No caso dos modelos tipo *Default scoring*, Haldeman (1995, p.10-22) afirma que, “foram uma das aplicações mais populares para os sistemas de *Credit scoring*, transformando-os em ferramentas de previsões de insolvências muito utilizada e estudada academicamente. Como exemplo, um modelo muito conhecido foi o desenvolvido por Edward Altman, o Modelo “Z”, que usa discriminantes técnicas de análise sobre índices financeiros de demonstrações contábeis de empresas”.

“O modelo do *Credit Scoring* aglomera modelos de análise e avaliação do risco de crédito construídos a partir de técnicas de análise estatística multifacetada, como análise discriminante e regressão logística, ou em modelos de inteligência artificial, como redes neurais.

Batista (2004, p.160) considera que “esses modelos ao permitirem uma apreciação global dos clientes baseiam na combinação sistematizada, representando um aperfeiçoamento relativamente à abordagem clássica”.

Portanto, a figura do gerente como analista das informações geradas pelo sistema de *Credit scoring* é indispensável, p.320.

1.7.1.2. Casuística

O modelo de avaliação casuística⁵ é um modelo de gestão que permite caracterizar o cliente de acordo com a perspectiva conjunta denominada avaliação dos *C's do Crédito*: Carácter; Capacidade; Colateral; Condições e Capital. Essas características atribuem valores aos credores, facilita a operação, a determinação e o controlo de crédito.”

Segundo Carvalho (2009, p.130-132) “a avaliação casuística é efetuada manualmente pelo analista de crédito. Os bancos dispõem de dados do cliente registados numa ficha técnica de crédito e avaliados caso a caso devido ao grau de subjetividade que os dados apresentam”.

No modelo casuístico o carácter é a intenção de o cliente solver as suas dívidas, sendo uma condição necessária no cumprimento do crédito. Transmite ao gestor o historial do cliente, experiência de pagamento do cliente, a característica e a credibilidade de novos clientes antes da atribuição do crédito. A avaliação do carácter atribui relevância às fontes que atestam as informações prestadas pelo cliente quando solicita o crédito.

Nos particulares, as informações prestadas para aferir o carácter surgem da estabilidade profissional; dos procedimentos que incluem entrevistas com vizinhos, pesquisas sobre história de crédito do tomador, residência, bem como o nível de educação revelado, etc.

Nas empresas considera-se todo o historial do negócio: estrutura do negócio, o número de empregados, ano de atividade, índice de produção, a experiência na gestão da empresa, entre outros. Esta característica é extremamente difícil de ser analisada e avaliada porque nem sempre o cliente pode ter um bom carácter e não ter a capacidade de solver o crédito, ou um mau carácter e pagar antecipadamente o crédito por necessidade. Neste contexto, o banco obtém referências de outra característica que faz menção ao modelo casuística.

No modelo casuístico a capacidade consiste na habilidade do cliente para gerar meios financeiros que lhe permitem pagar o crédito contraído. A avaliação da capacidade nos particulares faz referência aos rendimentos atuais e dos rendimentos futuros. Para as empresas a avaliação da capacidade depende de inúmeros fatores: 1) experiência dos administradores; 2) estabilidade profissional; 3) capacidade de gestão para dirigir o

⁵Casuística É um termo usado para denotar raciocínios morais desviantes construídos para justificar ações que são moralmente duvidosas. Dicionário de Filosofia Coordenado por Thomas Mautner, Lisboa, 2010, p.70.

negócio entre outros. Esta característica requer uma análise cuidadosa por parte do analista de crédito.

“A avaliação da capacidade de pagamento do solicitante de crédito deve focar a habilidade do mesmo em gerar fluxo de caixas suficientes para amortizar juros e pagamentos principais à instituição” defende Bruett (2002).

Quanto ao capital, no modelo casuístico, avaliação deste item nas empresas, é feita com base nos relatórios contabilísticos (*Balanço patrimonial, Demonstração de Resultados análise da Declaração do imposto de Renda entre outros*) nos clientes particulares (*fontes de receita e a origem dos seus recursos*).

No modelo casuístico, o fator, colateral faz análise das garantias dos clientes para reembolsar no futuro o crédito, caso aconteça incumprimento. No sector bancário o colateral refere-se as hipotecas de um bem patrimonial dos clientes para intensificar a segurança da dívida contraída.

A avaliação do colateral é tanto mais exata, quanto maior for o risco que o devedor revelar. Logo, quando existir colateral associado ao empréstimo não é só o rigor da avaliação do risco que está em causa. O próprio colateral, também estará, sob pena de uma sobreavaliação do mesmo esbater parte significativa da cobertura do risco do empréstimo proveniente desse colateral.

As Condições fazem uma análise SWOT da empresa. Esta matriz SWOT permite avaliar a capacidade competitiva da empresa, sujeita algumas variáveis que estão fora do seu controlo e que provavelmente podem revelar incumprimento.

1.7.1.3. Regressão linear

“O modelo de regressão linear “é um modelo estatístico que procura encontrar uma relação linear entre duas variáveis (X e Yi) “⁶. Considera-se que existe relação linear entre as variáveis quando o coeficiente está situado no intervalo $0 \leq P_i \leq 1$ ” Segundo António (2004).

⁶ Segundo António S .B. (2004), Yi é a variável que prevê o evento e é designada por variável dependente (pode assumir dois valores *Bons* ou *Maus*) ao passo que X é a variável explicativa *corresponde as características do Cliente*”.

Este modelo conduz o gestor bancário a uma escolha entre duas ações, conceder ou recusar o crédito com base na característica que os clientes apresentam.

A regressão linear caracteriza o desempenho do cliente com as seguintes classes: a dos ‘bons clientes’, que reembolsam os seus créditos sem qualquer incidente e a dos ‘maus clientes’, que não reembolsam os seus créditos ou tiveram graves incidentes de pagamentos. Uma classe de cliente intermédia que teve incidentes de pagamentos ligeiros e que pertence a uma zona de incerteza.

1.7.1.4. Regressão logística

Na definição de Batista (2009, p.174), a análise Logística “é uma técnica estatística utilizada na separação de dois grupos. Esta técnica de análise permite estimar a probabilidade de ocorrência de um determinado evento, em função do comportamento das variáveis independentes⁷ que contribuem efetivamente para a sua predição”.

O facto de o modelo de regressão linear apresentar desvantagem de poder produzir probabilidades maiores que 1 ou mesmo 0, conduz a que o modelo logístico seja aplicado para impossibilitar aquele contraditório, porque responde com desigualdades do acontecimento em vez de probabilidade.

Na regressão, ao invés logística, os coeficientes das variáveis explicativas estão linearmente relacionados não apenas com a variável dependente, como no caso da regressão linear, mas como logaritmo natural das probabilidades de ocorrências de Y (*variável dependente*⁸). Como é demonstrado pela função abaixo:

$$\text{Ln}\left(\frac{P}{1-P}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n$$

$$P = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n)}}$$

⁷ São fatores que se supõe influenciar a inadimplência, como por exemplo: dados pessoais, econômicos, financeiros dos clientes ou empresas.

⁸ Onde: P: identifica a probabilidade de um cliente vir ou não pagar o crédito; Pode ser calculada pela expressão e β_0 : parâmetro associado à variável explicativa; β : são os coeficientes estimados e X_i variáveis independentes.

1.7.1.5. Scoring de aceitação

O *scoring* de aceitação pondera as informações dos atuais pedidos de crédito para prever o respetivo risco de não pagamento futuro. O modelo *Scoring* de aceitação é um exemplo típico para atribuição de cartões de crédito aos clientes, para aquisição de automóveis, eletrodomésticos, computadores, etc. Com base na grelha de *scoring*, os clientes potenciais obtêm pontuações que variam de 0 a 60 pontos. O modelo é completado com a definição de 3 escalões que correspondem a “*Créditos aprovados; Situações duvidosas; Créditos recusados*”.

As situações duvidosas são novamente analisadas pelo processo tradicional de avaliação, por um grupo de analistas do banco. Os analistas poderão fixar a pontuação mínima para aprovação automática, (50 pontos, e outro em 30 pontos). A decisão que a comissão de crédito do “banco” tomar dependerá do nível de risco que pretende atingir. Caso se trate de crédito pessoais, com plano de reembolso, deve considerar-se o pagamento das prestações e a finalidade do crédito.

Um aspeto bastante útil neste modelo é o facto de se poderem conhecer os valores correspondentes, em termos de lucros e prejuízos. Isto é, pode-se prever quantos clientes vão cumprir as suas obrigações e quantos vão falhar, o que, associado a respetivas taxas de juros (que podem variar para cada um dos segmentos), permite determinar qual a pontuação mais baixa que dá origem aos lucros.

Os modelos *credit scoring* permitem ao seus usuários associar a probabilidade de estimativas de falhas em cada categoria de avaliação de crédito. Estas estimativas deveriam basear-se em pelo menos dez anos de experiência em avaliações, utilizando-se técnicas atuais para avaliar esta probabilidade de volatilidade sobre as estimativas associadas com o score de crédito.

“Um sistema de *Credi scoring* deve ser tratado como um sistema principal, sendo que, a sua instalação envolverá: a) integração com sistemas quantificáveis de empréstimos, b) planilhas eletrónicas de dados e c) *software* de relatórios” António (2004). Isto acarretará formação de pessoas, instalação de equipamento e procedimentos.

Um bom sistema deveria ter a flexibilidade de se adaptar às mudanças nos tipos de informações que captura. Uma implementação bem-sucedida necessita de uma força de apoio ou de suporte com uma variedade de estratégias, como: a) experiência em análise de crédito e financeira por parte da conceção do sistema; b) objetividade assegurada

pela aplicação de princípios de estatística; c) utilização de métodos que transformem a informação de crédito em informação de retificação de risco e gestão de portfólios; d) experiência com sistemas e programação e seus problemas de instalações, que podem ser frustrantes.

Algumas vantagens e desvantagens são levantadas a seguir, quanto ao uso de sistemas de *Credit scoring*. Para Parkinson e Ochs (1998, p.23-27), das vantagens podem sublinhar-se:

- Consistência em aplicar revisões de créditos: Modelo bem elaborado que utiliza experiências, habilidades das empresas em vários níveis, para administração objetiva e ajustamentos dos créditos dos clientes, candidatos a estes, devido à condição de sua revisão.
- Melhor organização da informação de crédito: Em conjunto com a consistência, a melhoria organizacional é fundamental para que a informação de crédito seja uma consequência natural do processo.
- Uso mais eficientes de fontes de dados de terceiros: Assegura o uso de informações atualmente utilizadas e não somente arquivadas.
- Eliminação de aproximações subjetivas em excesso: Devidas as necessidades legais, a influência do subjetivismo é minimizada.
- Melhor entendimento do processo: A construção do modelo é uma experiência de aprendizado da política de crédito da empresa.
- Melhoria da performance: Foca os esforços dos gestores de crédito, significando mais eficiência e melhor uso do tempo.

Relativamente as desvantagens:

- Custo de desenvolvimento: Desenvolver um sistema de *Credit scoring* acarreta em custos não só com o sistema em si, mas com o suporte necessário, como equipamentos, consultoria e outros.
- Excesso de confiança nos modelos: Os usuários podem ver o modelo como sem defeitos e preciso. Não criticam os seus resultados.

- Falta de qualidade ou dados oportunos. Se o modelo necessita de dados que não são comuns aos clientes ou não foram informados, isto pode causar problemas na sua utilização e gerar resultados diferentes dos esperados ou, até mesmo, a rejeição destes.
- Entendimento erróneo do que os scores significam: A falta de treinamento e aprendizagem de como usar os dados do modelo podem ocasionar problemas sérios para a instituição, devido ao uso inadequado do sistema.
-

1.7.2. Valor do risco (Value at Risk – VaR)

O incremento substancial dos derivativos, no mercado financeiro, trouxe várias preocupações aos órgãos reguladores. Entre elas, um sobressale de forma especial: O controle ou gestão de risco financeiro nas instituições financeiras.

A revolução dos derivativos, portanto, deflagrou estudos em torno de um problema que passava a ser capital e inevitável: A mensuração de risco de mercado como ferramenta indispensável aos analistas de demonstrativos financeiros.

Com isso, surgia o Valor no Risco ou *Value at Risk* (VaR). Segundo Carlos Pinho et al., (2011, p.382-396) “trata-se de um método de mensuração de risco, consistente numa metodologia, baseada em técnicas estatísticas e econométricas, voltada a medir a pior perda esperada ao longo de determinado intervalo de tempo, sob condições normais de mercado, e dentro de determinado nível de confiança”.

A sua importância é de tal ordem, que atualmente é utilizado não só por instituições financeiras e não financeiras, como também por órgãos reguladores. Como exemplo, apresenta-se o Comité de Supervisão Bancária da Basileia, para definição dos requisitos de capital.

O VaR é uma medida estatística que permite medir o risco inerente a cada carteira. Outras medidas estatísticas como o índice de Treunor ou de Sharpe permitem hierarquizar carteiras de títulos em função das variáveis rendibilidade e risco, permitindo ao investidor estabelecer preferências entre carteiras. No entanto, estas medidas não são suficientemente robustas para determinar o risco absoluto de cada carteira.

Quem detém ou gere uma carteira de títulos, seja uma grande instituição bancária, ou uma sociedade gestora de fundos de investimento, ou mesmo um pequeno investidor, estará certamente interessado no nível de risco que lhe está associado.

O cálculo do VaR envolve apenas um problema probabilístico, uma vez que estamos a supor a conhecida distribuição dos retornos da carteira. Na prática, a mensuração do VaR envolve também um problema de inferência, pois a única informação disponível é a realização do processo estocástico gerador dos retornos. As diversas técnicas diferenciam-se, basicamente, no modo como tratam o problema do desconhecimento do verdadeiro processo estocástico gerador dos dados.

Existem diversas metodologias de cálculo do VaR. a) Método analítico ou delta – normal, b) Simulação histórica; C) Simulação de Monte Carlo; e d) Método delta – gamma.

1.7.3. Simulação histórica

O método da simulação histórica baseia-se na utilização dos dados históricos, dos factos de risco. Este método assume que a carteira para a qual está a ser calculado o VaR se comportará no futuro da mesma forma como se comportam os fatores de risco no passado. A construção de uma distribuição empírica das rendibilidades permite determinar o valor do VaR com um determinado nível de confiança. Este é um método que também permite avaliar carteiras complexas.

Segundo Adelino Tanasse (2012), trata-se de uma abordagem de avaliação plena, em que tem um recuo no tempo, com uma extensão a ser convencionalizada, e a aplicação de pesos atuais a uma série temporal de retornos históricos. Nota-se, pois, ser importante a definição de um horizonte temporal de análise, e uma recolha precisa de dados históricos.

Serve para avaliar qualquer tipo de instrumento financeiro, seja ele linear como as ações e os futuros, ou não linear como as opções. A sua vantagem frente à simulação de Monte Carlos é a maior rapidez, derivada do emprego de um menor número de cenários. Provavelmente, o método de simulação histórica é a abordagem mais direta e intuitiva para o cálculo do VaR de uma carteira de ativos. A técnica consiste em aplicar os pesos

atuais de cada ativo na carteira às séries históricas dos retornos destes ativos para obter uma série histórica dos retornos da carteira.,

A ideia por trás da simulação histórica é determinar quais seriam os ganhos e perdas de um desenvolvimento de preço de mercado. Na simulação histórica, as modificações futuras de preço de mercado são modeladas sobre modificações históricas em fatores de risco. As modificações históricas dos fatores de risco são determinadas em relação ao tempo.

As modificações históricas de preços de mercado são aplicadas aos preços de mercado atuais e são determinados pelos Cenários de simulação. O portfólio é avaliado através de cenários de simulação. O valor em risco é determinado com base nos ganhos e perdas simuladas resultantes.

O método apresenta algumas limitações. A hipótese que está implícita nesta técnica é que a distribuição empírica dos retornos é capaz de refletir a verdadeira distribuição dos retornos. Desta forma, o VaR estimado é extremamente sensível a janela utilizada para a construção da distribuição empírica do portfólio. Inclusão ou não de períodos onde ocorreram grandes *outliers* ou de longos períodos de pouca oscilação nos retornos que produzem grandes diferenças nos resultados. Este efeito é mais pronunciado quando o objetivo é estimar o VaR para níveis de significância muito baixos (menores que 1%).

Outro problema é a falta de adaptabilidade das estimativas, ou seja, incapacidade de perceber rapidamente mudanças estruturais no ambiente financeiro como mudanças de regimes cambiais ou aumento de instabilidade decorrente da desregulamentação de um determinado mercado financeiro. Isto acontece porque o método aplica pesos idênticos a todas observações da série histórica. Assim, eventos ocorridos num passado distante continuam a ter o mesmo peso nas estimativas que os eventos mais recentes.

Este fato é pouco intuitivo, uma vez que as expectativas dos agentes económicos que atuam no mercado financeiro tendem a ser muito mais influenciadas pelo ambiente atual. Para tomar um exemplo extremo, parece ser bastante razoável afirmar que a crise de 1929 tem papel quase nulo para determinar a posição dos agentes no mercado nos dias de hoje.

Devido à característica discreta dos retornos extremos, o método produz uma estimativa das causas bastante pobres, região de interesse para o cálculo do VaR, o que tende a gerar alta variabilidade nas estimativas do VaR. O autor aponta, ainda, que a maior

perda estimada por SH não pode ser, por definição, maior que a pior realização da série histórica. Adelino Tanasse (2012).

É difícil chegar a uma conclusão definitiva sobre a robustez do método. A sua eficiência acaba por tornar-se uma questão empírica. Os resultados encontrados na literatura de VaR são controversos.

Autores como Danielsson & Vries, Kupiec (1997) “chegaram aos resultados semelhantes e apontam para uma inferioridade do método em relação a outros como o delta-normal e o VaR de valores extremos”. Enquanto, autores como Mahoney e Jackson et al., (1996), “indicam superioridade da técnica de SH”.

1.7.4. Análise de cenário (AC)

Essa metodologia é oposta à anterior e consiste no exame dos efeitos sobre as carteiras de oscilações hipotéticas, levando-se em conta as principais variações financeiras, eleitas dentro de um cenário de interesse para o investidor. É um método que leva em conta fatores completamente preteridos pela simulação histórica, e que força a gestão de risco de uma instituição a manter-se associada a cenários que se podem vir a formar, repentina e provavelmente.

De acordo com Bethlem (1999, p.31-34), os cenários “são textos escritos nos quais se apresentam sequências hipotéticas de simulações complexas, construídas com o propósito de concentrar a atenção nos processos casuais e pontos de decisão e facilitar a decisão de incerteza e ignorância parcial em que se encontram os tomadores de decisão”.

Vasconcelho et al., (1982) em seu modelo considera que “as técnicas de construção de cenários são particularmente adequadas para os seguintes questionários: quais os pontos fortes e fracos que podem ser afetados pelas mudanças no ambiente; quais as oportunidades que o ambiente oferece e quais as ameaças; e que mudanças poderão ocorrer”.

1.7.5. A Simulação de Monte Carlo

A simulação de Monte Carlo tem sido reconhecida como uma ferramenta de grande utilidade para tomadores de decisão tratarem situações sujeitas a risco em seus projetos.

Segundo Brealey & Myers (1998, pp.247-255) “a análise da simulação de Monte Carlo permite calcular o efeito da mudança de uma única variável de cada vez. Analisando o projeto sob cenários alternativos, pode considerar o efeito de um número limitado de combinações plausíveis de variáveis”.

O mesmo autor considera que “é um instrumento que permite considerar todas as combinações possíveis. Permite-lhe examinar a distribuição completa dos resultados do projeto” (1998, pp.247-255).

De modo geral, a análise de risco utilizando a simulação de Monte Carlo é definida por quatro passos distintos, ou seja:

- i) Desenvolvimento do modelo: nesta fase, o problema e suas características são modelados numa folha de cálculo, na qual, a relação entre as variáveis do modelo são estabelecidas;
- ii) Identifica a Incerteza e/ou Risco. Isto é, o modelo identifica as variáveis que exercem significativa importância no resultado;
- iii) Identifica a (s) Variável (eis) de Análise (Var. de Saída). Por outro lado, identifica as variáveis de estudo ou índices de desempenho do projeto cujos comportamentos serão analisados;
- iv) Gera simulação, analisa e decide. Executa as variáveis várias vezes, gerando a série de valores para variáveis de análise, Obtém a distribuição de frequência e distribuição de frequência acumulada para as variáveis de análise (saída), Toma a decisão com base nas informações obtidas em conjunto com outros aspetos relevantes do projeto.

O método da simulação de Monte Carlo permite avaliar carteiras complexas. É um método numérico de último recurso, uma vez que pode exigir recursos computacionais bastante elevados que faz amostragens da distribuição dos erros de previsão, calcula os fluxos de tesouraria resultantes para cada período, e regista-os. Depois de muitas iterações, começa a obter estimativas exatas das distribuições de probabilidade dos

fluxos de tesouraria exatas apenas na medida em que o seu modelo e as distribuições de probabilidade de fluxos de tesouraria podem ser exatos.

Carlos Pinho et al. (2011), consideram o método da simulação de Monte Carlo como “um método semelhante a simulação histórica, com a diferença de que se usa, nele, um processo estocástico. É reputado extremamente poderoso, quanto a seus efeitos, podendo incorporar, cenários extremos, ou de alta volatilidade”.

Embora muitas vezes dispendiosa e complicada, a simulação tem o mérito óbvio de obrigar a pessoa que faz as previsões e a que toma as decisões a considerar a incerteza e as interdependência. É flexível, pode-se usar para qualquer distribuição assumida para as rendibilidades, sendo que a normalidade não é requerida. Adicionalmente, este método poderá confirmar, ou aperfeiçoar, as suas previsões dos fluxos de tesouraria futuras e fazer cálculos mais fiáveis do VAL do projeto.

Embora poderoso, tem igualmente suas críticas. É extremamente difícil estimar as relações existentes entre as variáveis e as distribuições de probabilidades subjacentes, mesmo quando tentamos ser honesto. A forte dependência a modelos probabilísticos. Existe, assim, o risco de os modelos serem falsos, erróneos, o que pode levar a resultados incompletos, ou irreais. Com isso, somos levados a crer, mais uma vez, que seu uso exclusivo pode gerar distorções

1.7.6. Modelos institucionais de gestão de risco

Os sistemas de avaliação da capacidade de crédito de contraparte são tradicionalmente de carácter qualitativo. Entretanto, grandes avanços foram realizados nos últimos anos com o intuito de tratar o risco de crédito de forma agregada, como o risco de mercado. Com isso, surgiram algumas metodologias que atualmente são utilizadas pelo mercado pelas maiores instituições financeiras, cada uma delas com um enfoque, além de terem, naturalmente, vantagens e desvantagens.

Entre as principais metodologias de análise de risco de crédito utilizadas atualmente no mercado, podemos citar os modelos KMV, CreditMetrics, CreditRisk+, CreditPortfolio View e o modelo RAROC.

1.7.6.1. CreditMetrics

Este modelo proposto por Morgan (1997) é um dos mais difundidos e baseia-se nas matrizes de probabilidades de transição entre níveis de risco e faz marcação a mercado. A grande quantidade de dados necessária para se estimar a matriz de probabilidade e a inexistência de mercados secundários líquidos para empréstimos que viabilizem a marcação a mercado são dificuldades para a utilização desta abordagem nos países do terceiro mundo.

O modelo CreditMetrics é baseado na abordagem de risco de *spread*. Ele exige a marcação a mercado da carteira de crédito, de forma semelhante ao modelo utilizado pelo Riskmetrics para a avaliação de risco de mercado. O modelo CreditMetrics procura estabelecer qual será a perda de uma carteira de crédito devido às alterações na classificação de crédito dos devedores e eventuais ocorrências de *default*.

“O cálculo deste modelo exige o conhecimento do valor de mercado do empréstimo e de sua volatilidade. No entanto, estes valores não são diretamente observáveis no mercado” Carlos Pinho et al. (2011).

A fim de contornar este problema, utilizam-se dados disponíveis sobre a classificação de crédito do devedor, as probabilidades de que esta classificação mude ao longo do tempo (indicadas em uma matriz de alteração de *rating*), os índices de recuperação de cada faixa de classificação e os *spreads* do mercado secundário. A partir desse dados, obtêm-se estimativas do valor de mercado e de sua volatilidade, possibilitando o cálculo do valor em risco (VaR) de um devedor ou da carteira de crédito.

1.7.6.2. Modelo KMV

“O modelo KMV baseia-se na hipótese de que o mercado é a fonte mais eficiente de informações acerca da saúde financeira de uma empresa. Por esta hipótese, assume-se que o preço das ações de empresas negociadas em mercado aberto reflete as expectativas do mercado acerca dessa empresa” Adelino Etanasse (2012).

A metodologia baseada na teoria de opções KMV é uma abordagem estrutural onde o *default* é endógeno e se relaciona com a estrutura de capital da firma. Mais especificamente o *default* ocorre quando o valor dos ativos da firma cai abaixo de algum

limite crítico. A aplicação do KMV no caso de países não desenvolvidos é comprometida, entre outros fatores, pela sua dependência de um mercado de ações bem desenvolvido e líquido para as empresas devedoras.

A função de pagamento de um empréstimo está diretamente relacionada com o valor de mercado da empresa devedora. Se o valor de mercado de seus ativos superar o valor do empréstimo, os proprietários da empresa têm um incentivo para pagar ao credor e reter o valor residual como lucro caso contrário, a empresa devedora poderá tomar a decisão de entregar os seus ativos. Esse mecanismo é análogo à subscrição de um contrato de opção de venda sobre uma ação.

Se o preço da ação exceder o preço de exercício, o subscritor da opção reterá o prêmio da venda. Se o preço da ação cair abaixo do preço de exercício, a opção será exercida e o subscritor perderá montantes progressivamente maiores.

O valor do empréstimo pode ser então determinado como a subscrição de uma opção de venda sobre os ativos da empresa devedora. Entretanto, esse valor dependerá do valor de mercado desses ativos e suas volatilidades, parâmetros que não podem ser diretamente observados. Para contornar este problema, costuma-se extrair implicitamente do modelo, utilizando dados sobre o valor da dívida, o valor de mercado da empresa e sua volatilidade.

O modelo KMV inverte o problema, considerando o incentivo de pagamento por parte dos detentores do capital da empresa devedora. Com isso, torna-se possível determinar uma medida de frequência esperada de endividamento. O principal motivo que inviabiliza a sua utilização em mercados pouco evoluídos é a necessidade de mercados líquidos de ações e opções negociadas em bolsa, contemplando todos os ativos da carteira de crédito.

1.7.6.3. CreditRisk+

Um dos mais difundidos modelos na gestão de risco, o CreditRisk+, foi lançado em 1997 pelo Credit Suisse First Boston (CSFB). Trata-se de um modelo de origem atuarial e do tipo *default mode* (DM), onde as perdas originam-se apenas do *default* das exposições de crédito.

O modelo CreditRisk+ tornou-se um dos modelos de mensuração de risco de crédito ao nível de portfólios mais influentes mundialmente. Todavia, pouco utilizado nas instituições angolanas devido, entre outras razões, à pequena quantidade de parâmetros de entrada. Não obstante, a sua adequação à realidade angolana é passível de questionamento devido principalmente às hipóteses subjetivas do modelo. Contudo o é um modelo apropriado de teste a credibilidade das previsões do modelo que faz-se através de *backtesting*.

Este modelo trata o risco de *default*, ou seja, o risco do devedor não cumprir suas obrigações. Os devedores são classificados em faixas, cada um associado a uma probabilidade de ocorrência de *default*. O modelo assume que todos os contratos de empréstimo são levados aos vencimentos, ou seja, o pagamento ou o *default* ocorre apenas na data de vencimento do contrato. Eventos de *default* acarretam em uma perda equivalente ao valor integral do empréstimo, excluída a taxa de recuperação.

O modelo assume a hipótese de que não existem relações causais entre eventos de *default*. No entanto, existem fatores internos que podem afetar de maneira semelhante aos devedores dando origem às correlações entre eventos.

É um modelo de risco, onde cada devedor tem apenas dois possíveis estados: devedor ou não. A medição das perdas esperadas e não esperadas do valor da carteira é o principal objetivo de análise deste modelo. O endividamento é modelado como uma variável contínua com uma distribuição de probabilidade caracterizada por uma parametrização específica da média e variância. No caso de *default*, a perda é de tamanho fixo, equivalente a sua exposição (líquida da taxa de recuperação).

Os empréstimos componentes de uma carteira de crédito são agrupados por faixas de exposição, de modo que a distribuição de eventos de *default* pode ser aproximada por uma distribuição de posição com determinada média m (não necessariamente constante). Entretanto, é importante ressaltar que tal aproximação só é válida supondo-se que as probabilidades p de *default* individuais são pequenas e o número N de devedores na carteira é alto. A forma mais correta de modelar estes eventos seria através de uma distribuição binomial.

1.7.6.4. CreditPortfolioView

MicKinsey (1997) propõe a sua metodologia CreditPortfolioView, que “consiste num modelo multi-período a tempo discreto onde as probabilidades de *default* são funções de variáveis macroeconómicas relevantes. Sua maior dificuldade de implementação nos países com mercado financeiros não desenvolvidos reside também na grande quantidade de dados necessária para a apropriada estruturação dos impactos macroeconómicos no portfólio de crédito”.

O facto de a maioria das operações de empréstimo serem levadas até ao vencimento e, principalmente, a inexistência de mercado secundário bem desenvolvido para contratos de crédito, sugere a utilização deste modelo para a mensuração do risco de uma carteira de crédito no nosso mercado. Por exemplo, a inexistência de mercado secundário dificulta a estimação dos *spreads* aplicados sobre contratos de crédito, dificultando a utilização do modelo CreditPortfolioView.

As limitações da estrutura de análise proposta por esta metodologia poderão não se ajustar a realidade do mercado bancário de Angola. As simulações de Monte Carlo podem ser explicadas para reduzir estas restrições, servindo de alternativas para a forma analítica do modelo CreditPortfolio View.

1.7.6.5. RAROC – Retorno Ajustado ao Risco nas Operações de Crédito Bancário

Basicamente em resposta as necessidades de mercado, metodologias ajustadas ao risco para a tomada de decisão de investimento e especificação de ativos foram propostas nas últimas três décadas.

Segundo Silva (2015, p.190-192) “estas metodologias combinam medidas de retorno e risco. O Risk Adjusted Return on Capital – RAROC é, talvez a mais utilizada destas metodologias ajustadas ao risco. Rapidamente, ele está a tornar-se um fator crítico nas decisões de crédito de uma instituição financeiras”.

O RAROC foi inicialmente ensaiado por uma instituição financeira norte-americana nos anos setenta. Conforme originalmente definido, o RAROC pode ser escrito matematicamente como: Lucro Económico/Capital Económico.

O lucro económico é definido como o lucro efetivo, sem a influência de eventos extraordinários ou convenções contabilísticas que não reflitam a situação económica real da instituição.

Atualmente, a grande maioria das instituições financeiras líderes adotam o RAROC (ou uma variação dele) nas suas rotinas diárias. O RAROC pode ser utilizado como uma ferramenta de tomada de decisão para: a) Alocação de capitais; b) Avaliação de desempenho económico, c) Determinação de *spreads* diferenciados, compatíveis com as perdas esperadas; d) Administração ativa de portfólio de crédito (maximização de RAROC).

As metodologias baseadas em RAROC “são complementadas pelas chamadas metodologias de Valor Económico Agregado, que oferecem uma alternativa interessante e com um enorme potencial para a tomada de decisões estratégicas na indústria bancária” (Stewart, 1991, p.388).

Na abordagem de Bastos (1999, p.60), estas metodologias “ (quando adaptada à necessidade das instituições financeiras) medem o desempenho económico de um banco através da comparação entre o seu Lucro Económico e o seu Custo de Capital. No contexto das operações de crédito, estas metodologias exigem que os empréstimos sejam estendidos somente se eles forem capazes de agregar valor económico para a instituição”.

Existe uma relação direta entre o RAROC e as metodologias de Valor Económico Acrescentado que pode ser expresso matematicamente como: Valor Económico Acrescentado = (RAROC x Capital Económico) /Custo de Capital.

A utilização de metodologias ajustadas ao risco depende pesadamente de uma quantificação precisa do capital económico da instituição. Por sua vez, o cálculo do capital económico exige a utilização de sofisticadas metodologias de mensuração de risco de crédito. Qualquer instituição financeira, que deseja estar em linha com as melhores práticas do mercado financeiro internacional deve investir na medição de risco de crédito.

1.7.7. Modelos dos indicadores económico-financeiros

De acordo com os autores Porfilio et al. (2004, p.15) O uso dos indicadores “passa, então, por analisar todos os custos e benefícios inerentes a determinado projeto de investimento ou carteira de projetos, reportado a um dado momento, de modo a que sejam passíveis de comparação e servir de suporte à decisão de avaliar, ou não, com o investimento”.

Para António (2005, p.37), os indicadores permitem “analisar a situação económico-financeira da empresa para reduzir o risco de crédito”. Esta análise é feita com base nos valores retirados das diferentes rubricas do balanço, da demonstração de resultado e de outras informações financeiras que a empresa disponibiliza.

Para mensurar o risco de crédito, devem ser enquadrados determinados conceitos que servirão de base para o cálculo do valor do investimento. Por este facto, os analistas financeiros desenvolveram um conjunto de rácios económico-financeiros.

Face à multiplicidade dos rácios económico - financeiros desenvolvidos por diferentes autores, para o propósito desta dissertação, pareceu adequado identificar aqueles rácios que permitem avaliar, comparar e controlar a progressão económica e financeira da empresa.

1.7.7.1. Rácios económico ou de equilíbrio a curto prazo

Segundo Neves (2008, p.117) os rácios de liquidez, destinam-se “a analisar a capacidade da empresa em reembolsar as dívidas, ou seja, em cumprir os seus compromissos financeiros no curto prazo”.

“A liquidez que normalmente caracteriza os investimentos financeiros é mais imediata que os investimentos físicos onde, normalmente, um investimento é feito a Médio/Longo Prazo, com poucas possibilidades de reversibilidade e com grandes consequências ao nível de Cash-Flows, dada a concentração de elevados montantes de capital que cada projeto implica” (Porfírio et al., 2004, p.96). É habitual desagregar o indicador de liquidez em três patamares:

Liquidez geral: Este indicador mede a capacidade a empresa em gerar meios para satisfazer os seus compromissos no curto prazo.

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Activo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Quanto maior for este rácio, maior será a proteção para os credores de curto prazo. Segundo Batista (1995, p.122) “é vulgarmente aceite que as rubricas (caixa, os depósitos à ordem, os títulos negociáveis e as dívidas de terceiros de curto prazo) têm maior valor de liquidez do que as existências”.

Se as rubricas das disponibilidades e as dívidas de terceiros de curto prazo forem superiores aos valores das existências, um rácio menor de liquidez geral pode ser satisfatório sob um ponto de vista de crédito. O valor do rácio deve ser considerado em função das influências sazonais a que a empresa está sujeita, no momento da análise.

Liquidez reduzida “é muitas vezes utilizada pelo analista de crédito. Pretende conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades” (Batista 1995, p.122).

$$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{disponibilidades} + \text{títulos de curto prazo} + \text{contas a receber}}{\text{passivo de curto prazo}}$$

Se este rácio for demasiado baixo poderá significar que a empresa não está a vender as suas existências a um ritmo aceitável. Por este motivo, as dívidas de terceiros de curto prazo não são grandes (porque não havendo vendas não pode haver recebimentos).

Liquidez imediata: é um indicador muitas vezes utilizado pelos analistas de crédito para conhecer o grau de cobertura dos ativos circulantes por disponibilidades.

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponib.} + \text{título de curto prazo} + \text{valores a receber}}{\text{passivo circulante}}$$

Quanto maior for o rácio, maior será a garantia dessa cobertura. Reafirma-se o que dissemos no rácio de liquidez geral, devendo o analista de crédito elaborar a sua análise, numa perspetiva dinâmica.

$$\text{Margem de S.Tesouraria} = \frac{\text{Disponib.} + \text{títulos de curto prazo} + \text{valores a receber}}{\text{pagamentos diários decorrentes das operações}}$$

Os rácios de liquidez apresentam algumas características menos desejáveis. Dado que tanto os ativos como os passivos de curto prazo variam facilmente durante a atividade económica e financeira da empresa, as medidas de liquidez podem tornar-se muito rapidamente desatualizadas as informações financeiras. Nestas ocasiões, É importante conhecer e analisar a capacidade da empresa utilizando um outro conjunto de indicadores.

1.7.7.2. Rácios financeiro ou de alavanca financeira

Estes rácios apresentam exclusivamente aspetos financeiros, tais como: a estrutura financeira de uma empresa e a capacidade de endividamento. O seu uso torna-se manifestamente significativo na análise de risco e concessão de crédito bancário.

Segundo os autores Brealy & Myers (1998, p.768) o rácio de endividamento “é geralmente medido através do quociente entre a dívida a longo prazo e os fundos totais a longo prazo”.

$$\text{Rácio de Endiv.} = \frac{\text{dívida a longo prazo} + \text{vl da locação financeira}}{\text{dívida a longo prazo} + \text{vl da locação financeira} + \text{capital próprio}}$$

O rácio acima apura o quanto a empresa utiliza o capital alheio para financiamento das suas atividades, permite ainda uma análise da estrutura financeira da empresa a médio e longo prazo. Trata-se de um aumento ou redução de capital muito frequente e prende-se, na maioria dos casos, com dificuldades financeiras da empresa.

Nas reduções de capitais podem surgir sequência de três situações distintas: Cobertura de prejuízos; saída de um sócio e excesso de capital. O nível de endividamento elevado das empresas é uma das considerações que as empresas devem ter em conta ao analisar uma proposta de crédito. Alguns sectores com elevado endividamento são mais vulneráveis, como tal mais propensos ao risco.

Rácio de cobertura dos juros: é uma outra medida do endividamento permite aferir até que ponto os juros estão cobertos pelos lucros antes de juros e imposto (LAJI) mais as amortizações.

$$\text{Rácio de Cobertura dos juros} = \frac{\text{LAJI} + \text{amortização}}{\text{Juros}}$$

O pagamento regular dos juros é uma barreira que as empresas angolanas enfrentam e que tem sido difícil ultrapassar para evitar o nível de incumprimento. O rácio de cobertura dos juros mede a folga que existe acima da barreira. Este indicador procura saber se a empresa dispõem de mais ativos para reembolsar o capital alheio a médio e longo prazo.

Rácio de solvabilidade permite avaliar a capacidade da empresa em solver o seu compromisso no médio ou longo prazo. Este rácio confronta os capitais próprios com o passivo.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital próprio}}{\text{Passivo}}$$

Rácio de autonomia financeira mede o grau de independência da empresa face aos seus credores ou seja, mede o grau de cobertura do ativo pelos capitais próprio.

$$\text{Autonomia financeira} = \frac{\text{Capital próprio}}{\text{Capital total}}$$

Quanto maior o valor deste indicador, maior a proporção de capital próprio aplicado, ou seja, maior o risco de insolvência a prazo. O rácio de autonomia financeira quando apresenta valores elevados é visto, na perspetiva dos credores, como um sinal de solidez financeira.

Para Luís et al. (1996, p.416) a estrutura do endividamento “é um indicador que “permite aferir a maturidade do passivo. É importante para o analista de crédito analisar cada situação o grau, a opção pela utilização de um ou de outro é dependente das preferências do analista, uma vez que exprimem precisamente a mesma realidade”.

$$\text{Estrutura de Endividamento a c.p} = \frac{\text{Passivo de curto prazo}}{\text{Passivo}}$$

1.7.7.3. Rácio de funcionamento

Para Brealy & Myers (1998, p.682) o rácio de funcionamento “Permite analisar a eficiência das decisões na gestão dos recursos aplicados”.

Este rácio indica o grau de utilização do ativo da empresa. Ou seja, reflete a rotação do ativo, medindo o seu grau de utilização.

$$\text{Rácio das vendas sobre os activos} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Activos}}$$

Um rácio elevado pode indicar que a empresa está a operar próximo da sua plena capacidade. O inverso pode significar a subutilização de recursos. Este efeito pode ser analisado quando utilizados os rácios das vendas sobre o Fundo de Maneio.

Este rácio “exprimem a tendência de uma empresa depender, basicamente, dos seus fornecedores e de empréstimos de curto prazo, para satisfazer as suas necessidades financeiras” (Brealy & Myers, 1998, p.682).

Uma rotação alta pode indicar expansão ativa, enquanto uma contração traduz um uso deficiente do fundo de maneiio.

$$\text{Rácio das vendas sobre o fundo de maneiio} = \frac{\text{Vendas}}{\text{Fundo de maneiio médio}}$$

As condições de funcionamento da empresa têm significado quando o analista utiliza o rácio da rotação das existências.

$$\text{Rotação das existências} = \frac{\text{Custas das mercadorias vendidas}}{\text{Existencias médias}}$$

Uma rotação elevada das existências é muitas vezes vista como um sinal de eficiência. Mas não é de tirar conclusão precipitada. Pode apenas significar que a empresa gasta tudo quanto ganha (rutura frequentes de stocks). Em vez de se analisar o rácio em rotação, é frequente na sua análise o analista saber qual a proporção das vendas que se transforma em lucros, observando-se a margem de lucro.

$$\text{Margem de lucro líquida} = \frac{\text{LAJI} - \text{Impostos}}{\text{vendas}}$$

O uso deste indicador tem significado se o analista financeiro utiliza o indicador prazo médio de recebimento. Este rácio dá-nos a ideia da velocidade com que os clientes liquidam suas dívidas. Pode ser representado da seguinte fórmula:

$$\text{prazo médio de recebimento} = \frac{\text{Saldo médio de clientes}}{\text{vendas anuais}} * 360$$

Um rácio baixo indica a eficiência do departamento de cobrança, mas por vezes resulta de uma política de crédito indevidamente restritiva. É importante que o analista financeiro viabilize a sua política de financiamento para mensurar o nível elevado de incumprimento e assegurar a atividade da empresa.

O rácio prazo médio de pagamento é um indicador financeiro que aplica os mesmos requisitos que foram expressos relativamente ao prazo médio de recebimento. Este rácio indica-nos o grau de financiamento dos fornecedores, exploração ou o poder comercial. O que podemos desejar para este rácio é que quanto maior melhor, isto desde que se respeitem os prazos concedidos pelos fornecedores.

“Uma análise pormenorizada que implique a construção de mapas de fornecedores por forma a analisar como é que as compras destes têm vindo a ser pagas” Luís et. al. (1996, p.412).

$$\text{Prazo médio de pagamento} = \frac{\text{Saldo médio de fornecedores}}{\text{Compras}} * 360$$

1.7.7.4. Rendibilidade do ativo total e do capital próprio

O conceito de rendibilidade é um dos mais importantes na análise de risco e gestão de crédito para as empresas, pois diagnostica a situação económica e financeira da empresa. Este rácio dá-nos a ideia da capacidade da empresa gerar resultados positivos.

Segundo Luís et al. (1996, p.772), diz que a rendibilidade do ativo total “é um indicador que mede frequentemente o desempenho da empresa através do quociente entre os resultados operacionais *RO* e o ativo total (os resultados definem-se normalmente como os lucros antes dos juros, mas após impostos) ”.

Este indicador permite ao analista financeiro estudar a rendibilidade da empresa independentemente da forma como a mesma vai ser financiada.

$$\text{Rendibilidade do activo total} = \frac{\text{LAJI} - \text{imposto}}{\text{Activo total médio}}$$

O mesmo autor diz (Luís et al., 1996, p.772) ainda que, “a rendibilidade do capital próprio da empresa reflete a rendibilidade contabilística obtida pelos acionistas da empresa) ”.

$$\text{Prazo Recuperação da dívida} = \frac{\text{Emprestimo obtido}}{\text{Res. Líq} + \text{Deprec. Exerc.} + \text{Provisões Exerc.}}$$

Estes indicadores permitem avaliar se os encargos financeiros são cobertos por resultados gerados pela atividade operacional da empresa. Ao nível da solvência a prazo importa também utilizar o rácio de cobertura da dívida para analisar o grau de cobertura da empresa. Se este indicador for inferior a 1, implica dizer que a empresa se encontra excessivamente endividada, logo não poderá gerar resultados suficientes para solver os compromissos de dívidas.

1.8. Acordos de Basileia

Existe, com efeito, reguladores (*Comité de Supervisão Bancária de Basileia -CSBB*) e supervisores bancários que implementam políticas de classificação de crédito e de gestão de risco requisitos de capital e de liquidez para evitar resultados negativos no sistema financeiro.

As políticas de gestão são compostas por regras que garantem a solvabilidade e a solidez financeiras das instituições de crédito, protegendo assim os seus credores, nomeadamente, os depositantes.

Dada a importância da gestão de crédito, para mitigação do risco e a incerteza financeira que se estabeleceu com o abandono do sistema de Bretton Woods⁹ na década de 70, forçou os Bancos Centrais dos países desenvolvidos que integram o G-10³ a criar mecanismo que assegurassem a estabilidade do sistema financeiro. O objetivo foi fortalecer os Bancos que nele participam, bem como proteger o depositante.

Foi criado em 1974 o Comité de Supervisão Bancária Basileia que permite criar padrões de supervisão bancária, gestão de risco e boas práticas nos bancos.

1.8.1. O Surgimento do acordo – Basileia I

Para uma harmonização dos padrões de supervisão bancária, em junho de 1988 este comité publicou o acordo de Basileia I considerado, o primeiro acordo de adequação de capital das instituições de crédito, ainda em vigor em muitos países. Este acordo teve como principal objetivo garantir a estabilidade no sector financeiro através do estabelecimento de níveis mínimo de fundos próprios pelos bancos.

O acordo de Basileia permitiu que as necessidades de capital dos bancos tivessem como função cobrir os riscos adicionais de crédito no sistema financeiro para minimizar a possibilidade de falência, posteriormente, também os riscos de mercado inerentes à sua atividade. O acordo definiu capital exigido aos bancos sobre determinadas formas que são:

⁹ Bretton Woods foi o nome dado a um acordo de 1944 no qual estiveram presentes 45 países aliados e tinha como objetivo reger a política económica mundial. Segundo o acordo Bretton Woods as moedas dos países membros passariam a estar ligadas ao dólar variando +/-1%. E a moeda norte-americana estaria ligada ao ouro a 35 dólares. Para que tudo funcionasse sem grandes sobressaltos, foram criadas duas entidades de supervisão, o FMI (Fundo Monetário Internacional) Banco Mundial BM. Disponível. [www.clubeinvest.com/ technical.../Bretton_woods/Bretton_woods.php.\(04/01/2015\)](http://www.clubeinvest.com/technical.../Bretton_woods/Bretton_woods.php.(04/01/2015))

O capital principal (*core capital ou Tier I*) é constituído pelo capital social (entradas de dinheiro dos acionistas), reservas, lucros acumulados, resultados líquidos do exercício e deduzidos aos valores das ações próprias, do capital ainda não consolidado, bem como os prejuízos acumulados, as despesas pré-operacionais e as imobilizações incorpóreas;

O capital suplementar (*supplementary capital ou Tier II*) é constituído pelas reservas de reavaliação, provisões gerais para o risco de crédito e instrumentos de capital de natureza híbrida (*compostos pelas ações preferenciais perpétuas e a dívida subordinada*).

Para medir e gerir o risco de crédito, este acordo definiu ponderadores aplicados às diferentes naturezas de ativos dos bancos baseados no risco do não cumprimento das obrigações:

- Ponderador de 0% para meios líquidos e garantias reais subjacentes.
- Ponderador de 20% para elementos do ativo e entidades do sector público ou do sector de crédito da OCDE.
- Ponderador de 50% para os empréstimos atribuídos a hipotecas sobre imóveis.
- Ponderação de 100% para os créditos concedidos ao sector privado, créditos e direitos sobre governos centrais dos países que não pertencem à OCDE, créditos concedidos a empresas comerciais pertencentes ao sector público, equipamentos e outros ativos fixos e instrumentos de capitais emitidos por outros bancos.

Sendo que para 0% de risco o Banco não tem risco de contraparte, pelo que não é exigível nenhum capital para assegurar o risco desse ativo. Assim, o risco de uma operação de crédito dá origem a um dado ponderador, o qual por sua vez, influencia o cálculo do capital a efetuar a essa operação, por conseguinte, o preço que pode ser praticado para manter a mesma rendibilidade dos capitais.

O acordo estabeleceu mínimos de solvabilidade para o sistema financeiro bancário internacional. Ou seja, para se conceder um crédito a instituição teria que ter pelo menos 8% do capital principal e capital suplementar total do balanço do banco. Por isso é que se estabeleceu o denominador *Rácio de cooke*¹⁰, enquanto no crédito hipotecário se fixa pelo 4%, dado o ponderador de 50% *risco menor*.

¹⁰ Cooke: são obrigações especiais que os bancos podem emitir para fazer face ao capital não no *Tier I* mas no *Tier II*.

Este rácio “Solvabilidade”, desde então foi objeto, ao longo do tempo, de ampla concentração, na medida em que não tinha em consideração, quer o risco de cada operação individual, quer a redução do risco de crédito decorrente da diversificação das operações creditícias. Isto é, um banco que concedesse uma única operação de risco acentuado, de um certo montante e um outro que se revelasse portador de uma carteira heterogeneizada de operações de risco reduzido, eram forçados a dispor, exatamente, da mesma percentagem de fundos próprios 8%.

Desde então, profundas transformações se têm vindo a operar no sistema financeiro mundial em resultado de uma sofisticação crescente de produtos bancários disponíveis, dos avanços tecnológicos e de uma liberalização na banca sem precedentes. Por outro lado, o acordo de 1988 “*Basileia I*”, que veio a ser aplicado em mais de 100 (cem) países, provou não ser inteiramente eficaz para fazer face aos períodos de instabilidade que entretanto ocorreram nos sistemas financeiros de alguns países. Ou seja, os critérios de Basileia I não estavam a corresponder aos propósitos que estiveram na sua base, surgindo, em consequência disso o novo acordo de Basileia, cuja abordagem se faz a seguir.

1.8.2. O surgimento de novo acordo – Basileia II

Esta ineficiência conduziu o CSBB à sua revisão, apresentando a partir de junho de 1999, propostas de revisão do atual acordo de adequação de capital dos Bancos. Várias consultas foram feitas posteriormente junto das entidades supervisoras e da comunidade bancária internacional. No final de 2006 foi implementado o novo Acordo de capital, designado Basileia II que definia a forma de aplicação dos novos requisitos de capital, para que os bancos de grande dimensão utilizassem como instrumentos de gestão de risco, com presença e atividade internacional.

Portugal acomodou este regime prudencial através dos Decreto-Lei n.ºs 103/07 e 104/07, ambos de 3 de abril, a que se seguiram, entre outros, o Aviso n.º5/2007 e Aviso n.º8/2008, do Banco de Portugal. Com este edifício legal, pretendeu-se alcançar um melhor ajustamento entre o capital exigido por regulamento e o capital necessário à cobertura dos diversos tipos de risco, com particular realce para o risco de crédito. Isto é, ainda que este quadro regulamentar não se proponha alterar a expressão do rácio de

solvabilidade, continuando a situá-lo em 8%, apela à indispensabilidade de se alterarem as ponderações de cada classe de crédito, as forma a que o capital envolvido reflita, adequadamente o risco associado ao crédito em apreço.

Este novo acordo de Basileia II tornou também o requisito de capital dos Bancos mais sensíveis aos riscos de crédito e também aos riscos de mercado. Pela primeira vez faz variar o RO ao nível de capital de cada entidade em função do perfil de risco por ele assumido ao longo do tempo. Assim, acabou por melhorar as práticas de mitigação de risco e gestão muito mais avançada no sector bancário. O acordo em análise permitiu ainda uma ponderação a 100% para efeito do cálculo do rácio de solvabilidade, preservar a solidez e deste modo a solvabilidade do sector bancário.

As alterações introduzidas no acordo de Basileia II foram feitas com base no rácio de cooke ao nível do denominador onde incidiram no apuramento do risco de crédito.

Para quantificar o risco de crédito o novo acordo permitiu o sector bancário optar por três etapas às quais se encontram distintos métodos. Utilizou vários processos para determinar as componentes da prática esperada

O primeiro processo é incumprimento *implica requisitos uniformes de capital não relacionado com a quantidade de crédito concedido, por isso sendo designado método-padrão.*

É mais sensível à quantificação do risco, ao separar os devedores empresariais por distintas classes com os respetivos ponderadores de risco derivados em função do rating que lhe é atribuído por agências.

Um outro processo é a previsão de incumprimento (*deixa de usar o rating externo passam a ser empregues sistemas internos de notação, denominado modelo Internal Rating Based 'IRB' este recorre a inputs internos para obter estimativas da Probabilidty Of Defaut 'PD' e valor sobre a EAD Advance*).

Sendo o grande objetivo de Basileia II promover a segurança e a transparência do sistema financeiro através de uma alocação de capital que reflita o verdadeiro risco, o acordo assenta em três pilares: Pilar 1 – requisitos de fundos próprios¹¹ mínimos de 8%:

¹¹ Os fundos próprios constituem um conforto capaz de, em situação extraordinárias, como perdas avultadas, permitir uma reação temporal, como por exemplo proceder a um aumento de capital social, continuando a desenvolver a atividade sem colocar em causa a sua solvabilidade.

os requisitos de capital mínimo baseado no Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco Operacional têm o objetivo de:

- a) Reduzir o risco de insucesso através da proteção contra perdas;
- b) Permitir o acesso aos mercados financeiros, satisfazer as necessidades de liquidez;
- c) Proporcionar incentivos a uma gestão de risco prudente com a utilização de vários métodos refinados de estimação de risco de crédito.

O risco de crédito encontra-se agora relevado com ponderadores mais correlacionados com o risco efetivo da contraparte. Haverá recurso mais alargado às agências de notação externas, bem como à introdução de novos ponderadores (40%, 75% e 150%) e um fator de conversão dos compromissos de curto prazo (20%).

Pilar 2 – Processo de Supervisão: A supervisão qualitativa será realizada por entidades reguladoras de controlo interno de risco bancário, exigindo as autoridades bancárias mais capital do que era exigido no 1- Pilar.

Pilar 3 – Disciplina no mercado: Novas condições de divulgação pública de relatórios financeiros com informações acerca dos riscos e da sua gestão para coagirem a uma melhor gestão de risco bancário.

As regras de Basileia II revelaram-se mais favoráveis ao crédito a particulares, penalizando o crédito as empresas, principalmente no que se refere às Pequenas e Médias Empresas. Contudo, privilegia as empresas com melhores indicadores económico-financeiros, bem como as com melhor informação da sua atividade (em suma com melhor *rating* – notação de risco) e que ofereçam melhores garantias.

A nível internacional, as implementações de Basileia II consistirão num aumento de: a) bancos que não consigam implementar métodos sofisticados; b) bancos que se especializam na gestão de ativos; c) bancos que grande parte da sua atividade se situa nos mercados de capital; todavia uma redução de: i) bancos que implementem métodos avançados; e ii) bancos cujo *core business* é o retalho e os empréstimos às PME's.

As alterações nas práticas comerciais a nível internacional já começaram a fazer-se sentir isto se demonstra por alguns factos:

- a) Preços ajustados ao risco; b) aumento da importância e das responsabilidades das agências de *rating*; c) mudança nas formas de financiamento por parte das empresas

com um *rating* baixo. A nível de impactos estratégicos sublinha-se: i) bancos a abandonarem ou reforçarem determinadas linhas de negócio; e até ii) alterações estruturais.

1.8.3. O surgimento de novo acordo – Basileia III

O surgimento da crise financeira de 2007 agravada em 2008 e que teima em perdurar, levou a prática do acordo de Basileia II a incompatibilidade na conta dos bancos admitindo o Grupo de Governadores dos Bancos Centrais e Responsáveis pela Supervisão, anunciar um conjunto de medidas abrangentes para o fortalecimento da regulação, supervisão e gestão de risco do sector bancário.

O comité de Basileia publicou em 2010 o acordo de Basileia III. Neste acordo, iniciou-se uma série de estudos sobre as causas e impactos da crise, procurando entre vários pontos: i) identificar as principais falhas dos modelos de regulação então vigentes no acordo de Basileia II; ii) Reformular o quadro operacional de modo a aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais sectores da economia e por último, reduzir o risco de contágio do sector financeiro sobre o sector real da economia.

Este estudo culminou com a divulgação de dois documentos *Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems* e *Basel III: International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring* (BCBS, 2010^a e 2010b) que, em conjunto, representam recomendações do acordo do Basileia II, suscetíveis de permitir o correto ajustamento dos bancos aos enormes desafios com que os ditames dos mercados se vinham confrontando.

O BCBS produziu um documento consultivo, *countercyclical Capital Buffer proposal*, (BCBS, 2010c), que permitiu efetuar estudo de um grupo de economias e concluiu que os períodos de excessivos crescimentos de crédito têm estado associados à construção de fragilidade no sistema financeiro e de contrações severas, tanto no crédito como na atividade económica, que culminaram, em alguns países, com crises no sector bancário.

Com o objetivo de proteger o sistema bancário de uma relação entre os ciclos de negócios e os ciclos bancários, o acordo de Basileia III estabeleceu novas regras de capital mínimo em relação à sua qualidade, liquidez e absorvência de prejuízos. Este

objetivo visava não só promover a cultura, os princípios, as boas práticas relacionadas com a boa governação, com relevo especial para a gestão de risco. Mas também controlar a interna *compliance*¹² e auditoria no sistema financeiro *especificamente no sector bancário* e aumentar as exigências de capital dos bancos.

Com o objetivo do novo acordo, o Banco Central do Basileia decidiu inserir grupos de alterações de medidas em Basileia III, que estão relacionadas com o capital regulamentar, risco de crédito e de liquidez das instituições financeiras. Em conformidade com as propostas de Basileia II o património de referência (PR) permanecerá composto de dois níveis (*Tier I*):

- i) Passará a ser composto de duas parcelas, o capital principal “*common equity Tier I*” e o capital adicional “*additional Tier I*”. Elementos escolhidos que demonstram a capacidade efetiva de observar perdas durante o funcionamento da instituição financeira.
- ii) O *Tier II* passa a ser constituído por elementos capazes de absorver perdas em caso de ser constatada a inviabilidade do funcionamento da instituição desde que atinja o máximo 50% do valor do capital do *Tier I*.

Segundo o comité de Basileia, o capital principal será criado pelo capital social, constituído por cotas ou por ações adicionais e ações preferenciais não resgatáveis, sem mecanismo de acumulação de dividendos, e por lucros retidos, deduzidos os valores referentes aos ajustes regulamentares.

Os grupos de alterações de medidas em Basileia III que estão relacionados são:

- Necessidade de reforçar a qualidade e montante do seu capital, acabando por ter uma maior capacidade para absorver as suas perdas,
- Limites mínimos do capital regulatório. Isto é, os bancos devem manter 4,5% do seu ativo ponderado pelo risco *RWA* ‘*Risk Weighted Assets*’ do capital principal, 6% do ativo ponderado pelo risco do *Tier I* e 8% do ativo ponderado pelo risco do total do seu capital regulatório;
- A última alteração está relacionada com o risco de crédito escopo do nosso trabalho conferindo maior rigor ao apuramento do ativo ponderado pelo risco *RWA* e aos requisitos de capital sobre o risco de contraparte.

¹² *Compliance* é o ato de cumprir, de estar em conformidade e aplicar regras internas e externas, para mitigar o risco de crédito no sector bancário.

As alterações feitas pelo acordo de Basileia III, vêm da necessidade de reforçar a qualidade e o montante do capital dos bancos *Capital conservation Buffer* para 2,5% em 2019, levando o requisito mínimo de core *Tier I* para 7% para aumentar a capacidade e absorver as eventuais perdas que surgem no sector bancário.

O comité estabeleceu limites para a distribuição de lucros, variando de acordo com a percentagem do capital principal observado. A aplicação desta regra fará com que o capital total mínimo em 2019 passe de 8% para 10,5%. Foi recomendado para este novo acordo o intervalo de variação do risco de capital principal para o sector bancário entre [0% e 2,5%]. A justificação para este ajustamento prende-se com o facto de, apesar de o máximo de 2,5%, ser valor consensual para diversas economias, tais economias, na sua maioria, têm uma exigência de capital situado entre 10,5% e os 13% do ativo ponderado pelos riscos.

Num estudo realizado pela KPMG, denominada análise sobre o acordo de Basileia demonstrou que já existem movimentos sobre o acordo de Basileia IV. O novo acordo de Basileia IV terá como objetivo aumentar o capital já existente no acordo de Basileia III e garantir uma estrutura conceptual de novas normas de capital.

1.8.4. O surgimento de novo acordo – Basileia IV

O acordo de Basileia IV irá originar mudanças no sistema financeiro. Para formar a base do acordo de Basileia, serão assentes os seguintes factos:

- A exigência para que os bancos atendam um menor índice de alavancagem;
- Restrição às vantagens oferecidas aos bancos que utilizam modelos internos para calcular as suas necessidades de capital;
- Mais divulgação de informações por parte do sector bancário e outros.

Em suma, a proposta do acordo de Basileia IV aponta para a intenção dos reguladores e gestores do risco de crédito usarem os requisitos de capital e liquidez para desviar os Bancos de negócios que estão a gerar custos para a sociedade e para os cofres públicos. Para o sector bancário, os reguladores pretendem um fundo com mais capital, mais liquidez e menos risco de crédito. Como resultado os bancos irão debater-se com menores retornos do capital e crescimento.

1.8.5. Regras de supervisão do sistema bancária

Durante o processo de Basileia, as perturbações financeiras foram surgindo. A incerteza crescente quanto a solidez nas técnicas de gestão do risco de crédito deu-se nas instituições de depósito (bancos comerciais, instituições de poupanças e uniões de crédito). Neste contexto, foi necessário que as instituições e comités¹³ a nível da Europa interviessem de forma rápida e eficaz, prestando apoio ao Comité de Supervisão Bancária de Basileia e melhorar a metodologia de classificação e avaliação do risco de crédito.

O trabalho técnico do Comité e do Banco Central Europeu (BCE) sob a égide do acordo de Basileia centrou-se na elaboração dos processos, procedimentos e metodologias de gestão do risco de crédito. Foi desenvolvido um sistema de avaliação do risco, que cobre o alcance e os princípios fundamentais de análise do risco. Cobre também a metodologia, os dados utilizados e os teste retrospectivos.

A metodologia tem como base uma combinação de indicadores qualitativos e de informação qualitativa, tendo sido concebido de forma a ser aplicável a todos os bancos comerciais. Foi desenvolvida uma nova metodologia para a quantificação das necessidades de capital e de liquidez no âmbito do processo de análise e avaliação do risco.

Uma das principais propostas prende-se com as medidas de gestão de risco efetuadas através de dois quadros: Gestão de risco operacional e a gestão de risco económico-financeiro. Este último quadro está concebido de modo a cobrir riscos resultantes de duas operações *de investimento*¹⁴ e *de crédito*¹⁵.

As operações permitem identificar, medir, minimizar e monitorar os principais riscos de atividades aos quais se encontram expostos nos documentos contabilísticos das empresas e nas fichas técnicas dos particulares.

¹³ O Banco Central Europeu (BCE), o Committee of European Banking Supervisors (CEBS), o Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors (CEIOPS) e o Committee of European Securities Regulars (CESR) As suas principais funções dos comités são: a assessoria à Comissão Europeia, a emissão de recomendações e a cooperação com autoridades de supervisão nacionais, nomeadamente no âmbito dos colégios de supervisores.

¹⁴ As operações de investimento são relativas às duas carteiras de investimentos: reservas cambiais e fundos próprios.

¹⁵ As operações de crédito dizem respeito as operações de políticas monetárias “*está incluindo a actividade de investimento e as operações de crédito*”.

O BCE em conformidade com o acordo de CEBS tem estado a acompanhar e a contribuir para assegurar que o Rácio de Cobertura de Liquidez (RCL) reaja adequadamente à cedência e absorção de liquidez estável na Banca. Que o Rácio de Liquidez a Longo Prazo (RLLP) recolha dados com vista a acompanhar e caracterizar o perfil de risco passíveis de serem cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento das condições de mercado.

Os requisitos de liquidez aumentarão, os amortecedores de liquidez diminuirão o risco de transformação dos prazos das instituições de créditos, reduzindo a excessiva interconetividade no sistema financeiro atenuando o risco sistemático de liquidez. Além disso, as regras harmonizadas de risco de liquidez deverão permitir alcançar condições de concorrência equitativas, bem como práticas adequadas de gestão de risco. Um outro efeito será o aumento do bem-estar geral na economia.

No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no plano de financiamento de curto prazo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas corretivas, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez.

Estas medidas serão estabelecidas sempre que se julgue necessário, no cumprimento das regras prudenciais emanadas pelo Banco. Por exemplo, o banco central obriga a manter um equilíbrio adequado entre os fluxos financeiros associados às rubricas do balanço, de forma a assegurar que dispõem de fundos líquidos para cumprir, em condições razoáveis, as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem.

Os avanços alcançados em matéria regulamentar contribuíram para a constituição de maiores reservas de capital e liquidez no sector bancário a nível internacional, melhorando a capacidade de absorção de choques do sistema bancário e estabelecendo uma base mais sustentável para a rendibilidade dos bancos a médio e longo prazo.

É possível antecipar ações de recuperação e atuar na gestão preventiva do incumprimento. A gestão do risco de crédito assume uma relevância significativa conseguida pela atribuição de responsabilidades na gestão dos sinais de alerta, pelas competências atribuídas aos responsáveis na prestação e atualização da informação e, pela definição das ações a desenvolver em face da classificação preditiva dos referidos sinais.

Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respetivas carteiras segmentadas do crédito é efetuada a monitorização do risco de crédito, avaliando a eficácia das políticas instituídas e a correspondente aplicação de medidas corretivas.

Na diminuição do risco de crédito o valor e natureza das colaterais garantias do crédito concedido¹⁶, bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte. O BCE em estreita cooperação com o Comité de Estabilidade Financeira desenvolveram modelos *Grelha de Scoring* que avalia, em primeiro lugar, a capacidade de reembolso e a probabilidade de incumprimento da contraparte, considerando os colaterais como uma segunda via de pagamento, por isso, não constituem necessariamente atributo principal dos critérios de avaliação, não obstante a sua relevância no consumo de capital regulamentar, quando elegíveis.

Estes instrumentos de gestão de risco permitem as instituições de crédito e os bancos comerciais deter capitais acionistas ordinários de base de qualidade tão elevada como as suas congéneres nacionais e internacionais assegurando o risco de crédito a plena coerência com o acordo de Basileia III.

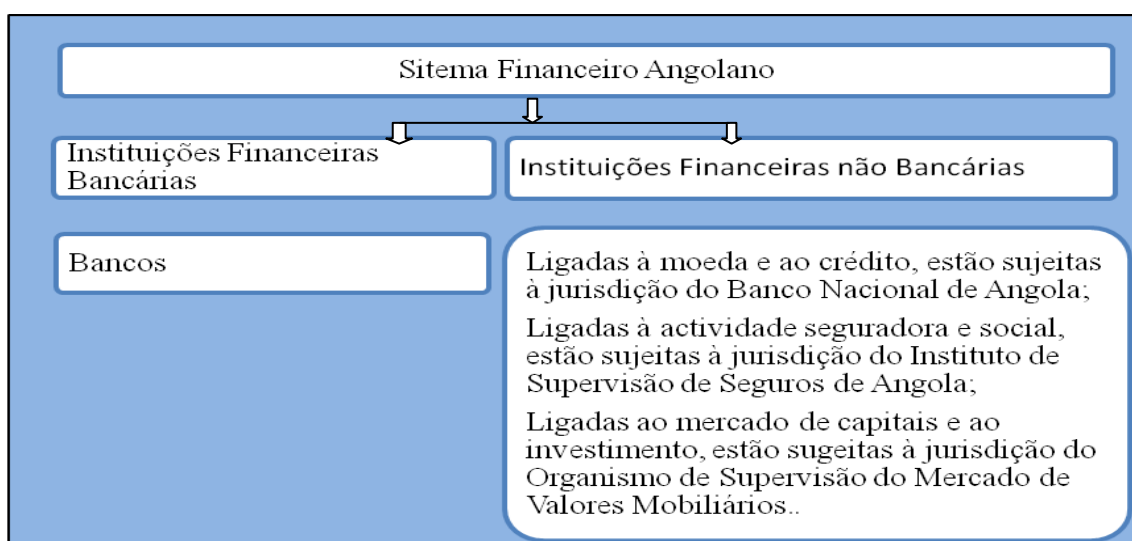
¹⁶ Garantias traduzem-se como um pagamento caso a empresa não tenha capacidade económico-financeira em reembolsar a sua dívida, diminuindo assim o risco de crédito para as instituições de crédito. consoante o risco de crédito inerente ao cliente as garantias podem ser pessoais (Aval, Fiança, entre outros) ou reais (penhor de depósitos, de fundo de liquidez e capital garantido, seguro de crédito, penhor de acções de obrigações entre outros.)

CARACTERÍSTICA DO SISTEMA FINANCEIRO ANGOLANO

2. Estrutura do sistema financeiro em Angola

O sistema financeiro angolano está constituído por um conjunto de instituições que asseguram a canalização da poupança para o financiamento. De acordo com o quadro legal¹⁷ que rege a atividade, a supervisão e o saneamento das instituições financeiras em Angola, o mercado de crédito tem vindo a dinamizar e a diversificar a estrutura económica em geral e do sistema financeiro em particular, conforme espelha a tabela abaixo.

Tabela 1: Estrutura do Sistema Financeiro Angolano



Fonte: Banco Nacional de Angola

Na generalidade, o sistema financeiro angolano conta com 67 instituições financeiras não bancárias entre casas de câmbio, sociedades cooperativas de crédito, outras sociedades que sejam como tal, qualificadas por lei ligadas à moeda e ao crédito, sujeitas ao regime jurídico das instituições bancárias e por consequência a jurisdição do Banco Nacional de Angola (BNA). Existe em Angola 29¹⁸ instituições bancárias, e apenas 23 bancos estão autorizados a praticar atividades. Permanecem 5 em fases de organização e estruturação sendo que uma poderá brevemente dar início as suas atividades.

¹⁷ Lei nº13/05 de 30 de Setembro, Lei das Instituições Financeiras, disponível <http://www.bna.ao>, 22/01/2015.

¹⁸ BNA, vide, Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Nacional de Angola, www.bna.ao 19-03-2014.

Das instituições financeiras autorizadas, 3 são bancos sob tutela do Estado. Estas instituições bancárias possuem igualmente atividades no mercado de seguros e de fundo de pensões, 12 são consideradas bancos privados nacionais, 7 são filiais de bancos estrangeiros privados e apenas uma instituição a operar como banco misto. Outras instituições estão ligadas à atividade seguradora, prestação de serviço, mercado de capitais e ao investimento.

Estas instituições têm como objetivo prestar um conjunto de serviços financeiros (pagamento, recebimentos, cheques, cartões de crédito, seguros e administração de bens), transformar os depósitos de curto prazo em empréstimos de médio-longo prazo, aplicar empréstimos para o consumo, financiamento, capital de giro e investimento aos particulares e empresas entre outros. Criam informações financeiras e promovem financiamento à economia tendo como bases o crescimento e desenvolvimento do país.

2.1. Posição relativa dos 5 maiores bancos angolanos

No sistema monetário e de capitais em Angola regista-se um aumento na procura de crédito polos sectores de atividades económicas. O valor total dos ativos, bem como o valor total dos depósitos e ainda a diversificação da carteira de crédito aos clientes, refletem-se na consolidação dos principais bancos que lideram o mercado financeiro angolano. Esta condição pode ser observada no gráfico 1.

Os cinco maiores bancos que lideram a quota de mercado em Angola são: BAI, BPC, BFA, BIC e o BESA¹⁹.

A posição relativa entre os maiores bancos manteve-se inalterada. O BAI continua a ser o líder²⁰ do ranking total dos ativos, seguindo-se-lhe o BPC, BFA, BIC e o BESA. Em 2012, a quota de mercado na segunda posição com 17,1% era ocupado pelo BESA. Atualmente numa situação complicada, o BESA (atualmente denominado Novo Banco) foi dividido em duas instituições uma de ativos bons e outra com os maus, o que fez reduzir a sua quota no ranking total dos ativos em 2013/2014.

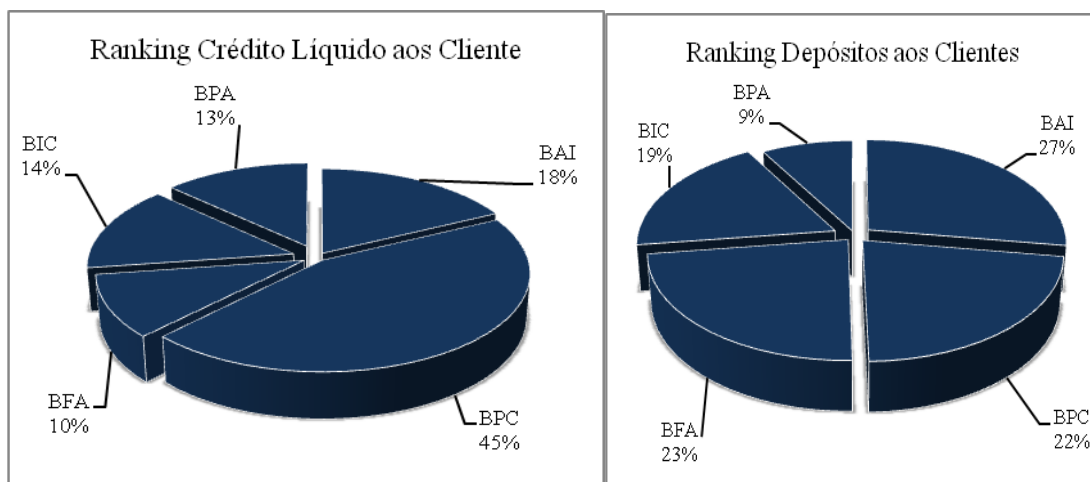
A nível do ranking do crédito líquido aos clientes e dos depósitos, à semelhança de outros agregados analisados no parágrafo anterior, o BAI continua a liderar o mercado.

¹⁹ BESA dados extraído no relatório de conta do BNA e Deloitte II trimestre de 2014.

²⁰ BNA e Deloitte, Banca em Análise Performance anual do sector em Angola, Outubro de 2015, p.74

A figura a seguir mostra a posição relativa dos cinco maiores bancos angolanos.

Gráfico 1: Ranking dos Créditos e Depósitos aos Clientes



Fontes: Relatório e conta dos 5 maiores bancos em Angola

2.2. Evolução do mercado de crédito em Angola

Com a crescente modernização do sistema financeiro angolano, em particular os bancos comerciais, outros operadores financeiros nacionais e estrangeiros entraram em cena nesta fase importante da atividade económica e de intermediação financeira, pilar determinante para o desenvolvimento económico e social do país.

De acordo com a informação do relatório e conta de 2014 do Banco Nacional de Angola (BNA), as contas externas de Angola foram saneadas em 2009 e 2013, como combinação de alta dos preços de petróleo e o colapso do comércio global e internacional.

Os dados disponíveis no relatório de fundamentação do orçamento geral do estado 2015²¹ indicam que a taxa de inflação em 2014, medida pelo IPC em Angola fixou-se em 7,48%, refletindo neste ano uma trajetória de queda contínua. Relativamente a 2013, esta taxa de inflação correspondente redução de 0,21 pontos percentuais face a inflação de 7,69 registado em 2013. Como se ilustra, a tabela abaixo:

²¹ "Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2015", in: <https://www.minfin.gv.ao/docs/rf.pdf>, extraído aos 09/04/2015, pelas 09h:00, P.P.13-45.

Tabela 2: Inflação acumulada e homóloga

| Mês | Variação Percentual Mensal | | | | | |
|-----------|----------------------------|------|------|-------------------|------|------|
| | 2012 | | | 2013 | | |
| | Inflação Acumulada | | | Inflação Homóloga | | |
| Janeiro | 0,73 | 0,61 | 0,76 | 11,48 | 8,9 | 7,7 |
| Fevereiro | 1,42 | 1,44 | 1,25 | 11,32 | 9,04 | 7,48 |
| Março | 2,03 | 2,11 | 1,76 | 11,12 | 9,11 | 7,32 |
| Abril | 2,74 | 2,72 | 2,28 | 10,88 | 9 | 7,22 |
| Maio | 3,41 | 3,62 | 2,91 | 10,51 | 9,25 | 6,95 |
| Junho | 4,11 | 4,27 | 3,5 | 10,11 | 9,19 | 6,89 |
| Julho | 4,8 | 4,81 | 4,13 | 10,02 | 9,04 | 6,98 |
| Agosto | 5,42 | 5,38 | 4,75 | 9,87 | 8,97 | 7,05 |
| Setembro | 6 | 5,91 | 5,42 | 9,65 | 8,93 | 7,19 |
| Outubro | 6,97 | 6,34 | 6,13 | 9,76 | 8,38 | 7,48 |
| Novembro | 7,96 | 6,89 | 6,69 | 9,83 | 7,94 | 7,49 |
| Dezembro | 9,02 | 7,69 | 7,48 | 9,02 | 7,69 | 7,48 |

Fonte: BNA e INE

A queda da taxa de inflação foi influenciada por fatores internos e externos. Entre os fatores externos destacam-se: a depreciação do Kwanza face ao Dólar em Dezembro 2014 e Janeiro de 2015. A taxa de câmbio de referência registou uma ligeira depreciação na ordem de 1,79%. Cujas evoluções se espelha na tabela abaixo:

Tabela 3: Variações do IPC (%)

| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------------------|------|-------|------|------|------|------|------|
| Depreciação Nominal | 0,15 | 18,12 | 4,39 | 2,84 | 0,55 | 1,03 | 1,79 |
| Annual Acumulada | | | | | | | |

Fonte: BNA (Cálculos do GERI - Ministério das Finanças)

O aumento do valor das exportações e de outros indicadores macroeconómicos beneficiaram a tendência de crescimento do PIB real em Angola em 2013. Em 2015, o crescimento do PIB real foi revisto em baixa, de 9,7% para 6,6%. Segundo o relatório, o crescimento real da economia deverá ser liderada pelo sector petrolífero, cujas previsões mais recentes apontam para uma expansão de 9,8%, apesar da taxa negativa de -3,5%, em consequência dos problemas operacionais restritivos da produção física em alguns blocos de produção.

As perspetivas atualizadas de crescimento para o sector não petrolífero, de forma significativamente moderadas avançam para 5,3%, prevendo-se um forte abrandamento face ao ano transato (crescimento real de 8,2%).

Os especialistas nacionais e estrangeiros indicam que o investimento direto estrangeiro (IDE) tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia de Angola, em virtude da expansão da indústria petrolífera e do investimento na reabilitação das infraestruturas. De acordo com o World Investment Report Publicado pela UNCTAD, Angola é o país mais importante a nível mundial enquanto recetor de IDE do que enquanto emissor. Em 2012-2015, o País posicionou-se em 22º Lugar do ranking mundial enquanto recetor de IDE (0,9% do total mundial).

A seguir apresenta-se a evolução dos principais indicadores económicos nos últimos 4 anos:

Tabela 4: Pressupostos Macroeconómico, 2015 (%).

| | Exec. | Exec. | Prel. | OGE | OGE Revisto |
|---|-----------|------------|-----------|-----------|------------------|
| | 2012 | 2013 | 2014. | 2015 | 2015 |
| Inflação (%) | 9,0 | 7,7 | 7,5 | 7 | 9 |
| Produção Petrolífera Anual | 631,8 | 626,3 | 604,4 | 669,1 | 669,8 |
| Média Diária (bbl/dia) | 1,73 | 1,72 | 1,66 | 1,83 | 1,83 |
| Preço Médio de Exp. do Petróleo (USD/barril) | 111,6 | 107,7 | 104 | 81 | 40 |
| Produto Interno Bruto | | | | | |
| Valor Nominal (Mil Milhões de KZ) | 10 876,00 | 12 056,30 | 11 495,15 | 13 480,90 | 11 534,9 |
| Taxa de Crescimento Real (%) | 5,2 | 6,8 | 4,7 | 9,7 | 6,6 |
| Sector Petrolífero | 4,3 | -0,9 | -2,6 | 10,7 | 9,8 |
| Sector Não-Petrolífero (NP) | 5,6 | 10,9 | 8,2 | 9,2 | 5,3 |
| Saldo Primário Não Petrolífero (% PIB NP) | -55,5 | -48,3 | -47,3 | -35,2 | -16,6 |
| Stock de RIL (Milhões de USD) | 30 632,30 | 30 945,3 | 26.907,09 | (A) | 19.277,18 |
| Taxa de Crescimento do M2 (em percentagem) | 33,5 | 15,2 | 20,2 | 16 | 14,8 |
| Investimento Directo Líquido (milhões de USD) | -9.638,7 | -13 164,18 | -8.901,91 | 9.079,06 | 9.079,06 |

2.3. Tipos de crédito em Angola

O mercado angolano aloja um conjunto de atividades económicas que sentem afetados por dificuldades no acesso ao crédito que assegura a estrutura económica do país. O empréstimo total da banca comercial angolana por sectores de atividade económica cifrava-se em Kz23.493 milhões. O total de crédito por sector de atividade económica foi essencialmente promovido pela evolução do crédito concedido aos particulares 64,82%, situando-se este na ordem dos kz15.227 milhões e às empresas em 35,18%, o que representa Kz8.266 milhões. A seguir apresenta-se o crédito total por sector de atividade económica em Angola nos últimos 6 anos:

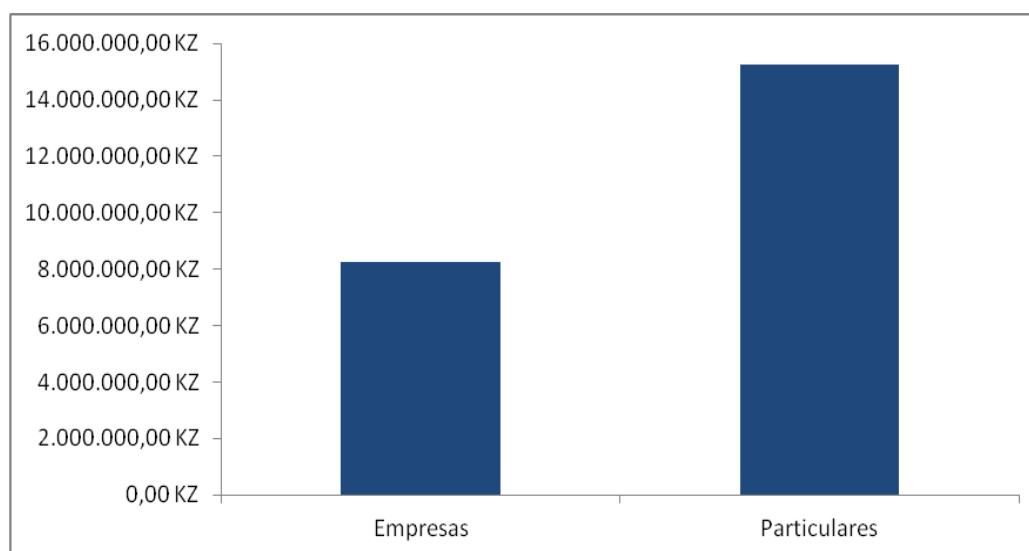
Tabela 5: Crédito total por sect. de activ. Económico em Angola (milhões de AOA).

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Agricultura | 11.378,46 | 30.376,75 | 35.231,27 | 74.348,45 | 81.512,33 | 131.539,78 |
| Pesca | 12.504,77 | 1.764,02 | 2.161,74 | 3.628,32 | 5.452,95 | 7.356,55 |
| Indústria Extrativas | 71.821,49 | 37.359,29 | 60.367,87 | 111.296,24 | 95.952,69 | 55.750,96 |
| Indústrias Transformadoras | 55.113,47 | 121.736,85 | 178.379,00 | 220.366,89 | 220.730,19 | 195.740,17 |
| Prod.eDistrib.de Electricidade, de Gáz e de Água | 9.400,83 | 1.674,42 | 4.914,19 | 2.043,63 | 2.527,23 | 6.339,66 |
| Construção | 107.511,66 | 123.544,60 | 171.523,77 | 268.588,93 | 288.442,67 | 319.658,54 |
| Comércio | 239.206,69 | 300.919,00 | 365.211,50 | 451.674,95 | 498.798,87 | 476.301,80 |
| Alojamento | 11.994,56 | 11.277,01 | 15.303,65 | 34.654,04 | 45.048,56 | 57.612,16 |
| Trasnportes | 66.569,54 | 76.153,32 | 83.472,28 | 74.249,26 | 82.518,88 | 58.681,75 |
| Activ. Financeiras, Seguros e Fundos de Pesões | 0,00 | 39.859,18 | 91.926,30 | 65.998,00 | 60.131,95 | 186.045,03 |
| Activ.Imobiliário | 88.348,29 | 168.533,26 | 319.700,40 | 285.451,56 | 321.595,04 | 396.144,90 |
| Educação | 62.299,12 | 4.487,89 | 5.697,00 | 8.684,37 | 9.005,00 | 8.771,06 |
| Saúde e Acções Social | 33.652,39 | 4.008,55 | 6.483,60 | 9.271,77 | 5.597,73 | 6.810,71 |
| Habitação | 250.869 | 293.042 | 507.280 | 443.655 | 478.849 | 520.201,00 |
| Outros Activ. De Serv.Colect., Sociais e Pessoais | 0 | 169.973,72 | 349.851,29 | 481.933,24 | 639.561,21 | 384.774,99 |
| Famílias | 107.455,98 | 363,78 | 399,64 | 3.282,22 | 6.114,95 | 2.053,10 |
| Crédito ao Consumo | 542.625 | 640.409 | 1.189.412 | 1.232.278 | 1.460.723 | 1.501.023,00 |
| Organismos Intern. e Out. Instit. Extra-Territórias | 0 | 193.023,46 | 49.124,36 | 2.348,38 | 475,76 | 665,28 |
| Particulares | 559.519,89 | 287.983,71 | 362.167,54 | 483.823,12 | 563.941,82 | 682.733,82 |
| Valores não Classificados | 452.063,91 | 245.650,73 | 53.733,32 | 82.704,35 | 356,37 | 1.280 |
| TOTAL | 2.682.335,51 | 2.752.141,14 | 3.852.339,81 | 4.340.280,80 | 4.867.335,33 | 4.999.484,26 |

Fontes: Banco Nacional de Angola e Relatórios de Contas dos 5 maiores bancos comerciais em Angola

Veja-se ainda a evolução gráfica das taxas de crescimento do crédito aos particulares e empresas na Economia, de 2009 até 2014:

Gráfico 2: Evolução do crédito aos particulares e empresas

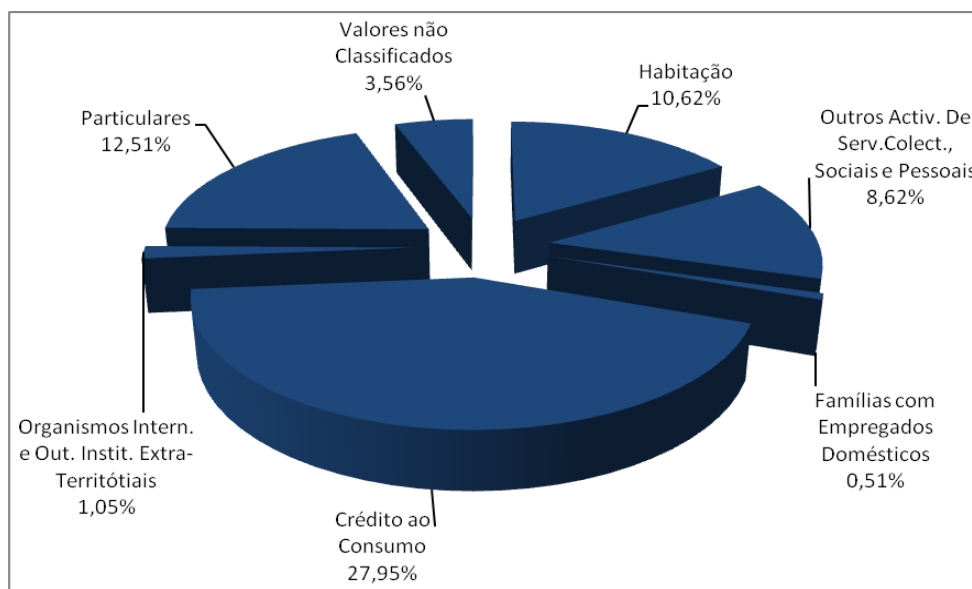


Fonte: Banco Nacional de Angola - Crédito Total aos Particulares e Empresas

Como se ilustra, na taxa de crescimento do crédito a particulares e empresas, a proporção de crédito concedido aos particulares resultou dos diferentes tipos de créditos, inclusive, o crédito às famílias com empregados domésticos, valores não

classificados, crédito aos particulares, outras atividades de serviço coletivos sociais e pessoais, crédito ao consumo, habitação, organismos internos e outras Instituições extra-territoriais. Cuja evolução gráfica se espelha a seguir:

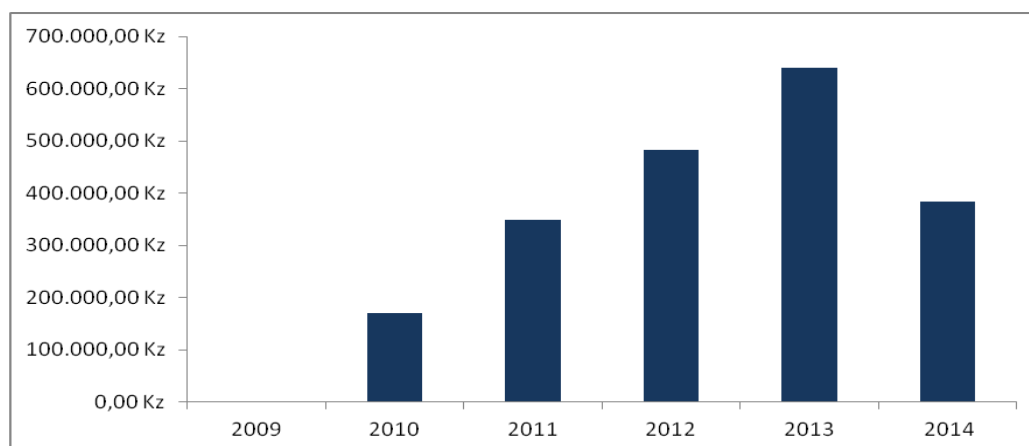
Gráfico 3: Proporção de crédito concedido aos particulares (%).



Fonte: BNA e 5 maiores Bancos Comerciais (2009 a 2014)

O gráfico abaixo apresentado permite-nos observar que a evolução do crédito às atividades sociais e pessoais financiadas pelos bancos comerciais angolanos no último triénio (2012 e de 2013) revelou uma tendência de recuperação em cada ano, como facilmente se pode observar, de Janeiro de 2010 até Dezembro 2013. O crédito por sectores sociais e pessoais evoluiu para mais de 8,62%, no início de 2014 e final de 2014 reduziu quase 0,23%.

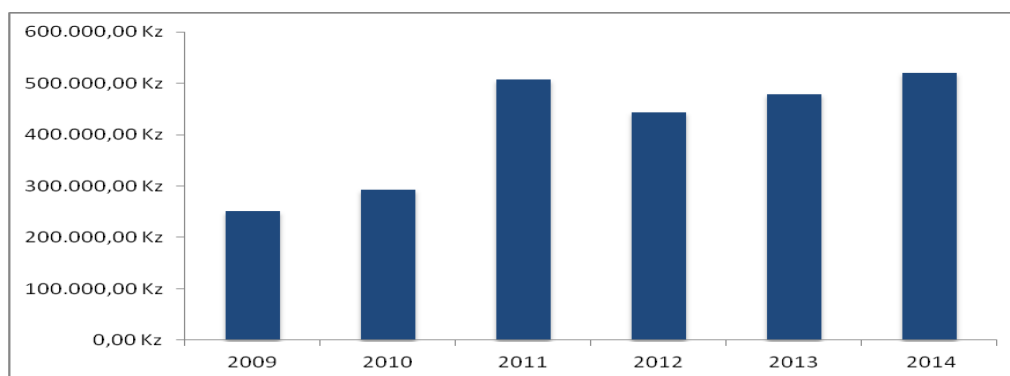
Gráfico 4: Evolução do crédito por sector de activ. de serviço Colect., sociais e pessoais



Fonte: BNA e 5 maiores Bancos Comerciais

Revelamos ainda dados da economia angolana relativa outros sectores de atividade em 2009 até final de 2014. A evolução do crédito por atividade sociais e pessoais em linha com o dinamismo dos empréstimos, concedidos a habitação e ao consumo, foram os mais beneficiados em termos de crédito concedido aos particulares. Durante o ano de 2011 até ao último triénio de 2013 a taxa do crédito por sector da habitação cresceu cerca de 10,62%, devido ao enfoque excessivo do crédito à construção e imobiliário. A seguir evolução gráfica espelha os referidos dados:

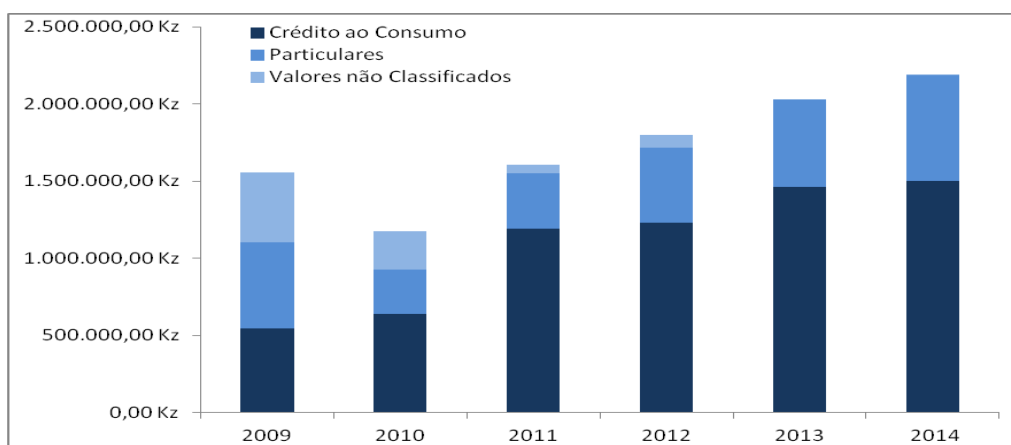
Gráfico 5: Evolução do crédito habitação em Angola



Fonte: Relatório e Conta dos 5 maiores Bancos Comerciais de Angola (2009 a 2014)

Verifica-se ainda em termos de análise do mercado de crédito em Angola a evolução das taxas de crescimento do crédito por sector de consumo que de 2009 até final de 2014, era um dos sectores menos privilegiado. Este ano (2015) tem-se notado uma mudança de postura da banca em relação ao sector de consumo, e a sua evolução nota-se facilmente pela diferença gráfica respeitante a 2009 com a dos restantes anos (2011 a 2014). Durante os seis (6) anos o crédito ao consumo beneficiou-se de Kz6.566 milhões, o equivalente a 27,95%. Contrariamente aos valores não classificados, as famílias com empregados domésticos e organismos internos e outras instituições extra-territoriais verificaram perspectivas naturalmente menos favoráveis na sua estrutura ao longo dos últimos quatro anos (2010-2014), cuja evolução gráfica se reflete a seguir:

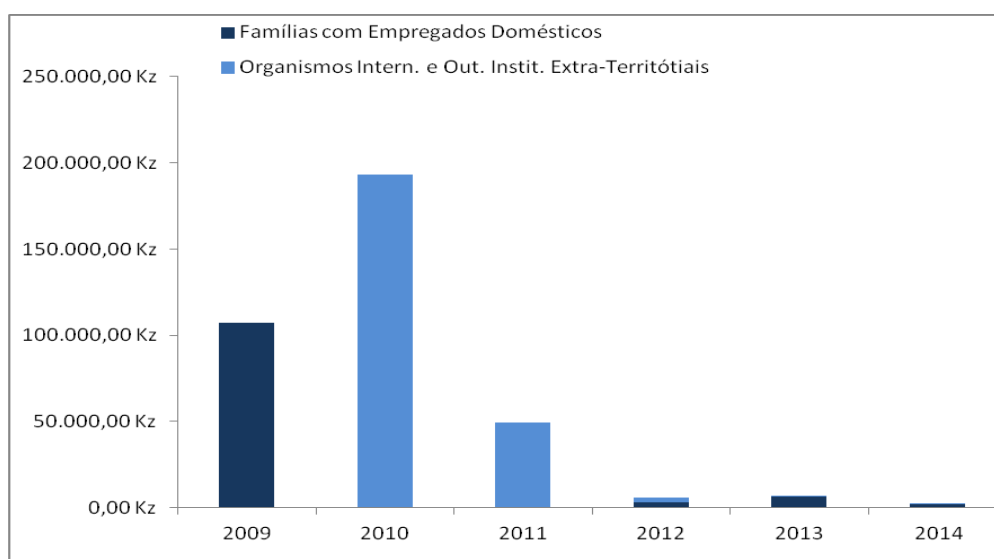
Gráfico 6: Evolução do crédito ao consumo e outros fins em Angola



Fonte: Relatório e Conta dos 5 maiores Bancos Comerciais de Angola (2009 a 2014)

A evolução do crédito as famílias e outros fins que apresenta numa evolução irregular ao longo dos 6 anos, embora com tendência crescente.

Gráfico 7: Evolução do crédito as Famílias e outros fins em Angola

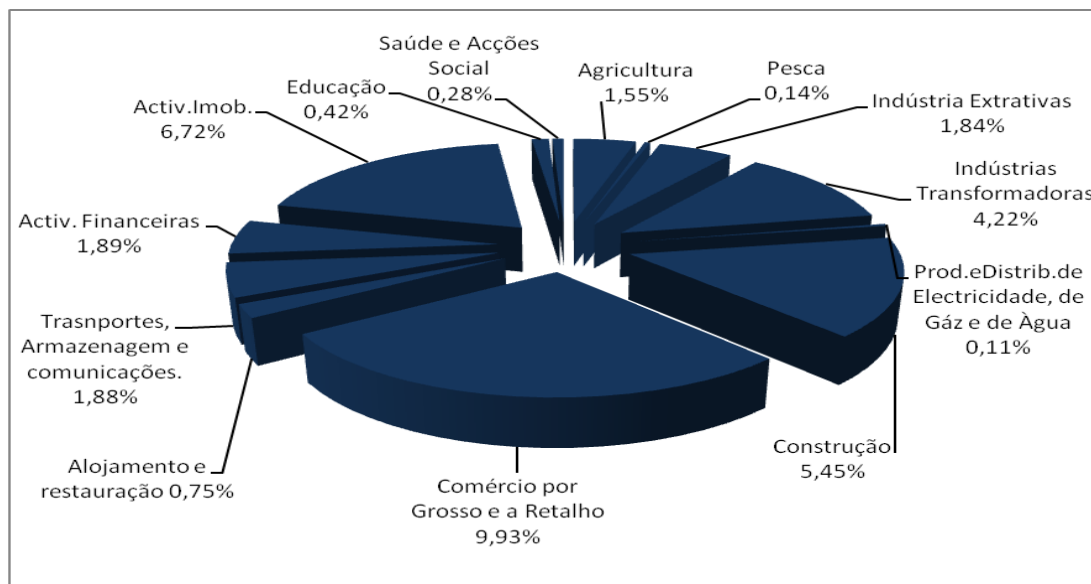


Fonte: Banco Nacional de Angola

Os créditos concedidos às empresas nos últimos quatro anos têm sido favoráveis. Os sectores do comércio a grosso e a retalho, construção, atividade imobiliária e indústrias transformadoras, foram os mais beneficiados na concessão de crédito pelas instituições financeiras angolanas. Já a agricultura, transportes e comunicação, pesca, saúde e ações sociais, educação, alojamento e restauração, produção e distribuição de eletricidade gás e de água, indústria extrativa e atividade financeira são sectores da economia que menos beneficiaram da taxa de crescimento do crédito as empresas pelas instituições

financeiras. O gráfico a seguir demonstra os resultados de cada tipo de crédito concedido às empresas e as suas posições:

Gráfico 8: Proporção de crédito concedido às empresas (%).

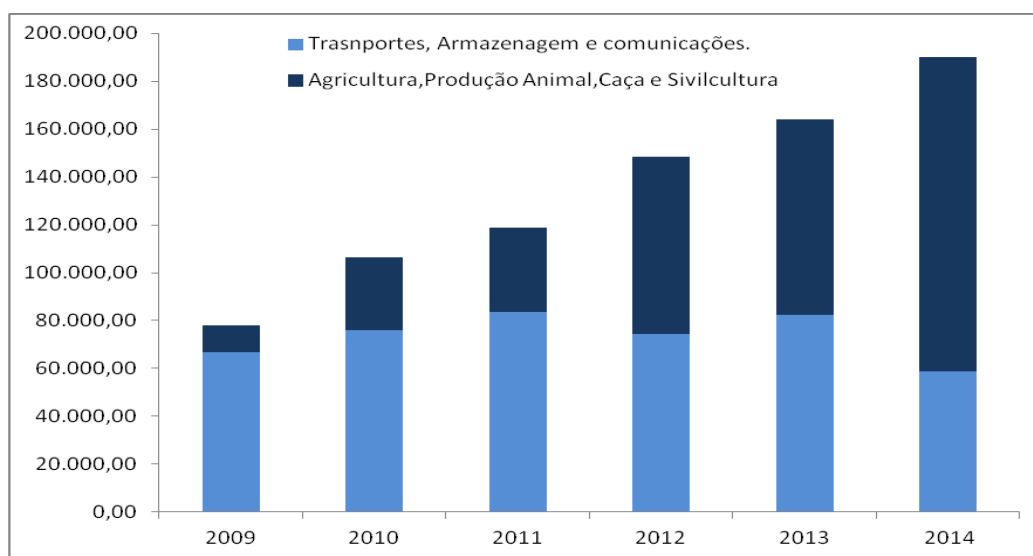


Fonte: BNA e 5 maiores Banco comercial (2009 a 2014)

Como se verifica, dada a linearidade do crédito, os sectores da agricultura, transporte e comunicação eram sectores menos privilegiados nos anos anteriores. Nota-se pela diferença gráfica respeitante a 2009 com os restantes anos (2010 – 2013). De 2009 até o terceiro trimestre de 2014 o sector de transporte e comunicação beneficiou de Kz441.645 milhões, o equivalente a 1,88%.

Por outro lado, o gráfico a seguir dá conta da evolução do crédito por sector da agricultura. De notar que o crédito agricultura teve uma tendência crescente de cerca de 1,55%, ao longo dos últimos três anos (2012 – 2014), apesar de ter a menor proporção de crédito. Nos primeiros cinco anos analisados o correspondente em Kwanzas situava-se nos 364.387 milhões. Ver gráfico a seguir:

Gráfico 9: Evolução do crédito a agricultura e transportes



Fonte: Banco Nacional de Angola - crédito a agricultura

De referir que a evolução do crédito a agricultura em 2009 e 2011 pode ser constatada através de alguns indicadores. O primeiro é relativo à falta de utilização de trabalho de mecanização agrícola²², outro indicador é a suspensão contínua do crédito aos agricultores familiares de modo incompreensível. O terceiro é a situação em que continuam as estradas secundárias e terciárias, que são vitais para a ligação entre as áreas rurais e os centros de consumo. O quarto indicador é a dificuldade de solução do problema do comércio rural.

Com efeito, treze anos decorridos desde o fim da guerra, e após sucessivas experiências sem sucesso, as áreas rurais continuam sem comércio estruturado e sem crédito.

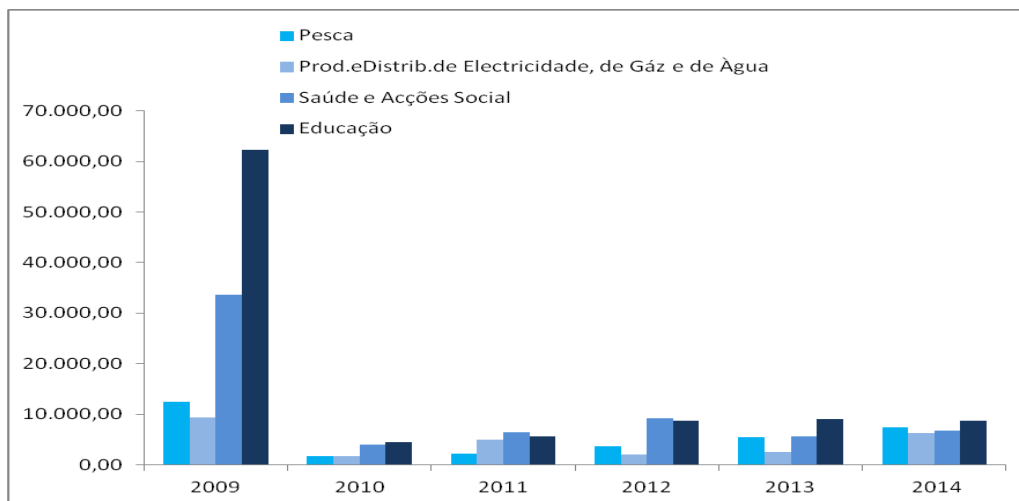
Um dos efeitos mais notórios da política seguida em relação à agricultura familiar é a cada vez mais notória redução dos campos de produção agrícola causada pela política do betão que vai sendo utilizada pelo executivo.

O gráfico a seguir representa a evolução do crédito por sector das pescas, distribuição de electricidades, gás e água com taxas de crescimento de 0,15% e 0,11%, que por sua vez também apresentam a mesma tendência de crescimento que o crédito à agricultura. Nos primeiros seis anos em análise apenas receberam como empréstimo bancário cerca

²² A campanha agrícola do IDA não relata progressos nos níveis de utilização de energia mecânica com tratores ou tração animal, o que significa que a percentagem de superfície cultivada apenas com uso exclusivo de energia humana ainda é superior a 95%, apesar das reservas com que devem ser encaradas as cifras relativas ao sector.

de Kz32.868 milhões e Kz26.899 milhões (cujo o peso total foi de 0,70%), respetivamente. É de referir que, os sectores da educação e saúde, conjuntamente exibem tendência descendente. (ver gráfico: Evolução do crédito a saúde, educação e outros fins sociais).

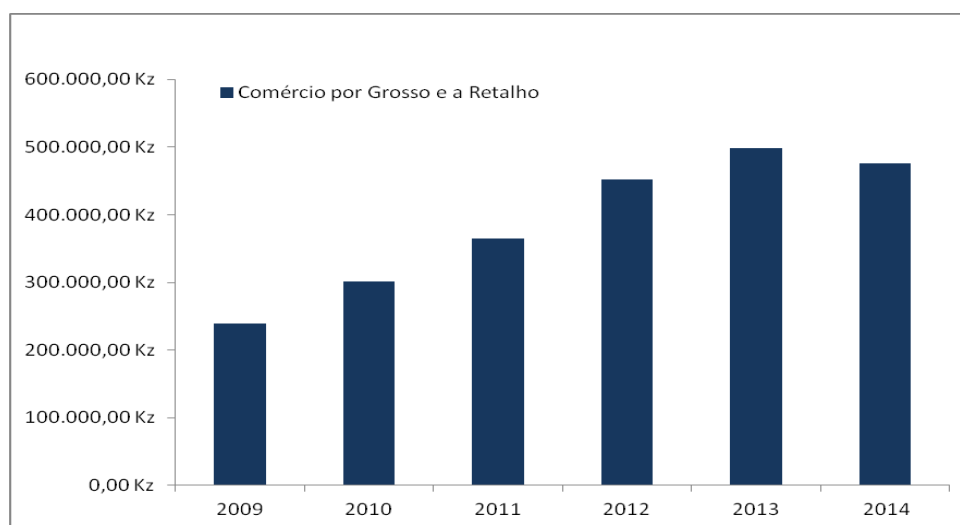
Gráfico 10: Evolução do crédito a saúde, educação e outros fins sociais em Angola



Fontes: Banco Nacional de Angola – evolução do crédito a saúde, educação e outros fins sociais

A análise e avaliação da evolução do crédito por sector do comércio a grosso e a retalho revela-se como um dos enfoques excessivos de financiamentos do sector bancário angolano. De 2009 até o último triénio de 2014, beneficiou em Kwanzas 2.332 milhões (9,93%). Segundo o relatório de conta do BNA de 2014 a tendência é sempre crescente. O gráfico a seguir o demonstra:

Gráfico 11: Evolução do crédito por sector do comércio por grosso e retalho



Fonte: Banco Nacional de Angola

A análise atenta do gráfico 12 mostra claramente a evolução do crédito por sectores das indústrias extrativa e transformadora, que nos últimos anos têm aumentado a sua quota na composição do PIB em Angola, também revelam a mesma tendência que a do comércio a grosso e a retalho (2% e 4,22%), respetivamente. O desempenho do sector da indústria transformadora passou de um crescimento negativo para o positivo nos primeiros três anos e manteve a evolução crescente ao longo dos últimos quatro anos.

Gráfico 12: Evolução do crédito as indústrias extrativa e transformadora



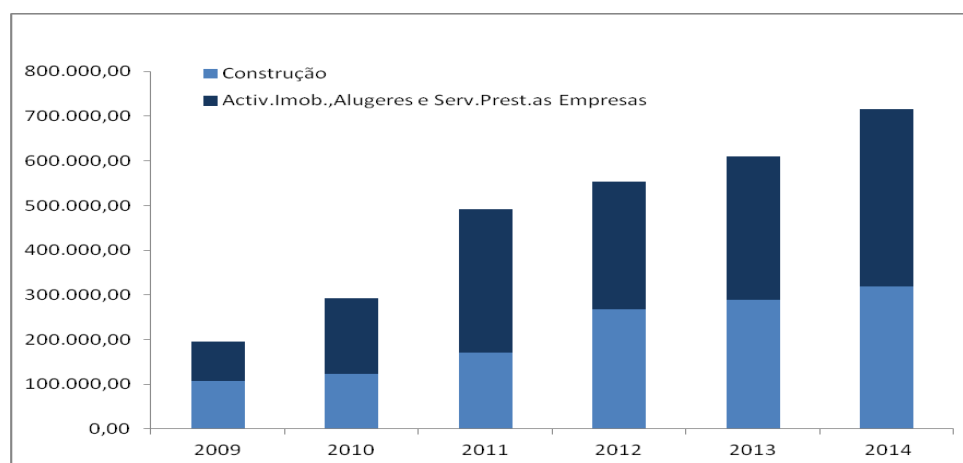
Fonte: Banco Nacional de Angola

A evolução do mercado de crédito às indústrias extrativa e transformadora tem permitido o sistema financeiro escoar os produtos de forma crescente a outros sectores, nomeadamente construção, atividade imobiliária, transportes armazenagem e demais sectores de atividades.

Os sectores da construção e atividade imobiliária, dos mais beneficiados (5,45% e 6,72%), apresentam volume de crédito às empresas ao longo dos cinco anos. Arrecadaram das instituições financeiras em Kwanzas mais de 1.279 milhões e 1.579 milhões, respetivamente. No entanto a economia mostra que é o sector com maior crescimento no país. Ela impulsionou à criação de novos estabelecimentos industriais, aumento do número de estradas reabilitadas, procura agregada de edifícios de escritório e *imóveis*, evolução do crédito habitação às empresas dos sectores petrolífero (operadores e prestadores de serviço a estas), assim como, a procura por parte de pequenas e médias empresas e particulares, apesar do risco eminente.

O gráfico a seguir dá ideia da correlação entre a evolução do crédito a construção e da atividade imobiliária no ano de 2009 até o terceiro trimestre de 2014.

Gráfico 13: Evolução do crédito a construção e Imobiliários



Nota: O "crédito Imobiliário, Alugueres e serviço prestado às empresas" são uma única rubrica nas estatísticas do Banco Nacional de Angola.

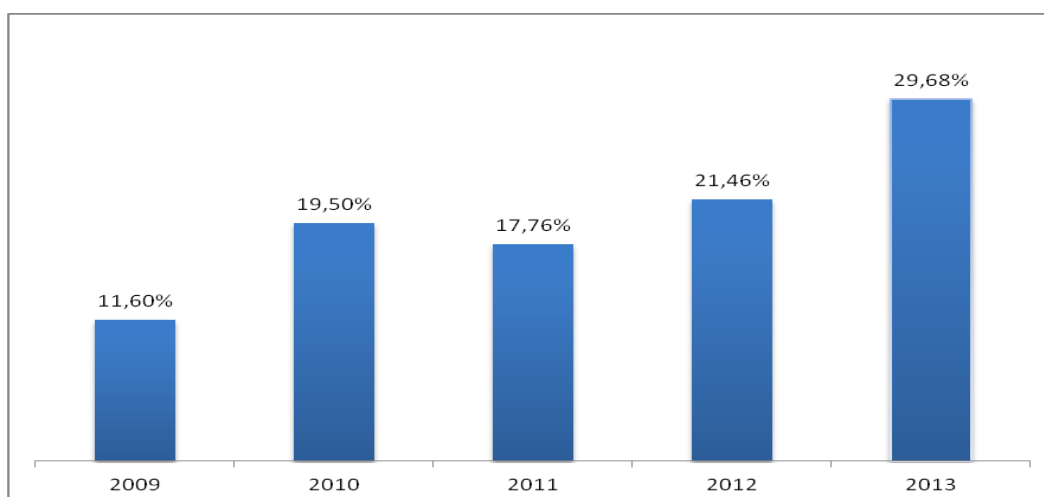
Fonte: Banco Nacional de Angola - Crédito a construção e imobiliário

2.4. Risco de crédito no sistema financeiro angolano

Conforme se constata nas pesquisas realizadas pelo BNA e Deloitte, em Outubro de 2014, o sector monetário e financeiro angolano estava cada vez mais incerto, com maior concorrência entre os bancos. Uma boa margem de lucro e centralização do crédito provinha de único sector de atividade económica. Há um aumento significativo dos riscos que envolvem a atividade bancária, o mais significativo: risco de crédito, relacionado com falhas de recebimento na carteira de crédito ligado às empresas.

O gráfico a seguir ilustra a evolução do crédito vencido e os juros a receber durante mais de 5 anos, desde janeiro de 2009.

Gráfico 14: Evolução do crédito vencido e juros a receber



Fonte: Relatório e Contas dos 5 Maiores Bancos Comerciais em Angola (2009 a 2013)

A qualidade do crédito por sector de atividade económica registou melhorias significativas em 2010-2012, tendo-se refletido na (1) queda do rácio de crédito mal parado sobre crédito total em 2010-2011; (2) queda do rácio provisões específicas sobre o crédito total e (3) queda do rácio provisões gerais sobre o crédito total (relatório de conta da Deloitte 2013).

O relatório da Deloitte (2013) classifica os seguintes pontos no sector bancário angolano: Índice de ambiente de negócios no mercado financeiro e de crédito (fraco), ambiente legal (fraco), ambiente contabilístico (fraco), mercados subdesenvolvidos (fraco), *corporate governance* (ausência), competências para gestão de risco (fracas), crime/corrupção, má combinação do ativo/passivo, entre outros.

Apesar das melhorias, especialistas nacionais e estrangeiros indicam que a competência para gestão de risco de crédito ainda é um fator crítico, com maior impacto sobre os negócios do mercado monetário e de capitais em Angola.

Os especialistas da Deloitte argumentam que a robustez do sistema financeiro e monetário angolano será posta à prova à medida que as instituições se desenvolvam e integram-se num sistema financeiro cada vez mais globalizado. Este fator crítico impõe que não se descure uma reflexão sobre a gestão de risco de crédito, sob pena de quando acordarem para esta realidade, as instituições já tenham sido ultrapassadas pelas suas congéneres estrangeiras que olham, desde já com interesse, para as oportunidades oferecidas pela economia angolana.

2.5. Regras de supervisão do Banco Nacional de Angola

No seguimento da adoção das boas práticas internacionais de forma gradual, mas firme, o BNA tem tido ações de convergência com os princípios emanados pelo Comité de Basileia, particularmente, no que se refere à identificação, monitorização e controlo do risco de crédito total que os bancos comerciais enfrentam na sua atividade. O BNA como banco central criou normas e regulamentos como o Art.1º, nº3, Lin. a) que determinam a classificação das operações de crédito das instituições bancárias autorizadas a funcionar no mercado angolano, conforme o Aviso nº03/12 de 28 de Março do BNA.

O conceito de crédito em risco é mais abrangente do que o de crédito com incumprimento. Neste sentido, considerando o elevado nível de risco nos resultados contabilísticos dos bancos comerciais, o BNA como banco central determina no Art.1/nº 1, que as instituições financeiras classifiquem os créditos concedidos e as garantias prestadas em ordem crescente.

Conforme os Avisos, os bancos comerciais implementarão e utilizarão diariamente modelos internos para a gestão do risco de crédito e alocação do capital. As instituições financeiras passaram a preocupar-se em desenvolver modelos similares aos teóricos para mensuração do risco de crédito. Esses modelos procuram resumir num único número as perdas inesperadas de uma carteira de empréstimos em decorrência de mudanças na qualidade de crédito dos devedores.

O BNA determina que a gestão de risco de crédito nas instituições financeiras abrange diferentes fases do processo de financiamento e é composto, essencialmente, por um sistema *Scoring* que reproduz a sua própria cultura, a sua filosofia de classificação e concessão de crédito, o que permite desenvolver ou adquirir rotinas de *Scoring* de automatização para registar um conjunto de fatores e gerir o risco de crédito.

No mesmo aviso, no Art. 1º, nº2 diz-se que na classificação individual do crédito devem-se ter em conta as características e o risco da operação e do tomador do crédito. Deste modo, o banco comercial na sua atividade ao classificar o crédito devem considerar as experiências dos analistas/decisores de crédito, atribuindo uma determinada pontuação total a cada facto considerado na análise do cliente *Scoring* medir a avaliação positiva ou negativa, o que determina a aprovação ou recusa da operação.

O ponto 3 do mesmo artigo Art. 1º, nº2 determina que a classificação individual do crédito no nível de risco deve ser efetuada com base a uma estimativa de perdas prováveis. Calcula-se mediante a utilização dos critérios como *rendimento, património, nível social e outros* consistentes, verificáveis e sustentadas por informações internas e externas contemplando pelo menos, os aspetos²³ do devedor.

O banco central tem vindo a reforçar os modelos de avaliação *Scoring automatizado* para que as bases de dados dos particulares, o escalão e limites de pontuação, o histórico de pontuação²⁴ de crédito favorável, o montante total do investimento e o montante total efetivo estejam em conformidade com a norma.

Importa proceder a uma análise comparada dos valores da aplicação do crédito consagrado no atual Aviso nº03/12 de 28 de Março do BNA no art. 6º, onde se determina que os créditos contratados com um cliente, cuja responsabilidade total seja de valor inferior a Kz1.000.000,00, podem ser classificados no momento da concessão do crédito. Nestes casos adota-se critérios próprios de avaliação que levem em conta a probabilidade de perdas, observando que a melhor classificação a ser atribuída deva corresponder ao risco de nível B”. Assim sendo, o banco comercial rege-se pelas disposições da norma nos registos das operações.

A classificação do crédito diferenciando, o montante total do investimento com o montante total efetivo do financiamento para evitar risco de crédito onde todas as operações com valor inferior a 1.000.000,00 são classificadas na categoria B.

No art.9º e 10º, dos nº1e 2 do mesmo diploma, citado anteriormente revisto por atraso do crédito, o BNA determina que as instituições financeiras revejam mensalmente a classificação de cada crédito em função do atraso verificado no pagamento de parcela do principal ou dos encargos. Ou seja, a medida em que os créditos entrarem em incumprimentos, os bancos comerciais devem aumentar as provisões para evitar prejuízos.

Na classificação da carteira de crédito por sectores de atividade económica, o mesmo aviso do art.11 consagra que as instituições financeiras revejam os resultados

²³ Vide, Através do Aviso n.º03/2012 do Art. 1º, nº3.Os aspectos a ter em conta ao devedor e seus garantes.

²⁴ Histórico de pontuação em termos prático significa atrasos nos pagamentos, Sobre-endividamento, contingências, entre outros. Isto significa dizer que quanto mais o histórico do cliente o analista tiver, mais confiança à partida o avalista terá do cliente.

contabilísticos sempre que haja sinal de risco de alteração significativa na conjuntura económica que venha a afetar o risco de suas operações”.

O BNA, enquanto banco central, entidade supervisora e elemento decisivo de atuação no sistema financeiro angolano, determina no seu molde do Ar.11º, nº1 e 2, do mesmo aviso que “as instituições financeiras mantenham adequadamente documentados a sua política e os procedimentos para a concessão, classificação e recuperação do crédito.

Para estes efeitos, segundo o BNA, a documentação deve evidenciar as seguintes alíneas: a) As modalidades operacionais e os mercados em que a instituição pretende atuar; b) O tipo e os níveis de risco que a instituição se dispõe a administrar; c) Os requisitos (documentos) mínimos exigidos para a concessão dos créditos; d) O processo de autorização e de formação dos encargos a serem aplicados a cada modalidade operacional ou tipo de cliente; e) As providências administrativas e judiciais a serem tomadas para a recuperação das perdas.

A aplicação prática desta norma nos bancos comerciais está rodeada de escalões que correspondem a: créditos aprovados pelo gerente do balcão do banco. Este analisa todas as informações necessárias que constam dos documentos dos clientes para efeitos estatísticos pontuação mínima. Após a análise encaminha o processo à competência administrativa e judicial, ao *comité de crédito*, para um tratamento específico.

As instituições financeiras reconhecem o mérito do Aviso, tratando as modalidades operacionais aplicáveis às empresas e aos particulares com base a classes média e alta. É de referir ainda que uma empresa que é titular de um crédito *exemplo de um micro crédito* caso não pague o valor em dívida, o risco do banco é maior, pois o banco perde a totalidade do montante emprestado. No caso dos particulares, o crédito concedido a um grupo com segmento de percentagem do risco, o significado é que o banco estima o número de clientes que não vão pagar o crédito que lhe transmita menor prejuízo.

Para fazer face a provisão de créditos de cobrança duvidosa o art 13º,nº2 do mesmo aviso recomenda às instituições que a provisão máxima em cada nível de risco limita-se à percentagem estabelecida para o maior nível de risco. Com o intuito de conhecer o valor aproximado do prejuízo, os bancos devem apropriar-se e administrar o risco.

Um cliente que se pretenda financiar e apresenta salário domiciliário, a classificação do crédito segundo o BNA corresponde ao nível do risco **C** (Reduzido). No caso do crédito ao consumo, automóvel e hipotecas, a classificação atribuída corresponde ao risco do

nível **B** (Muito Reduzido). Para o nível de risco **A** (Nulo) a classificação do crédito é feita pelo Ministério das finanças ou Estados. Seja a tabela abaixo, em que o BNA apresenta da classificação do risco de crédito por sector de actividade.

Tabela 6: Classificação do risco de crédito por sector de actividade (%).

| Nível de Risco | A (Nulo) | B (Muito Reduzido) | C (Reduzido) | D (Moderado) | E (Elevado) | F (Muito Elevado) | G (Perda) |
|--|-------------|--------------------|----------------|----------------|-----------------|-------------------|------------------|
| % de Previsão | 0% | 1% a 3% | 3% a 10% | 10% a 20% | 20% a 50% | 50% a 100% | 100% |
| Tempo em Incumprimento | | | | | | | |
| Operações com Prazo inferior a dois anos | Até 15 dias | De 15 a 30 dias | De 1 a 2 meses | De 2 a 3 meses | De 3 a 5 meses | De 5 a 6 meses | Mais de 6 meses |
| Operações com prazos superiores a dois anos | | De 30 a 60 meses | De 2 a 4 meses | De 4 a 6 meses | De 6 a 10 meses | De 10 a 12 meses | Mais de 12 meses |

Fonte: Banco Nacional de Angola

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

3. Metodologia

Este capítulo apresenta a metodologia adotada para realização da dissertação. Para demonstrar o impacto dos modelos de gestão de risco de crédito bancário para minimizar o incumprimento em Angola, utilizamos um suporte metodológico que se encontra estruturado da seguinte forma: Formulação do problema e questão de investigação, definição dos objetivos da investigação, natureza do estudo, objeto de estudo, estudo de caso, instrumentos utilizados para recolhas de dados, justificação e importância do estudo, questões orientadoras.

3.1. Formulação do problema e a questão de pesquisa

Para Almeida & Freire (2003) “o desenvolvimento de um estudo de investigação prevê a limitação e a identificação de um problema de pesquisa, bem como a definição de um plano de orientações da sua concretização”.

Deste modo, verificamos que da pesquisa efetuada os modelos de gestão do risco do crédito utilizados pelos analistas e gestores de crédito dos cinco maiores bancos comerciais em Angola nem sempre estão adequados aos seus negócios de acordo com os modelos e técnicas geralmente aceites.

3.2. Questão de investigação e objetivos

Segundo Fonseca (2002, p.32) “Para desenvolver uma investigação é indispensável seleccionar questões de pesquisa a utilizar”. Assim, partindo da situação problemática, pensamos dever ser colocada as questões a que se pretende dar resposta com esta investigação.

- Dos modelos de gestão do risco de crédito existentes, quais os mais utilizados na instituição bancária que melhor se ajustam à análise do risco e tomada de decisão para concessão de crédito?
- Será que os modelos de gestão do risco de crédito que os analistas e gestores de crédito dos cinco bancos comerciais utilizam em Angola afetam a qualidade e quantidade (além do necessário) de crédito?

- Será que os modelos de gestão do risco de crédito que os analistas e gestores de crédito dos cinco bancos comerciais utilizam em Angola diagnosticam o grau de incumprimento?
- Na utilização destes modelos, os analistas e gestores procedem conforme o recomendado no mundo da gestão financeira (sector bancário) nacional?

Perante o problema de investigação, a questão de pesquisa apresentadas, é necessário analisar os objetivos gerais e específicos da nossa dissertação.

Objetivo principal da dissertação é:

- i) Verificar os modelos de avaliação e gestão do risco de crédito utilizados no sector bancário em Angola;

Como objetivos específicos, foram definidos os seguintes:

- i) Verificar os modelos de avaliação e gestão do risco de crédito utilizados pelos analistas, gestores de crédito dos cinco bancos angolanos em estudo;
- ii) Verificar se os modelos utilizados na análise e gestão do risco de crédito têm contribuído para reduzir o nível de incumprimentos;
- iii) Compreender o processo de decisão e prevenção do risco, a estratégia dos analistas de créditos e gestores na análise dos riscos com base nos modelos para a aceitação ou rejeição de financiamento;
- iv) Comparar os modelos, apresentando as vantagens e desvantagens de cada um.

3.3. Natureza de estudo

Método “é uma conceção intelectual coordenada em conjunto com as operações, em geral mais técnicas” (Grawitz 1986). Segundo este autor “as características dos métodos qualitativos na análise do comportamento humano, na observação naturalista *não controlada*, na subjetividade *perspetiva de incidir*, na orientação à descoberta o processo e o seu carácter exploratório, descritivo e indutivo e a pesquisa quantitativa recorrem à linguagem matemática para descreverem as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, entre outros”.

Assim, o estudo desta investigação é de natureza qualitativa, com uma amostra intencional utilizando técnicas de natureza qualitativa (entrevistas, documentos com análise de conteúdo e documental).

Pois, na abordagem do Serapioni (2000) in Seabra (2010 p.20) “permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente e pressupõe uma análise profunda de significados, conhecimentos e atributos de qualidade dos modelos de gestão do risco de crédito bancário estudado, mais do que a obtenção de resultados de medida”.

Os dados para esta investigação são enquadrados e interpretados em contexto holísticos de situações, acontecimentos económicos e financeiros ou experiências vividas particularmente significativas para as pessoas implicadas.

Pode-se dizer que o principal interesse deste estudo não é efetuar generalizações (não estudamos todas as instituições financeiras de Angola), mas antes particularizar (apenas os cinco bancos) e compreender os sujeitos e os fenómenos na sua complexidade e singularidade.

3.4. Objeto de estudo

O objeto de estudo desta dissertação resume-se nos modelos de gestão do risco de crédito utilizadas nas cinco instituições bancárias em Angola para tomada de decisão de financiamento e como afetam o (in) cumprimento do crédito. Deste modo, efetuou-se uma pesquisa aos modelos de gestão do risco de crédito utilizados em Angola para depois os relacionar com as práticas das instituições bancárias em estudo.

3.5. Estudo de caso

O estudo de caso desta dissertação analisa, em particular, os modelos de gestão do risco de crédito utilizados pelas entidades financeiras (sectores bancários) que atuam no mercado angolano. As entidades estão sujeitas à legislação que exige a implementação de uma estrutura de gestão de risco de crédito.

Assim, a nossa população é constituída por cinco bancos comerciais onde extraímos informações a partir dos seus responsáveis/gestores da área de crédito que nos serviram de fontes. Trata-se, assim, de um estudo de caso múltiplo pois, como refere Yin (2005,

p.32), “o estudo de caso investiga um facto contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre facto e contexto não estão claramente definidos”.

Foram selecionados para o estudo de caso as instituições bancárias nomeadamente o BAI, BPC, BFA, BANCO ATLANTICO e o BCA localizados na província de Benguela.

A escolha destas instituições deve-se ao facto de ao nível do ranking, do crédito líquido aos clientes e dos depósitos, lideram a quota do mercado angolano. Pelo que, e segundo Bogdan & Biklen (1994), foram consideradas “instituições cujos sujeitos entrevistados são interlocutores privilegiados”.

O estudo foi realizado na província de Benguela porque a minha atividade laboral é feita em Benguela. “Esta abordagem permite descrever um fenómeno em profundidade através da apreensão de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos pois, nestes estudos, há sempre uma tentativa de capturar e compreender, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos indivíduos sobre determinado assunto” (Bogdan & Biklen, 1994).

Para análise dos modelos de gestão do risco de crédito foram entrevistados 5 analistas/gestores de créditos dos cinco bancos selecionados, para aferir a apetência, a aversão e sensibilidade que têm em relação aos modelos de gestão do risco de crédito.

A escolha deste grupo de indivíduos no estudo deveu-se ao facto de que uma investigação dessa dimensão deve ser acompanhada por pessoas que conhecem de perto as principais dificuldades dessa área.

Na escolha das fontes, consideramos os seguintes critérios: naturalidade, idade, anos de experiência profissional na empresa, nível de instrução e faixa etária. A escolha destas variáveis tem como objetivo observar se os analistas de créditos e gestores financeiros têm comportamentos diferentes na seleção (do crédito aos particulares e empresas) e análise do risco de crédito para a tomada de decisão de financiamento.

No tocante ao critério, nível de instrução, os entrevistados apresentam uma diversificação de qualificações académicas: Licenciado; Pós-graduado e Mestre. Refere-se ainda que, os entrevistados exercem funções administrativas e de chefias.

A obtenção de um bom consultor comercial requer o desenvolvimento de competência específicas nomeadamente uma capacidade especial de cultivar relações de longo prazo,

focando-se nas necessidades dos clientes e na busca de soluções criativas para resolver problemas. O profissional de crédito terá potencial para desempenhar um trabalho de qualidade superior, caso disponha dos adequados conhecimentos técnicos e postura comportamental. É por isso fundamental encontrar, atrair e reter os melhores profissionais, normalmente aqueles que sobressaem em termos das características necessárias ao desempenho das funções de crédito.

Por seu turno, Franck Moreau citado pelo autor (Carvalho, 2009, p.103-104) refere que quem geria bem o risco eram os indivíduos com grande abertura de espírito, humildades e com uma vontade permanente de conhecer e aprender. Adicionalmente, salienta que dois valores estão subjacentes à cultura de risco: o respeito e a confiança”.

Assim sendo, a escolha desta característica tem como objetivo observar se o comportamento das fontes é diferente tendo em conta os seus diferentes níveis de instrução, embora o nosso objetivo seja identificar se comportamento dos entrevistados converge com as regras utilizados no sector bancário em Angola, já que está geralmente ligada a indivíduos instruídos, pois é a forma a que estão expostos na escola.

Segundo o autor Carvalho (2009, p.105) “esta visão geral sobre o gestor de risco poderá parecer exígua, por não estarem identificadas as competências técnicas requeridas pela função”.

Todavia, não deixa de ser um fator os requisitos fundamentais para a gestão de risco residirem precisamente nas características pessoais, as quais concedem a capacidade de fazer mais a quem quer do que a quem pode”.

É expectável que a população selecionada possua histórias de vida diversificadas, dadas as suas funções administrativas e de chefias serem de natureza diferenciada, que consequentemente lhes tenham proporcionado experiências variadas, especialmente no que concerne aos modelos de gestão de risco de crédito aos particulares e às empresas.

No que concerne à variável faixa etária, os entrevistados selecionados enquadram-se numa faixa etária que vai dos 28 aos 60 anos de idade. A seleção desta variável tem como objetivo verificar a capacidade profissional dos mesmos na tomada de decisão recomendada no sistema financeiro em Angola.

3.6. Instrumentos de recolha de dados

A modalidade de pesquisa adotada nesta dissertação consistirá numa pesquisa bibliográfica²⁵, documental e pesquisa de campo. Com a bibliografia se realizou um levantamento do conhecimento atual veiculado na literatura especializada mundialmente sobre os modelos de gestão do risco de crédito aos particulares e às empresas.

Para além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realizamos recolha de informação técnica para uso adequado do padrão.

Os dados que servem de base ao estudo que aqui apresentamos foram recolhidos em Benguela. A recolha de dados foi efetuada em duas fases. A primeira nos dias 6 e 20 de Março e 12 e 22 de Abril de 2015 e a segunda foi efetuada nos dias 2 e 15 de Maio de 2015.

Para esta recolha, fizemos um estudo transversal, entrevistando cada fonte uma única vez. A entrevista aplicada é do tipo de pesquisa qualitativa semiestruturada, pois achamos que a mesma seria capaz de captar a performance, o conhecimento e a capacidade dos entrevistados, como defende Bell (1997).

Ao desenvolvermos esta dissertação garantimos confidencialidade das instituições, por isso optamos por assinalar as instituições bancárias de forma arbitrária como (banco A ou B), cumprindo assim com o princípio do anonimato no trabalho de recolha científica.

Em relação aos executivos, deu-se também preferência ao anonimato para que possibilitem maior abertura na disponibilidade da informação. Esta foi tratada não de modo particular de o Analista/Gestor de crédito, mas de modo generalizado para salvaguardar o sigilo e confidencialidade de gestão.

Para a gravação das entrevistas, utilizamos um gravador de marca SONY CORP de 5V IC Recorder ICD – Px 333 BATT: 1.5Vx2 LR03 Size. Posteriormente, as entrevistas foram transferidas do gravador para o computador para, em seguida, fazermos as transcrições das mesmas, como se pode ver em identificação do anexo deste estudo. Estas foram codificadas para a fácil interpretação dos modelos de informação aquando da descrição dos dados. A codificação das mesmas foi feita em função do cargo que têm os fontes.

²⁵ Matos e Lerche. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” sobre o tema a estudar.

3.7. Justificação e importância do estudo

O desempenho da banca numa situação de crise deve ser analisado com muito detalhe. Angola vive atualmente um momento menos áureo na sua economia, que é suportada maioritariamente por um sector de atividade. Por um lado Angola enfrenta um período de recessão e, por outro, terá que se adaptar a nova conjuntura nacional e internacional, sobretudo no que diz respeito ao sistema financeiro.

A gestão de risco afeta a qualidade e quantidade do crédito oferecido. Dado que o crédito é um dos fatores principais para diversificação da economia, é deveras importante estudar os modelos de gestão do risco de crédito na banca em Angola.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4. Análise e discussão dos dados

Neste capítulo apresentamos os resultados, as interpretações e as ilações retiradas dos dados obtidos das entrevistas feitas. Deste modo, criou-se um tópico autónomo para a caracterização das instituições de crédito, no seguimento de um conjunto de subtítulos alusivos às entrevistas realizadas. Optou-se por organizar a análise em Subtemas: no i) fez-se uma breve apresentação do entrevistado dando destaque à relevância do fator formação académica e profissional, ou seja, de que forma a formação contribuiu para o cargo que ocupa o entrevistado ou se eventualmente leciona tais conteúdos; ii) analisou-se a influência do Diretor e analista financeiro nas decisões de financiamento aos particulares e às empresas e as suas contribuições na prevenção de fraudes; iii) Face às análises efetuadas, procedeu-se à investigação dos processos de decisão. Neste caso, extraíram-se informações das entrevistas e procurou-se enquadrá-los nos modelos de decisão que sustentam esta dissertação. iv) Perguntou-se aos entrevistados a forma como o Diretores e analistas financeiros, com ou sem influência de outros órgãos, efetuam a procura de alternativas de financiamento. Em caso de alternativas, analisaram-se quais as características que, para estes entrevistados, são otimizadas na análise e avaliação do risco de crédito aos particulares e empresas. Posteriormente procuramos saber dos entrevistados o impacto que tem a taxa de incumprimento no mercado financeiro angolano e as expetativas quanto as alterações verificadas na procura e oferta de crédito às empresas e particulares no sector bancário.

Neste sentido, através das entrevistas realizadas, conseguimos extrair dados empíricos relativamente a situações económico-financeiras concretas do sector bancário angolano que nos permitiram extrair as conclusões que de seguida apresentamos.

4.1. Fator da formação para os entrevistados

O ponto primário para a elaboração desta dissertação começou pela sequência dos inúmeros escândalos no mercado financeiro que provocam a falência dos bancos nacionais, realçando a questão da confiança nas instituições de crédito. Deste modo, torna-se pertinente especificar as obrigações morais sobre as quais se ancoram os interesses das partes interessadas, ou seja, como devem atuar. As partes interessadas

detêm o valor essencial, devendo ser considerado o perfil como um fim em si mesmo e não como um meio para atingir outros interesses que beneficiam o grupo.

Por forma a investigar a contribuição da formação dos entrevistados para tomar as decisões para o financiamento de crédito, começou-se por conhecer o nível académico dos mesmos. Neste sentido, os entrevistados A e B são licenciados pela Faculdade Jean Piaget-Benguela, atualmente Instituto Superior Politécnico Jean Piaget Benguela, sendo que A é formado em Gestão Financeira e, estendeu a sua formação com um curso de análise de risco de crédito ministrado pela Deloitte. O entrevistado B é licenciado em Contabilidade e Finanças. Em comparação com o anterior, estendeu a sua formação em várias áreas como Contabilidade Financeira Avançada, Contabilidade Geral Avançada, cursos feitos no centro de formação Lusíada, Plano de Negócio, Formação de Crédito pelo BFA em parceria com a Deloitte.

Já o entrevistado C é Mestre em Finanças, estendeu a sua formação académica com duas pós-graduações, tal como se constata nas suas afirmações: segundo os quais tinha o Mestrado em Finanças pelo ISCTE-IUL; ainda duas Pós-Graduações, uma em Mercados Financeiros pela Universidade Técnica de Lisboa outra em Gestão da Qualidade pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde-Sul”.

O entrevistado D é Licenciado e formou-se em Contabilidade Superior de Gestão, estendeu sua formação a Banca e Macro Economia. O entrevistado E é Bacharel em Economia, pertence à ordem dos Contabilistas em Angola e possui outra formação em operações bancárias, atendimento aos Clientes e Técnicas de Vendas.

Uma vez que estamos perante uma análise de conteúdo cujo objetivo é compreender o nível de formação que os entrevistados possuem, procurámos compreender as razões para que os levou obter tais (mais-valia) formações, e se já tiveram experiência como docentes universitários. Segundo os entrevistados A e B, um dos motivos é potenciar competências técnicas para a análise e avaliação do perfil de risco dos clientes e por este facto. Consideram a formação como uma mais-valia, pois permite munir os técnicos de capacidade teórica suficiente para a análise da documentação técnica que envolve a avaliação de risco dos particulares e empresas.

Em contraste, o entrevistado C revelou uma postura ativa, tanto para si próprio como também para o seu staff. Neste sentido referiu que é um bom observador profissional dos fenómenos financeiros que podem afetar o mercado bancário.

Sobre a consideração da formação como uma mais-valia, o entrevistado respondeu de forma afirmativa, dizendo que para munir o nível de conhecimento, era esta a sua política e também era esta a política que ele utilizava para o seu staff. Uma pessoa que ambiciona atingir patamar mais elevado deve estar munida por um conjunto de formação e ferramentas financeiras ligada não só ao sector bancário técnico como também de nível académico.

Para os entrevistados D e E, as razões eram muitas, sendo que uma delas era o facto de gostarem de lidar com o público, analisar números e contribuir para o crescimento do país. Consideram a formação como uma mais-valia para alargar o conhecimento sobre o determinado tema que enquanto bancários devem domina-los. Com a formação, tem oportunidades de se debruçar de forma mais incisiva sobre o risco de crédito bancário e combater crimes financeiros (lavagem de dinheiro, branqueamentos de capitais, burlas entre outros).

Assim sendo, é crucial haver uma formação contínua dos analistas/gestores de crédito. Os Particulares e empresas que insistirem naquelas ações arriscam-se, dentro de um prazo relativamente muito curto, a verem descobertas a suas práticas ilícitas e desatualizadas às novas políticas financeiras, face aos novos métodos de análise e avaliação do risco de crédito. Desta maneira, minimizam-se o nível de incumprimento que os analistas têm vindo a combater com as ferramentas que se apropriam ao adquirir mais competência na área.

As respostas não defraudam quando Carvalho defende que “ainda que a política de crédito esteja bem delimitada, que a organização seja eficiente e haja clareza em termos das responsabilidades não reúnam determinadas características pessoais e técnicas, o risco de insucesso na gestão do crédito permanecerá elevado” (2009, p.103).

Assim, como a obtenção de um bom consultor comercial requer o desenvolvimento de competências específicas, nomeadamente uma capacidade especial de, cultivar relações de longo prazo, focando-se nas necessidades dos clientes e na busca de soluções criativas para resolver problemas. O profissional de crédito terá potencial para desempenhar um trabalho de qualidade superior, caso disponha dos adequados conhecimentos técnicos e postura comportamental.

Ao longo do nosso percurso profissional, passamos por diversas experiências impulsionadoras de aprendizagem e aquisição de competências em diferentes contextos

da nossa atividade profissional. Neste caso, analisou-se com os entrevistados o percurso profissional de cada um deles.

O perfil de mobilidade de empregos dos entrevistados é diversificado. Por um lado estamos perante um profissional (Entrevistado A) que ao longo do seu percurso profissional adquiriu competências na área em que atua. Tal como se constata nas suas afirmações, era analista de risco de crédito há cinco (5) anos, e como tal não houve mudanças. Sobre o perfil académico típico de um analista/gestor de crédito afirmou que o analista de crédito deve estar munido de um leque grande de informações e competências técnicas nas áreas das finanças, jurídica e estatística. Confirma ter esta característica devido à formação académica e profissional de que beneficiou.

Em comparação com o entrevistado A, o entrevistado B referiu que está em atividade profissional há menos tempo, como se constata nas suas afirmações. Profissionalmente tinha começado a trabalhar como motorista de um Super mercado que atualmente não existe, depois trabalhara como professor voluntário na escola missionária durante 7 anos. No terceiro ano da Licenciatura [em 2009/2010] realizou o teste, foi admitido ao banco que agora trabalha. Ocupa cargo de subgerente do banco e analista de risco. Estas mudanças tiveram êxitos porque tinha conseguido realizar os seus objetivos profissionais, tinha conseguido firmar-se. É considerado um profissional sénior do banco.

Quanto ao perfil académico típico de um gestor financeiro/analista de crédito, o entrevistado B afirmou: que eles (o banco) não priorizam o perfil académico. Pois para além da formação académica, o banco tem formação profissional. Desta forma a avaliação do gestor financeiro é feita com base ao empenho, capacidade comercial que ele tem de convencer o cliente adquirir o produto do banco e a equipa do banco a trabalhar. Por outro lado, o ano e o nível de experiência profissional do gestor faz parte também do perfil de um bom gestor ou analista de crédito.

O entrevistado C referiu que adquiriu competência na área em que atua, (gerente e analista de risco), há mais de 10 anos e como tal não houve mudanças. Já o entrevistado D adquiriu competência na área em que atua, (Diretor regional e Comercial) há mais de 11 anos.

Quanto ao entrevistado E. Funcionário bancário há 6 anos, trabalhou como caixa, tesoureiro, Gestor de contas e Responsável de Agencia, professor nas áreas de contabilidade financeira, gestão e informática aplicada a contabilidade.

“Os profissionais com determinado perfil procuram de forma genuína evoluir para dentro destas funções. E as razões para isto acontecer são fáceis de identificar, pois o crédito é uma das poucas áreas da organização que, na maioria das vezes, e lamentavelmente, só obtém atenção quando surgem dificuldades, em recuperar o crédito concedido” Segundo Carvalho (2009, p.103-104).

Efetivamente, o perfil de um profissional de risco que melhor responde às circunstâncias escolhidas variará consoante a exposição ao risco pretendido, nomeadamente optando entre maior apetência ou maior aversão pelo risco.

Neste caso, averiguou se os entrevistados têm algum tipo de experiência como docente. Nesta linha de pensamento ambos os entrevistados A e C nunca tiveram experiência como docente, em contrário dos entrevistados B e E que já tiveram experiências, o que contribuiu para se tornarem profissionais que são hoje. O entrevistado D afirmou bem que gostaria de passar o pouco conhecimento que tenho a mais pessoas.

De facto, ao ser Docente desenvolve-se a capacidade de saber transmitir conhecimentos e valores por forma a conseguir alcançar os objetivos. Portanto, numa empresa não se pode separar o papel educativo na articulação com os diversos órgãos. Por seu turno, o entrevistado B demonstrou alguma satisfação pela atividade docente que exerceu anteriormente.

Conforme podemos concluir da análise das entrevistas, o percurso profissional dos entrevistados encontra-se pautado por uma enorme especialização e segmentação da respetiva atividade. Com efeito, as respetivas organizações exigiram-lhes ao longo do seu percurso um crescente domínio da área de intervenção, o que é reforçado pelo facto de terem circulado pouco por outros departamentos ou terem circulado entre departamentos contíguos/afins.

4.2. Crédito e tipo de risco bancário

O crédito bancário, especialmente pela sua componente técnica e feito económico, baseia-se num conjunto de princípios, práticas e fundamentos que o caracterizam e diferenciam-se das outras modalidades de crédito.

Assim, procurar entender através dos entrevistados, o tipo de crédito oferecido maioritariamente pelo banco que trabalha. Na resposta a essa questão, o entrevistado A referiu dois principais créditos: crédito documentário (cartas de crédito importação e exportação, garantias bancárias) e o crédito por desembolso (contas correntes caucionadas descobertos, crédito ao investimento).

Já os entrevistados B e E numa resposta curta indicaram o crédito aos particulares (o crédito ao consumo, crédito ordenado adiantamento salarial, descobertos e o crédito automóvel) e empresas (contas correntes caucionadas, cartas de crédito importação), descobertos, empréstimos de curto prazo).

No banco dos entrevistados C e D, à semelhança do que acontece com o banco dos entrevistados A e B, constata-se uma limitação de crédito. A este respeito os entrevistados afirmaram que os créditos oferecidos maioritariamente pelo banco por norma são as contas correntes caucionadas, os descobertos em DO e os financiamentos na modalidade de crédito automóvel.

Cada um destes créditos, pela sua importância “deve ser concedido baseado-se em informações completas e bem fundamentadas, de boa-fé, atuando diligentemente e com precaução adequada, sempre no melhor interesse da empresa e dos acionistas, para evitar, assim, os inconvenientes de imobilização, causa grave de crises bancárias que fundamentalmente, representa um risco e um custo” Segundo Cabido (1999, p.31).

Já Pinho et al. (2011, p.249) referem que, “estando o risco de crédito associado às perdas por ausência de pagamento (ou cumprimento do contrato) pela contraparte, sempre que uma entidade empresta dinheiro a outra, espera receber o dinheiro que emprestou (amortização da dívida), adicionado do recebimento de juros (recompensa pela imobilização do capital) ”.

Deste modo, fica exposta a capacidade de pagamento do credor, sofrendo uma perda se não lhe pagarem os juros ou não lhe devolverem o capital. Normalmente, este risco aparece associado a falências.

Junto dos entrevistado procurámos perceber o tipo de risco de crédito mais importante para o seu monitoramento. Os entrevistados A e B apontam para os códigos de deontologia que visam atenuar os riscos existentes, assim como permitem criar uma lista de riscos com o fim de os antecipar e poder prevenir. Podemos conferir na seguinte entrevista, segundo os quais temos vários tipos de risco, sendo alguns monitorados com maior frequência. Normalmente o risco do cliente, o risco da operação e o risco de mercado.

Os entrevistados C e D, referiram que emprestar a pequenas empresas é o mais arriscado do que as grandes. Empréstimos a médio longo prazo, por norma, são mais arriscados que a curto prazo. Muito embora os princípios de crédito se apliquem às empresas independentemente da sua dimensão, os recursos financeiros e de gestão das pequenas são, regra geral, mais limitados.

Já o entrevistado E possui um outro argumento, defendendo que o ramo de atividade e idoneidade da empresa é o mais importante para o seu monitoramento.

“Não deve ser evitar os acontecimentos desfavoráveis, mais sim adotar um perfil conservador do risco de crédito baseado num conjunto de políticas e orientações estabelecidas em função dos auxílios de modelos de classificação, avaliação do risco de crédito e estratégias de gestão de risco utilizado pelo sector bancário” (Carvalho, 2009, p.34-35).

Procurámos perceber junto dos entrevistados como são executados os processos para a análise e gestão de risco de crédito aos particulares e empresas para não levar o banco à falência.

Na resposta a essa questão, os entrevistados A e B apontam para a documentação legal, demonstrações financeiras, histórico bancário, o sector de atividade e a conjuntura económica como elementos a considerar.

Os entrevistados C e D afirmam que para um processo mais relevantes temos que ter em conta dois segmentos de análise. Tipologia de clientes (particulares, ENI ou empresas), tipologias de operações de créditos (financiamentos, contas correntes, descobertos, créditos documentários, garantias bancárias), os processos que requerem uma análise mais cuidada (mais relevantes), por norma são todos os financiamentos superiores a 1.000.000 AKZ, cujas garantias não cubram a totalidade da operação (colateral em conta à ordem ou em conta a prazo) na ordem dos 120%.

Atualmente todos os créditos são relevantes para a análise de risco de crédito. Não se deve deixar que a falta de atenção a pormenores e a questões processuais e administrativas transformem uma boa operação numa má operação (necessidade de Legal Opinion).

As novas contas são mais arriscadas do que as antigas. Deve evitar-se uma excessiva confiança ao facto de outros bancos financiarem o cliente e desconfiar caso estes não o façam.

Por outro lado, o entrevistado E referiu que os elementos como o mercado, localização da empresa, rendimento, tipos de sociedade, empréstimos de reembolso, fontes de reembolsos e saldo médios são os processos mais relevantes para análise e gestão do risco de crédito aos particulares e empresas.

A análise do risco de crédito é um processo organizado para analisar dados, de maneira a possibilitar o levantamento das questões certas acerca do tomador do crédito. Para Blatt (1999) “este processo cobre uma estrutura mais ampla do que simplesmente analisar o crédito de um cliente e dados financeiros para a tomada de decisão com propósitos creditícios”.

O risco de crédito pode ser determinado pelas perdas geradas por um evento de *default* do tomador ou pela deterioração da sua qualidade de crédito não por um processo de concessão de crédito.

4.3. Modelo e técnica de análise e avaliação do risco de crédito

Para esta investigação foram associadas às terminologias dos modelos e técnicas objetivas e subjetivas, inevitável para analisar o processo de financiamento de tomada de decisão no sector bancário angolano e compreender o comportamento do cliente.

De acordo com a afirmação dos entrevistados A e E existem técnicas previamente estabelecidas no banco, distribuídas pelos analistas de risco de crédito (técnica objetiva). Para A e E nenhuma análise de risco de crédito, por mais sofisticada que seja a metodologia aplicada está isenta a técnica de subjetividades.

Os entrevistados B, C e D utilizam as duas técnicas, isto é, objetivas e subjetivas. Tal como se constata nas suas afirmações segundo os quais a técnica subjetivas permite

identificar características do tomador de crédito; analisar a idoneidade do cliente; identificar fatores subjetivos de capacidade e de capital para assumir o crédito; fazer emergir outras soluções e opções durante o processo de concessão de crédito; flexibilizar o processo de decisão naqueles aspetos não técnicos; avaliar se o devedor irá honrar com suas dívidas no momento correto; e determinar a saúde financeira do tomador do crédito (nível de endividamento).

A técnica objetiva foi apontada por razões diferentes, entre as quais: avaliar o cadastral particular do cliente ou da empresa, avaliar a capacidade de pagamento da dívida (recursos disponíveis); aferir os rendimentos do tomador de crédito; analisar o património do tomador de crédito; análise da sensibilidade dos rendimentos do cliente tomador do crédito; e fazer o planeamento financeiro e da amortização do tomador do crédito.

4.4. Processo de decisões e prevenção de riscos

Questionados sobre a forma como o processo de decisão na concessão de crédito é conduzido no banco que trabalham, os entrevistados A e B, afirmaram que é burocrático visto que este se baseia em normas internas que usualmente regulam o papel dos intervenientes no faseamento do processo, e prudencial, pelo facto de estarem num processo de melhoria contínua dos procedimentos, no sentido de sistematizar o maior número de variáveis.

No banco do entrevistado E, os processos de decisão na concessão de crédito são relevantes por serem conduzidos essencialmente pela Administração e pelo Diretor financeiro, cuja formalização é baixa e a conflitualidade quase é inexistente. Como referiu estamos, de facto, perante um modelo de decisão neo-racional.

Por outro lado, os entrevistados C e D afirmaram que por norma é burocrático, por isso é que o processo de análise de risco e concessão de crédito deve ser conduzido com todos os stakeholders. Inicialmente deve-se recorrer ao uso das técnicas subjetivas, que dizem respeito à técnica baseada no julgamento humano, e posteriormente da técnica objetiva ou estatística, que é baseada em processos estáticos. Só assim será possível identificar se o cliente possui idoneidade e capacidade financeiras suficientes para amortizar a dívida que se pretende contrair.

Estas afirmações, dos entrevistados C e D, não refutam o fundamento de Koopman & Pool (1990) quando escreveram que ”a técnica de análise e avaliação do risco de crédito analisado no sector bancário é dada com a sua similaridade e determinadas características dos modelos de decisão universalmente aceites na gestão de risco para minimizar o nível de incumprimento do crédito”.

Assim sendo, o modelo é uma representação externa e explícita de parte de realidade que se pretende usar para compreender, para mudar, para gerir e controlar essa parte da realidade.

Face ao conjunto de risco a que os agentes económicos estão expostos, surgiu uma clara necessidade de se desenvolverem sistemas de análise e gestão do risco capazes de mensurar adequadamente a exposição de cada agente económico, o que levou muitos a criarem os seus próprios modelos, abordagens e metodologias.

No seguimento da entrevista, procurámos perceber os modelos teóricos e práticos de mensuração de risco que o banco possui e as principais vantagens. Portanto, o entrevistado A afirmou que tem implementado o modelo de *Credit Scoring*, neste sentido referiu que: i) permite, sobretudo, reduzir a subjetividade nas análises; ii) permite a uniformização do processo de análise e atribuição de notação de risco igual, mesmo quando analisado por técnicos diferentes.

Os entrevistados B e C por norma utilizam a Simulação histórica, análise dos efeitos, indicadores financeiros (balanço e demonstração de resultados), análise da experiência do negócio (particular ou empresa) e análise de mercado. Tal como se constata nas suas afirmações, segundo os quais por questões práticas e para efeitos de redução de tempo, são disponibilizados mapas que permitem aos gestores de risco a inclusão dos dados adiantados ou apresentados pelos clientes, de forma a obter uma resposta rápida e simples sobre os principais indicadores de risco. Caso contrário seria quase que impossível poder dar uma resposta célere as análises de risco.

Já o entrevistado D afirmou ter utilizado quase todos *VaR*, Simulação histórica, Análise de oscilação hipotéticas, análise dos efeitos, Método de *Crédito Scoring*, indicadores financeiros e com maior ênfase método de *credit scoring* e de indicadores financeiros. Justificou afirmando tais métodos permitem um acompanhamento atempado e diário da carteira de crédito; alertas diários, semanais e mensais, entre outros. Por outro lado, o

entrevistado E utiliza o método de simulação histórica, análise de cenários e *credit scoring*, idoneidade da empresa e o capital por ser um meio para reduzir o risco.

“Existe diversos sistemas de avaliação do risco que resultam, na prática, em ou mais funções capaz de quantificar o montante do requisito de capital ao qual corresponde uma distribuição de lucros ou perdas, para um determinado tipo de risco, isto é, são modelos que quantificam a exposição ao risco” (Silva et al., 2013, p.242).

Parece-nos relevante o uso de todos os modelos de análise de risco de crédito, porque revelam normalmente o desempenho das empresas/particulares no período de referência. Das principais vantagens que o modelo de análise e gestão de risco de crédito adequado traz para os bancos foram apontadas as seguintes: 1) permite a redução da delinquência de crédito; 2) dá uma autonomia na gestão do crédito, 3) facilita a gestão do próprio risco; 4) melhora os rácios relativos ao risco; 5) gestão proactiva da qualidade da carteira de crédito, e 6) dá maior flexibilidade e consistência das decisões sobre o crédito.

O modelo *VaR* é utilizado por empresas financeiras para definirem o risco das suas carteiras, mas não é de toda uma medida 100% eficaz, pois não produz informação sobre os riscos que excedem a probabilidade que está a ser utilizada. Por vezes, este *VaR* é complementado com testes stress (stress tests).

O entrevistado D referiu que o método de simulação histórica combina um modelo condicional para a variância com o método de simulação histórica para a rendibilidades estandardizadas. Apesar de reter as características de condicionalismo através de σ_{t+1} , dispensa-nos de termos de formular hipóteses acerca da distribuição nas caudas. Este método tem-se mostrado muito eficaz quando aplicado a estudos concretos, pelo que deve ser severamente considerado por qualquer equipa de gestão de risco.

Ainda o mesmo (entrevistado D) refirmou que o modelo Monte Carlo apresenta inúmeras vantagens no cálculo do risco de crédito. Uma das vantagens chave do modelo de Monte Carlo é a sua flexibilidade. Podemos usar o método para qualquer distribuição assumida para as rendibilidades, sendo que a normalidade não é requerida. Adicionalmente, este método pode ser usado em qualquer dinâmica de modelo para a variância assumida.

Para além da redução de custos operacionais decorrentes da automatização das avaliações de crédito, o sucesso dos modelos de *Scoring* deriva de estes permitirem o

processamento claro e objetivo, mais rápido, consistente e rigoroso dos pedidos de crédito. Ao mesmo tempo, estes métodos potenciam um aumento nas aprovações de crédito afirmaram os entrevistados D e C. Estes modelos vieram possibilitar adicionalmente uma eficaz flexibilização da política de risco, consoante a face do ciclo de crédito, garantindo maior rapidez de ajustamento e facilidade em definir e implementar diferentes prioridades de atuação (e.g. estratégias de cobrança diferenciadas segundo o risco).

Desta forma, concedem à gestão da empresa a monitorização e o controlo total do sistema de aprovisionar um resultado numérico. Permite utilizá-lo para a aplicação de *pricing* ajustado ao risco, para além de facilitar a previsão das potenciais perdas e a avaliação quantificada do impacto da política de crédito.

O indicador de Sharpe é um indicador financeiro porque ele avalia, além da rentabilidade, o risco de um investimento. É fundamental para medir o quanto de retorno excedente em relação a um ativo livre de risco. É compensado através de seu nível de risco é um dos utilizados, entre outros.

Assim sendo, os benefícios que os modelos trazem para a gestão de risco para o desempenho global do banco são os seguintes: aquisição de competências de gestão de risco; aquisição de competência de análise de crédito; implementação de novos comportamentos e atitudes face aos clientes; flexibilização de processos de trabalho e de coordenação; é uma combinação de todos os benefícios. O crédito é o *core-product* do banco, pelo que a performance da carteira de crédito produz um impacto material sobre o desempenho financeiro e económico do Banco.

4.5. Sobre os fatores do crédito

Por meio do trabalho realizado sobre os fatores que influenciam a capacidade dos tomadores de crédito no banco em pagar o crédito concedido, o resultado obtido pelo entrevistado A, nos sugeri os cash-flows gerados pela atividade (liquidez) como sendo um dos indicadores sólidos.

As respostas dos entrevistados A e B nos indicaram o rendimento futuro dos tomadores de crédito, variações da taxa de juro, ausência de garantias que colocam a dívida ou

parte da dívida, ou ainda obrigações, má administração/gestão dos tomadores de crédito, as alterações da taxa de câmbio.

A título de controlo, o entrevistado C, indicou várias situações que nos expos numa lista quase exaustiva. São elas; atrasos no fecho e divulgação das contas, certificação de contas com reservas, irregular evolução do volume de vendas (forte dependência conjuntural), custos fixos elevados, elevados encargos financeiros, alternância lucros/prejuízos (manipulação de contas). Indicou também resultados extraordinários suportado, acréscimos dos resultados, disparidade entre vendas reais e letras descontadas, reduzida ou inadequada, base de clientes, refletida elevado ou crescente índice de reformas, saldos anormais de algumas contas, alargamento de prazo médio de recebimentos, excessiva acumulação de stocks (diminuição da rotação de existências), não provisionamento de clientes de cobrança duvidosa, ou de existências invendáveis (vulga “Monos”), anormais saldos de fornecedores, redução do crédito de fornecedores, redução do fundo de maneo, substancial acréscimo do endividamento, incapacidade para obter financiamento fora do sistema bancário, incapacidade para obter crédito junto de outros bancos, condições obtidas juntos dos fornecedores, ou de outros bancos, mais gravosas do que apropriadas.

Já para o entrevistado D menciona o rendimento pessoal, que não deve exceder os 40% no caso de clientes individuais e para o casal 50% do rendimento; domiciliação de rendimentos salariais, garantias reais e monetárias, entre outros.

Por outro lado, o entrevistado E refere os fatores de avaliação: mercado (quota de mercado, condições de manutenção, qualidades dos produtos ou serviços, capacidades de inovação, competitividade do preço, política de marketing), Humana (forma de gestão, relação entre dirigentes e sua competência, capacidade dos quadros, política de formação, motivação do pessoal), tecnologia (atualidade do equipamento, adaptação do equipamento ao incremento da produção, eficácia no sistema de manutenção) e financeira (equilíbrio no balanço, resultados obtidos, possibilidade de autofinanciamento).

As alterações da taxa de câmbio não foram apontadas pelos gestores/analistas entrevistados como variáveis que tenham alguma influência na capacidade dos tomadores de crédito. Sobre as taxas de câmbio existe quase uma unanimidade sobre a sua influência, visto que estas são reais na análise do risco de crédito. Permitem

determinar as probabilidades com mais segurança quando se dá financiamentos, isto é, minimizam a probabilidade de incumprimento se forem mais baixas.

“Sendo a rendibilidade a capacidade do projeto gerar um excedente líquido positivo no seu processo produtivo, essa capacidade será determinada por um lado pelo mercado e por outro pela empresa” (Barros, 2007, p.136).

O mesmo autor defende que o mercado representa as variáveis exógenas que condicionam a rendibilidade e que não dependem da ação da empresa, a qual apenas pode tentar influenciá-la indiretamente. A empresa representa as variáveis endógenas que condicionam a respetiva rendibilidade e que dependem diretamente da ação da gestão do risco.

Quando questionados se os bancos gerem e desenvolvem atividade de gestão de risco de crédito, todos os gestores foram unânimes em afirmar que era importante que os bancos desenvolvessem este tipo de atividade e que os bancos estavam engajados em desenvolver esta atividade.

Dos fatores de avaliação que consideram importantes e que influenciam a capacidade de reembolso dos clientes para uma gestão do risco de crédito, o entrevistado A destacou vários elementos desde a conjuntura económica, a situação de cada sector de atividade e de cada empresa de forma individual. O entrevistado B apresentou o estado civil/família, no caso de particulares ou tipo societário para empresas. A Idade do Particular ou tempo de atividade para empresas. Outras questões importantes referidas são a situação legal dos documentos, a renda (principal ou complementar) do tomador de crédito, idoneidade do particular ou do gestor para empresas, o tempo no atual emprego ou atividade exercida, o valor das moradias ou instalações (se própria ou alugada e tempo de residência) o número de dependentes do cliente e o nível de escolaridade.

Já o entrevistado C aponta os documentos mínimos a obter nas empresas certidões atualizadas mínimo 6 meses, relatório de gestão, balanço e demonstração de resultados, junto as notas em anexos às contas, certificação legal de contas, declarações fiscais e balancetes da razão. Para os particulares, certificação dos dados do cliente, pedido de BI e número de contribuinte atualizado se for evidente a caducidade de documentos, atestado de residência.

O entrevistado D mencionou fatores relacionados com a diminuição de envolvimento com o Banco; atrasos na liquidação da sua prestação; análise dos elementos contabilísticos da empresa, foram os mais relevantes.

O entrevistado E olha para as causas internas da empresa (má gestão, problemas de produção, clientela inadequada, domínio da quota de mercado em relação à dimensão do mercado, recursos excessivos ao crédito, estrutura financeira desequilibrada) e causa externa (recessão económica no sector da empresa e ou da sua clientela, regulamentação, concorrência, competitividade, componente exportadora, entre outros).

Os gestores bancários/analistas de créditos entrevistados perspetivam, em termos médios da amostra, alterações consideráveis dos fatores de avaliação e da forma como influenciam a capacidade de reembolso dos clientes, desenvolvendo novos métodos de análise. Deste modo, combinando diversos critérios de segmentação têm-se conseguido identificar vários fatores de avaliação, os quais são a base dos sistemas de crédito *scoring*.

Isto não contraria o que defende António Batista (2004), quando afirma que a “análise de informação do risco de crédito deverá ser baseada em elementos que se encontram dispersos e que possuem diferentes fontes de informações: informações bancárias, informações dos fornecedores, documentos contabilísticos, jornais, registos públicos, associações comerciais e informações prestadas pelo próprio cliente”.

Todas estas informações deverão estar consolidadas num arquivo por cada cliente, que permita ao gestor uma análise de crédito bem fundamentada e de acordo com os objetivos gerais da empresa.

Quando questionados sobre os critérios de avaliação do risco de crédito que o banco mais valorizava/valoriza para a concessão de crédito às empresas/particulares o entrevistado A referiu o histórico bancário dos clientes, Situação económica e financeira (capacidade de gerar cash-flows, para fazer face ao serviço da dívida), garantia para cobertura de financiamento.

Segundo os gestores B e C, os critérios de avaliação de risco assentam na informação de risco produzido pela centralização do Banco Central (CIRC), posicionamento no Banco, Ficha de cliente (antiguidade da relação, registo de operações anteriores, saldos médios, entre outros), avaliação das garantias no caso de o crédito ter garantias pessoais (com base em relação patrimonial com antiguidade não superior a 1 ano), fonte de reembolso

(fonte de reembolso principal e fontes de reembolso alternativas), finalidade, necessidades de tesouraria, refletir sobre as razões do investimento e impacto do investimento na capacidade de geração de meios para reembolso do crédito.

O entrevistado D afirmou que esta é tabelada pelo Banco Nacional. Já o entrevistado E mencionou o risco do cliente e risco da operação, risco sectorial e risco geral.

4.6. Custo de falência e a gestão do risco

A e B, quando confrontados com a questão da taxa de incumprimento no sector bancário, na entrevista afirmaram que o banco tem condições para ajudar as empresas e particulares em risco de incumprimento. Afirmaram ainda que existe atualmente um novo paradigma de gestão de risco, o chamado Step in que permite aos bancos participar nos conselhos de administração ou de gerência das empresas, não como gestores de facto, mais como auditor externo, ou supervisores. Aqui a sua função é garantir maior rigor e transparências na gestão das empresas.

É um fenómeno relativamente novo, que ainda é encarado com estranheza, no nosso país, mais têm prestado de forma muito ativa serviços de consultoria no sentido de orientar as empresas a adotar as melhores práticas de gestão”. Nos próximos anos, conforme as perspectivas do FMI a economia angolana continuará a abrandar, até pelo menos finais de 2017, pelo que se estima que este rácio possa vir a aumentar, uma vez que a economia de Angola depende em grande parte do petróleo.

Já o entrevistado C referiu que a função do banco não é uma função social. Os bancos, tal como qualquer outra empresa, têm objetivos próprios e metas bem definidas. Contudo, fruto das provisões de que os bancos são obrigados a constituir junto do banco central, definidas pelo banco central, para com as operações de risco em incumprimento. O banco de C utiliza mecanismos de reestruturação dos créditos em situação de incumprimento de forma a permitir o enquadramento das prestações de capital e de juros de crédito a situação atual que o cliente venha a atravessar. A tendência é a redução em virtude da qualidade e o rigor técnico ser cada vez maior. Contudo, tudo depende do mercado.

Por outro lado os entrevistados E e D tiveram uma opinião relativamente diferente, afirmando que há uma desregulação do mercado, avançando mesmo para falta de

transparência nos mercados financeiros induzindo em erro muitos clientes, o que leva a taxa de incumprimento.

Os objetivos superaram a sinceridade, a honestidade e o facto de induzirem os clientes em erro conduziu a essa falta de confiança. O surgimento de enigmas (crédito malparado) em algumas instituições financeiras Vai-se alastrando até criar falência do banco.

Investigou-se junto dos gestores/analistas de crédito as suas expectativas (médio e longo prazo) quanto as alterações verificadas na procura e oferta de crédito às empresas no sector bancário. Das entrevistas efetuadas, percebeu-se que o entrevistado A analisa o mercado bancário angolano como em franco crescimento e tem margem de mercado, por se tratar de uma economia emergente e com muitas necessidades em termos de liquidez para execução de projetos de várias ordens. Lembrou que o sector bancário constitui um dos principais pilares para reconstrução nacional. Nos próximos anos espera-se um abrandamento no crescimento do sector petrolífero, mas espera-se um aumento da população bancária (detentores de contas bancárias ativas), em virtude do surgimento de novos bancos no mercado nacional, e alargamento da rede de balçoes.

Em contraste, os entrevistados B e C, referindo-se às suas empresas, afirmaram que, para se fazer uma análise do sector bancário, tinham que ter em análise o posicionamento geográfico ou contexto face a política económica onde ele está inserido. No caso concreto de Angola, as maiores operações Ativas e Passivas da banca assentam em empresas do estado e subsidiárias.

Angola só exporta petróleo e diamantes, tem uma deficiência em tudo o resto. Isto implica na importação de tudo e de vários mercados internacionais desde a matéria-prima aos bens essenciais (primeira necessidade). Esta deficiência gera uma oportunidade para o investimento na banca. Tendencialmente, Angola terá que apostar na produção nacional e na criação de indústrias. A concessão de crédito e captação de recursos ainda será crescente para os próximos anos.

O entrevistado D referiu que no contexto atual do país a procura de crédito diminuiu significativamente, dado ao facto de ter diminuído o poder de compra das pessoas. Hoje a maioria dos clientes tem medo de investir, por não ter como importar a matéria-prima, para dar avanço ao seu negócio.

E na mesma linha, argumenta que se caracteriza por uma redução na oferta de crédito por parte dos bancos devido o problema financeiro que o país apresenta. Este fator tende aumentar a curto e médio prazo.

CONCLUSÃO

A gestão do crédito é um tema principal dos mercados financeiro neste momento, portanto, é atual e de extrema relevância para qualquer instituição financeira, cujo principal objeto é o crédito e conseqüentemente para todo sistema Financeiro. Daí se exigir aos analistas de crédito um conhecimento rigoroso sobre as nuances envolta deste tema (gestão de crédito) pois, qualquer detalhe pode ser de relevância, tendo implicações sensíveis no risco, que afeta os pressupostos à concessão de crédito e todo processo de decisão ao financiamento.

Considerando o nosso escopo de investigação, direcionamos a nossa compreensão a tipologia de crédito oferecidos nas instituições bancárias pré-selecionadas, alvo do nosso estudo. As entrevistas efetuadas aos gestores/analistas de crédito das cinco instituições, A, B, E nos forneceram informações que nos obrigam a admitir que existem de facto nestas três instituições mais diversificação de produtos bancários em relação as duas outras. Ou seja os bancos A, B, E apresentam uma carteira de serviços/produtos bancários muito vasta o que não acontece nas outras empresas selecionadas no nosso estudo, cujos serviços não é tão diversificado, se não mesmo bastante restrito, daí a fraca procura.

Uma das hipóteses de explicação para esta reduzida oferta de serviços/produtos nestes últimos bancos, é o facto de outros serviços/produtos poderem estar ligados a um volume considerado de incumprimento nos contratos. Por prudência, alguns decisores optaram em oferecer produtos que garantissem menor risco, maior liquidez e solvabilidade.

Dado o volume de crédito e o nível de incumprimento dos contratos referentes aos créditos recebidos, foi necessário saber que modelos de gestão de riscos têm sido usados. O estudo nos mostrou a inexistência de uniformidade nos modelos que sustentam a análise no processo de decisão de concessão do crédito. Esta leitura foi reforçada por meio de comparação que realizamos, dos diversos modelos/técnicas usadas pelas entidades em estudo, com elementos fornecidos pelos entrevistados.

Podemos caracterizar a atuação da banca no quesito análise e concessão de crédito em três eixos:

- No primeiro caso que chamaremos de método subjetivo: Consiste no facto da decisão de concessão de crédito basear-se no conjunto de atributos que o tomador de crédito possui ex. a idoneidade, capacidade de gestão, a capacidade de pagamento da dívida (recursos disponíveis) entre outros, aplicáveis sobre tudo a pessoas singulares.
- Quanto ao segundo método é caracterizado por acompanhamento e decisão direta das entidades superiores da administração do banco.
- Um outro modelo usado é o processo burocrático despersonalizado ou prudencial, onde, as decisões de cedência de crédito resultam de um longo procedimento com fases distintas e intervenientes, imprescindíveis para o desfecho do processo decisor do crédito (mistura de vários modelos e procedimentos administrativo).

Esta é a leitura que resulta do conteúdo das entrevistas realizadas aos gestores/analistas de crédito dos bancos em estudo.

Apesar das práticas dos modelos acima expostos, devemos realçar que o Banco Nacional de Angola, enquanto órgão competente para disciplinar as ações dos bancos comerciais, emanou instrumentos orientadores de carácter obrigatório a serem seguidos, no que se refere a modelos e procedimentos para concessão de créditos.

O banco central apesar de ter ditado normas e princípios que devem regular o processo de atribuição de crédito deixou ainda uma margem, dentro do qual, os bancos comerciais se podem mover. O art.1/nº 1 diz que os bancos devem classificar os créditos, as garantias prestadas em ordem crescente e criar modelos ou indicadores que ajudem resumir num único número as perdas inesperadas de uma carteira de empréstimos em decorrência de mudanças na qualidade de crédito dos devedores para execução do *Scoring*.

Assim, os bancos ainda detêm alguma autonomia, que aos poucos vai desaparecendo com o movimento do banco central cada vez mais intenso orientado no sentido de se ajustar este padrão com o internacional. Esta margem, ainda que menor e cada vez menor, constitui um sinal de perigo que deve ser acompanhado de instrumentos corretivos para não resultar em fissuras reais no sistema bancário nacional.

As principais razões que se descobre para o número alarmante de incumprimento são a fiabilidade do sistema, quer de informação estatística, civil, contabilística e celeridade

dos tribunais, que contribuem na eficácia dos processos de decisão para concessão de crédito e nos modelos de gestão do risco de crédito.

Uma questão importante que faz sentido colocar é, podem os bancos minimizar ainda mais a margem de incumprimento? Os nossos entrevistados quanto a isto divergem. Alguns afirmam que podem os bancos introduzir no contrato uma cláusula que obrigue o tomador a aceitar um representante do banco nos conselhos de administração, apenas como auditor externo, ou supervisores, de forma a garantir maior rigor e transparências na gestão das empresas.

Quanto as expectativas do desempenho da banca nos próximos tempos; é excelente, ou seja, se prevê-se esperançosa. Com a busca de diversificação da economia virá a procura de capital para alavancar milhares de projetos de investimentos que vão alimentar os fluxos financeiros tendo os bancos no centro, aumentando o volume de negócio.

De tudo o que acima se expôs, constata-se que, dos modelos que se usam internacionalmente, os bancos comerciais em estudo utilizam apenas os modelos de *scoring*, a simulação histórica e métodos dos indicadores financeiros. Estes modelos são os que mais se ajustam à realidade do país, quer em relação ao grau de desenvolvimento da banca nacional neste momento, quer ao facto de serem mais concretos na resolução dos problemas reais que possuem.

Sugestão

Sugerimos aos bancos comerciais o domínio das ferramentas usadas pelas grandes entidades financeiras. O crescimento e desenvolvimento da banca nacional e a entrada de novos investidores internacionais no processo da diversificação da economia Angola, que se prevê ser breve, enfrentará outros tipos de riscos com um grau de complexidade diferenciado do atualmente existente.

Perspetiva para futuras investigações

Para outras investigações no futuro, poderemos alargar o estudo empírico e a metodologia utilizada para outras instituições financeiras angolana, comparando as diferentes performances, posições financeiras, níveis de alavancagem, crédito, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ❖ Admati, A. e Hellwig, M. (2013). *The Banker New Clothes – What’s Wrong with Banking and What to do about it*. 1ª Edição. Lisboa: Gradiva
- ❖ Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia de investigação em Psicologia e Educação*, 3ª edição. Braga: Psiquilíbrios.
- ❖ António S. B. (1995). *A gestão do crédito como vantagem comparativa*. 3ª Edição. Porto: Edição Vida Económica.
- ❖ Barros, P. C. (2007). *Avaliação Financeira de Projectos de Investimento*. Lisboa: Escolar Editora.
- ❖ Basu, R., John, W. & Sons. (1995). *Strategic Credit Management*. New York.
- ❖ Bell, J. (1997). *Como Realizar um projecto de investigação*. 3ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- ❖ Bessis, J. (2011). *Risk Management In Banking*. England: Third Ed.
- ❖ Bethlem, A. (1999). *Estratégia empresarial*. 2ª Edição. São Paulo: Edição Atlas.
- ❖ Blatt, A. (1999). *Avaliação de risco e decisão de crédito. Um enfoque prático*. São Paulo: Edição Nobel.
- ❖ Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação fundamentos, métodos e técnicas*. Porto: Editora.
- ❖ Carlos, P., Ricardo, V., Mara M., & Elisabete, V. (2011). *Risco Financeiro*. 1ª Edição. Porto: Edição Sílabo.
- ❖ Carvalho, F., José N., & António, C. (2011). *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: Escolar Editora.
- ❖ Cousserges & Suilvie. (1999). *Geston de la Banque*. 2ª Edição. Paris: Dunod.
- ❖ Danielsson, J. & Vries, C.G. (1997). *Value-at-Risk and Extreme Returns*. Mimeo. Tinbergen Institute Rotterdam.
- ❖ Dias, J. & Maria, A. M. (1982). *Planeamento organizacional. Conceito e tendências*. Rio de Janeiro: LTC.

- ❖ Domingos, F. (2008). *Swaps e Outros Derivados, Gestão de Risco e Especulação*. Lisboa: Edição Sílabo.
- ❖ Eduardo, S. S., Carlos, M., Mário Q. & Adalmiro, P. (2013). *Finanças e Gestão de Riscos Internacionais*. Porto: Edição Vida Económica.
- ❖ Eduardo, S.S. (2015). *Gestão de carteiras – Rendibilidade e Risco*. Porto: Vida Económica.
- ❖ Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Brasil: Edição Universidade.
- ❖ Graham, A. (2000). *Measuring Credit Risk*. Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers.
- ❖ Grawitz, M. (1986). *Méthodes des sciences sociales*. Paris: Septième edition ed. Dalloz,
- ❖ Heffernan, S. (1996). *Modern Banking in Theory and Practice*. Wiley.
- ❖ Hugo, M. (2013). Citado pelo Cruz I. (1998). *Gestão do Risco de Crédito Bancário às PME's Portuguesas*. Coimbra: Faculdade Economia.
- ❖ Jacinto, C. (1999). *Gestão do crédito bancário*. 1ª Edição. Lisboa: Ulmeiro.
- ❖ João, C. N. (2005). *Análises Financeira técnicas fundamentais*. Lisboa: Texto Editores
- ❖ João, J. S. F. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Brasil: Universidade Estadual do Ceará
- ❖ Koch, T.W. (1992). *Bank Magement*. 2and. Ed.Fort Warth. TX: Dyden Press.
- ❖ Luís, S., Rui, C., & Maria, C. A. (1996). *Instrumento fundamentais da gestão financeira*, 1ª edição. Lisboa: Edição Universidade Católica.
- ❖ Maria, E. N., & Ana, P. Q. (2013). *Carteira de Investimento, Gestão e avaliação do desempenho*. Coimbra: Editora ALMEDINA.
- ❖ Mckinsey. (1997). *Measuring Credit Portfólio Risk: Incorporating Macroeconomic Migration Analysis, Technical Report*. Edit. McKinsey.
- ❖ Paulo, A. (2011). *A Banca e as PME – O guia completo sobre a banca e as PME*. Porto: Vida Económica.

- ❖ Paulo, V. C. (2009). *Fundamento da Gestão de Crédito*. Portugal: Editora Sílabo.
- ❖ Perterson, A. H. (1998). *Credit scoring*, *Credit Union Magazine*.
- ❖ Parkinson, K.L., & Ochs, J. R. (1998). *Using credit screening to manage credit risk*, March, *Business Credit*.
- ❖ Porfílio, F.A.J., Couto, G. & Lopes, M. (2004). *Avaliação de Projectos, da Análise Tradicional às Operações Reais*. Lisboa: Edição Publisher Team.
- ❖ Richard, A. B., & Stewart C. M. (1992). *Princípios de finanças empresariais*, 3ª edição. Lisboa: McGraw-Hill.
- ❖ Richard, A. B., & Stewart, C. M. (1998). *Princípios de finanças empresariais*, 2ª edição. Lisboa: Edição McGraw-Hill.
- ❖ Saunders, M. A. (2000). *Medindo o risco de crédito: novas abordagens para o value at risk e outros paradigmas*. Brasil.
- ❖ Schrickel, W. K. (1997). *Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos*. 3ª edição. Brasil: Editora Atlas.
- ❖ Schrickel, W. K. (1998). *Análise de Crédito, Concessão e Gerência de Empréstimos, Os "4 C" de Crédito*. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas.
- ❖ Silva, J. P. (1997). *Gestão e análise de risco de crédito*. São Paulo: Edição Atlas.
- ❖ Silva, M. & Queirós, P. (2010). *Finanças e Gestão de Riscos Internacionais*. Porto: Edição Vida Económica.
- ❖ Stewart, G. B. (1991). *The Quest for Value: The EVA[®] Management Guide*. *HarperBusiness*, 3ª edição. São Paulo: Edição Atlas.
- ❖ Tversky, A. & Kahneman, D. (1982). *The Framing of Decisions and the Psychology of Choice*, *Science*.
- ❖ Ussman, M. A. (2004). *Empresas familiares*, 1ª Edição. Lisboa: Sílabo
- ❖ Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planeamento e métodos*, 3ª edição. Porto: Edição Alegre.

Webgrafia:

- ❖ Bastos, N. T. (1999). Avaliação de desempenho de bancos brasileiros baseada em criação de valor económico. Revista de Administração, v. 34, n.3., São Paulo, Junho/Setembro, p.34-59.
- ❖ Bernanke, B. S. (2008). Gestão de risco em instituições financeiras No Federal Reserve Bank of Chicago Conferência Anual sobre a Estrutura do Banco e da Concorrência, Chicago. Disponível em em <http://www.federalreserve.gov/newsevents/speech/bernanke20080515a.htm>. 24 de Outubro de 2015.
- ❖ BNA. (2014). Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Nacional de Angola, www.bna.ao, Acesso em 19-03-2014.
- ❖ BNA. (2013). Implementação do Amortecedor de Capital Contracíclico em Angola, Disponível em arquivo <http://www.bna.ao/uploads/%7B0a5f9d97-b784-40e3-b620-10dcd4bdd597%7D.pdf>, Acesso em 20-08-2015.
- ❖ Bruett, T. (2002). Manual de técnicas de gestão microfinanceiras: programa de desenvolvimento institucional. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em 1-12-2014. Brasil: BNDES.
- ❖ Carneiro, L. F. F., Vivan, A.G. F. & Krause, K., (2004). O novo acordo da Basileia – um estudo de caso para o contexto brasileiro. Disponível em 24 de Novembro de 2011, em <http://www4.bcb.gov.br/pre/inscricaoContaB/>.
- ❖ European Foundation for Quality Management (2005). EFQM Framework for Risk Management, European Foundation for Quality Management, Brussels;
- ❖ Figueiredo, R. P. (2001). Gestão de riscos operacionais em instituições financeiras uma abordagem qualitativa. Universidade da Amazônia. Disponível em <http://www.risktech.com.br/PDF>. em 24 de Novembro de 2011. Brasil: UNAMA
- ❖ Lei nº13/05 de 30 de Setembro, Lei das Instituições Financeiras, disponível em <http://www.bna.ao>, Acesso em 22/01/2015.
- ❖ Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado (2015). Disponível em <https://www.minfin.gv.ao/docs/rf.pdf>, extraído aos 09/04/2015, pelas 09h:00, P.P.13-45.

Dissertação de Mestrado:

- ❖ Conceição, A. (2013). *O Crédito Concedido às Empresas: Antes e no Decorrer da Crise Mundial. Análise e Gestão do Risco de Crédito*. Lisboa: Faculdade de Contabilidade. (Dissertação de Mestrado), 2013.
- ❖ Etanasse A. (2012). *Gestão de Risco de Crédito nos Bancos Comerciais de Moçambique*. Moçambique: Faculdade de Economia de Eduardo Mondlane. (Dissertação de Mestrado), 2012.
- ❖ Mendes, R. S. A. (2013). *Transição de Basileia II para o Basileia III. Qual o enfoque que é dado aos riscos nos acordos de Basileia?* Lisboa: ISEG (Trabalho Final de Mestrado), 2013.

ANEXOS: GUIÃO DAS ENTREVISTAS

* Questões realizados aos gestores de risco de crédito nos cinco maiores bancos de Angola

- 1) Quais as suas habilitações académicas de base? Que outras formações possui? Que razões para as obter?
- 2) Considera a formação como uma mais-valia? Se sim, de que forma?
- 3) É professor Universitário? Se sim, em que instituições e áreas?
- 4) Qual o seu percurso profissional? Por que razões ocorreram essas mudanças /se tiverem existido)?
- 5) Qual o perfil académico típico de um Gestor financeiro/Analista de crédito? Considera que se enquadra nesse perfil? Porquê?
- 6) Qual o tipo de crédito é oferecido maioritariamente pelo seu banco?
- 7) Quais são os processos mais relevantes para análise de risco de crédito?
- 8) Que tipos de risco de crédito são mais importante para o seu monitoramento?
- 9) Avaliando se dentro do que a teoria preconiza na análise e concessão de crédito o recurso ao uso de duas técnicas: a técnica subjectiva e a técnica objectiva. Qual seria aplicável ao banco que gere?
- 10) Como classifica a forma como o processo de decisão na concessão de crédito é conduzido no banco que gere? O banco tem sistematizado todas as variáveis que determinam os comportamentos dos clientes?
- 11) Existem vários modelos teóricos e práticos de mensuração de risco (VaR, Simulação histórica, Análise de cenário, Análise de oscilações hipotéticas, Análise dos efeitos, Modelo de Monte Carlo, Método de *Credit scoring*, indicadores financeiros outros). Qual deles o banco implementa?
- 12) O banco possui um modelo de gestão de risco de crédito? Indique as principais vantagens do modelo de gestão de risco de crédito aplicado no seu banco?
- 13) O Índice de Sharpe, criado por William Sharpe, como indicador que permite avaliar a relação entre retorno e o risco dos fundos, é aplicável a realidade do seu banco? Não Porquê?
- 14) Quais as variáveis que influenciam a capacidade dos tomadores de crédito no banco em pagar o crédito concedido? O Banco desenvolve actividades de gestão de risco de crédito?

- 15) Quais dos elementos o banco considera importantes na gestão da análise de risco de crédito?
- 16) Quais os critérios de avaliação do risco de crédito que o banco mais valorizava/valoriza para a concessão de crédito às empresas/particulares?
- 17) Actualmente deparamo-nos com taxas de incumprimento cada vez mais elevadas. O banco tem condições para ajudar as empresas e particulares em risco de incumprimento? Quais as expectativas para esta taxa nos próximos anos?
- 18) Qual as suas expectativas quanto as alterações verificadas na procura e oferta de crédito às empresas no sector bancário e bem como as expectativas nos próximos anos?

Anexo 2: Análise de Conteúdo

| Bloco | Categoria | Subcategoria | Indicadores | Observações |
|----------|-----------------|-------------------|--|--|
| Formação | Nível Académico | Apenas Licenciado | <p>“Licenciei-me em Gestão Financeira na Faculdade Jean Piaget Benguela, atualmente Instituto Superior Politécnico de Benguela. Estendi a minha formação com um curso de análise de risco de crédito ministrado pela Deloitte” – Entrevistado A.</p> <p>“Tenho a licenciatura em Contabilidade e Finanças na Faculdade Jean Piaget Benguela, atualmente Instituto Superior Politécnico de Benguela. O entrevistado referiu que fez uma formação em Contabilidade Financeira Avançada, Contabilidade Geral Avançada, Plano de Negócio, Formação de Crédito pelo seu banco em parceria com a Deloitte.” – Entrevistado B.</p> <p>“Só Licenciado em Contabilidade Superior de Gestão, estendeu sua formação a Banca e</p> | Os entrevistados são Licenciados, Bacharel e Mestre em diferentes áreas da gestão e contabilidade, sendo que o entrevistado B estendeu a sua formação académica com duas Pós-Graduações. |

| | | | | |
|--|-----------------------------------|-----------------------|--|--|
| | | | Macro Economia” – Entrevistado D. | |
| | | Mestre e Pós-Graduado | <p>“Mestrado em Finanças pelo ISCTE-IUL; tem duas Pós-Graduações, uma em Mercados Financeiros pela Universidade Técnica de Lisboa outra em Gestão da Qualidade pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde-Sul – Entrevistado C.</p> <p>“Bacharel em Economia, possui outra formação como: Operação Bancária, atendimento aos Clientes, Técnicas de Vendas” – Entrevistado E.</p> | |
| | Ordem Técnicos Oficiais de Contas | OC | “Pertença a Ordem dos Contabilistas em Angola.” – Entrevistado E. | O entrevistado pertence à Ordem dos Contabilistas em Angola, porém esta prática fornece mais conforto ao entrevistado E do que os restantes, uma vez que é OC. |

| | | | | |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|---|---|
| | <p>Importância da Formação</p> | <p>Formação como mais – valia</p> | <p>“É uma mais – valia pois permite munir os técnicos de capacidade analítica teórica suficientes para análise de documentação técnica que envolve a avaliação de risco dos particulares e empresas” Entrevistado A e B.</p> <p>“Claro que sim! [para munir o nível de conhecimento], é esta a minha política e também é esta a política que eu tenho para o meu Staff” – Entrevistado C.</p> <p>“Considera a formação como uma mais-valia para alargar o conhecimento sobre o determinado tema, que muitas das vezes são faladas de forma muito resumida e com a formação teremos oportunidades de debruçar de forma mais incisiva sobre o risco de crédito bancário e combater crimes financeiros (lavagem de dinheiro, branqueamentos de capitais, burlas entre outros)”- Para os entrevistados D e E.</p> | <p>Os entrevistados A e B mostraram uma postura passiva no que se refere a formação, e apesar de tal, reforçaram que pretende aumentar o seu nível de formação.</p> <p>O entrevistado B, tem mais experiência revelou uma postura bastante positiva no que diz respeito a formação, como meio de combater crimes financeiros.</p> <p>Da mesma forma, o entrevistado C mostrou uma atitude positiva a nível de formação, tanto como para ela como para sua Staff, salientado como uma ferramenta para munir o nível de conhecimento e uma arma para combater as desigualdades.</p> <p>Contudo os entrevistados D e E, apresentaram uma postura bastante convincente relativamente ao ensino.</p> |
|--|--------------------------------|-----------------------------------|---|---|

| | | | | |
|--|--|--------------------------|--|---|
| | | | | Salientando como um instrumento para combater crimes financeiros (lavagem de dinheiro, branqueamentos de capitais, burlas entre outros). |
| | | Docente Universitário | Os entrevistados A e C não possuíram experiência como Docente. “Já possuímos experiências como professores o que permitiu nos tornarmos mais profissionais” – os entrevistados B e E. O entrevistado D afirma que “gostaria de passar o pouco conhecimento que tem a mais pessoas. Infelizmente não posso por falta de tempo”. | Todos os entrevistados afirmaram que nunca tiveram experiência como professores universitários. Já o entrevistado B, apesar de não ter tido tal experiência como professor universitário, afirmou que trabalhou como professor voluntário na escola missionária na Província do Lobito no Bairro do Porto. O entrevistado E afirmou: “Só professor do Instituto Médio de Administração e Gestão na área de contabilidade financeira, informática aplicada a contabilidade e gestão”. |
| | | Percurso | “O meu percurso profissional foi feito | Conforme podemos concluir da análise |

| | | | | |
|--|---|---------------------|--|---|
| | <p>Percurso e Perfil típico do Gestor/Analista de Crédito</p> | <p>Profissional</p> | <p>integralmente na banca, ou seja no mercado bancário desde a saída da faculdade. Só analista de risco de crédito há cinco (5) anos, e como tal não houve mudanças”. – Entrevistado A.</p> <p>“Trabalhei em diversos lugares, Profissionalmente trabalhei como motorista de um Super mercado Sexta-básica, atualmente não existe, depois como professor voluntário. No terceiro ano da Licenciatura [em 2009/2010] fiz o exame de admissão no Banco. Hoje sou subgerente do banco e analista de risco” - Entrevistado B.</p> <p>“O meu percurso profissional tem sido, essencialmente, na atividade bancária como gerente há mais de 10 anos e como tal não houve mudanças”. – O entrevistado C.</p> <p>Já o entrevistado D afirmou: “estou nesta área, Diretor regional e Comercial, a mais de</p> | <p>das entrevistas, o percurso profissional dos entrevistados encontra-se pautado por uma enorme especialização e segmentação da respetiva atividade. Com efeito, as respetivas organizações exigiram-lhes ao longo do seu percurso um crescente domínio da área de intervenção, de que é testemunha o facto de terem circulado pouco por outros departamentos ou terem circulado entre departamentos contíguos/afins.</p> <p>Assim, os entrevistados tem experiencia na banca, mais propriamente na área da análise do risco de crédito sendo que: o entrevistado D está com um vasto percurso profissional, não somente na banca que gere, como podemos conferir na entrevista grande parte do seu percurso profissional fê-lo no mercado</p> |
|--|---|---------------------|--|---|

| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| | | | <p>11 anos. Sendo que 5 no BIC e os demais anos neste banco.</p> <p>“O percurso profissional foi feito na banca há 6 anos afirmou: já trabalhei como caixa, tesoureiro, Gestor de contas e Responsável de Agencia do banco. Em 2010 fiz o exame na educação admitido como professor na área de contabilidade financeira, informática aplicada a contabilidade e gestão”. Entrevistado É.</p> | <p>bancário. Todavia, o entrevistado A, salientou que fez todo o seu percurso na banca desde a saída da faculdade. Da mesma forma o entrevistado C afirmou que o seu percurso profissional foi feito integralmente na banca. Todavia, o entrevistado B e E têm um percurso profissional na atividade bancaria e como professor.</p> |
| | | <p>Perfil Acadêmico do um Gestor/Analista de crédito</p> | <p>“Não sei dizer o perfil acadêmico típico de um administrador. Creio não existir um perfil pré-concebido para se ser administrador do banco, se assim fosse seria possível dizer, qual é o administrador perfeito algo que sabemos ou seja, “para além da formação académica o banco tem formação profissional, a avaliação do gestor/analista de crédito é feita com base no empenho,</p> | <p>Os entrevistados B, C, D e É defendem a mesma questão, argumentando que não existe um perfil adequado para se ser analista do risco de crédito, sendo que não existe um nível acadêmico típico de u analista do risco de crédito, o entrevistado A, afirmou que deve estar munido de um leque grande de informações e competências técnicas.</p> |

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| | | | <p>capacidade comercial que ele tem de convencer o cliente adquirir o produto do banco e a equipa do banco a trabalhar”. Por outro lado, o ano e o nível de experiência profissional do gestor faz parte também do perfil de um bom gestor ou analista de crédito”. – O Entrevistado B.</p> <p>“Creio que o analista de crédito deve estar munido de um leque grande de informações e competências técnicas nas áreas das finanças, jurídica e estatística”. – Entrevistado A.</p> <p>“Não somos defensor de que para ser um bom analista de crédito seja necessário ter um nível académico elevado basta ser responsável e com motivação, pode realmente ser um bom administrador”. Afirma os Entrevistados C e D.</p> <p>“O perfil académico de um analista de crédito é indiferente, desde que exista as</p> | <p>Segundo Angeloni (2003), os conhecimentos são um dos fatores intervenientes no processo de decisão. Existem fatores que permite o analista de crédito refletir a política de decisão concessão de crédito.</p> |
|--|--|--|---|---|

| | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------|---|--|---|
| | | | competências de gestão são de outro nível”. Entrevistado E. | |
| Crédito e o Risco Bancário | Modalidades de Créditos | Tipo de Crédito no Sector Bancário Angolano | Os tipos de créditos oferecidos maioritariamente no banco são: crédito documentário (cartas de crédito importação e exportação, garantias bancárias) e o crédito por desembolso (contas correntes caucionadas descobertos, crédito ao investimento). – Mencionou o entrevistado A. Os créditos à particulares (o crédito ao consumo, crédito ordenado “adiantamento salarial, descobertos” e o crédito automóvel e empresas (contas correntes caucionadas, carta de crédito (importação), descobertos, empréstimos de curto prazo). É oferecido maioritariamente no banco dos entrevistados B e E. “Os créditos oferecidos maioritariamente no | Observámos diferentes tipos de créditos oferecidos no sector bancário angolano. Contudo, segundo Jacinto Cabido (1999, p31), Cada um destes créditos, pela sua importância devem ser concedidos baseados em informações completas e bem fundamentadas, de boa-fe, atuando diligentemente e com precaução adequada, sempre no melhor interesse da empresa e dos acionistas, para evitar, assim, os inconvenientes de imobilização “causa grave de crises bancárias” que fundamentalmente, representa um risco e um custo Esta modalidade de créditos garante conforto aos acionistas. Mas em termo macroeconómico não é o correto para o estado porque de facto, |

| | | | | |
|--|---------------------|-------|---|--|
| | | | banco por norma são as contas correntes caucionadas, os descobertos em DO e os financiamentos na modalidade de crédito automóvel”. – Entrevistados C e D. | este tipo de controlo acionista afeta as políticas do governo, tal como defendem alguns teóricos como: Stulz-1988, Harris e Raviv-1988, etc. |
| | Modalidade de Risco | Risco | <p>“Temos vários tipos de risco, mais alguns são monitorados com maior frequência, normalmente o risco do cliente, o risco da operação e o risco de mercado”. – Segundo os entrevistados A e B.</p> <p>“Emprestar a pequenas empresas é o mais arriscado do que as grandes. Empréstimos a médio longo prazo, por norma, são mais arriscados que a curto prazo. Muito embora</p> | <p>Segundo Basu Rolfes (1995, p61) no sector bancário o risco é definido como a probabilidade de o cliente pedir o empréstimo e não honrar com os contratos estabelecidos, levando o crédito em causa, para a situação de incumprimento”.</p> <p>Segundo os entrevistados A e B os códigos de deontologia do BNA visam</p> |

| | | | | |
|--|--|------------------------------|--|---|
| | | | <p>os princípios de crédito se apliquem às empresas independentemente da sua dimensão, os recursos financeiros e de gestão das pequenas, são, regra geral, mais limitados”. – Para os entrevistados C e D.</p> <p>No conjunto da sua atividade o banco esta exposta há múltiplos riscos, tal consta no próprio relatório e contas do BNA desde o chamado risco de liquidez, de insolvência, de taxa de câmbio, operacional risco bancário e o risco de incumprimento. Esses resultam do ramo de atividade idoneidade da empresa, para o seu monitoramento é muito importante pois reduz o custo financeiro do banco.</p> | <p>atenuar os riscos existentes, assim como permite criar uma lista de risco com o fim de antecipá-los e poder prevenir.</p> <p>Ao passo que, o entrevistado E afirma que, o ramo de atividade idoneidade da empresa é o arriscado.</p> <p>Assim, o propósito da gestão do risco segundo Paulo Carvalho (2009, pp34-35) não deve ser evitar os acontecimentos desfavoráveis, mais sim adotar um perfil conservador do risco de crédito baseado num conjunto de políticas e orientações estabelecidas em função dos auxílios de modelos de classificação, avaliação do risco de crédito e estratégias de gestão de risco utilizado pelo sector bancário.</p> |
| | | Dividida com a Administração | <p>“Fomos analisando quase em conjunto [a decisão de fabricação de um novo produto], informalmente, quer dizer, estamos no dia-a-dia e eu estou ligado e acompanhando a Administração no dia-a-dia. Claro que depois</p> | |

| | | | | |
|------------------------------------|--|---|---|---|
| | | | essas decisões de investimento são efetivamente tomadas por mim e pela Administração, em conjunto.” – Entrevistado A | |
| Análise do Risco de Crédito | Processo de análise e concessão de crédito | Documentação Legal e Demonstrações financeira | <p>“Documentação legal, demonstrações financeira (Balanço e demonstração de resultados e as projeções dos indicadores financeiros), histórico bancário, o sector de atividade e a conjuntura económica. Deste alegam os entrevistados A e B.</p> <p>” Para um processo mais relevantes temos por norma todos os documentos financeiros, que cujas garantias, cubram a totalidade da operação (colateral em conta a ordem ou em conta a prazo) na ordem dos 120%. – Afirmam os entrevistados C e D.</p> <p>“Digamos os ramos de catividades, mercado, localização da empresa, rendimento, tipos de sociedade, fontes de reembolsos e saldo</p> | <p>Segundo Blatt (1999), A análise do risco de crédito é um processo organizado para analisar dados, de maneira a possibilitar o levantamento das questões certas acerca do tomador do crédito. Este processo cobre uma estrutura mais ampla do que simplesmente analisar o crédito de um cliente e dados financeiros para a tomada de decisão com propósitos creditícios.</p> <p>“é indispensável o uso dos documentos legais e financeiros pois diagnosticam com exatidão a rendibilidade da empresa”. – Os entrevistados A e B.</p> <p>“Os documentos legais e financeiros é</p> |

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <p>médios, Documentos Lega e financeiro do Cliente”. Indicou o entrevistado E,</p> | <p>importante no processo da análise de decisão para concessão de crédito as empresas e particulares mais não é o suficiente para tirar conclusão. É fundamental o uso de todos os processos”.- Defendem os entrevistados E e C.</p> |
|--|--|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>Modelos e técnicas de análise e avaliação do risco de crédito</p> | <p>Modelos e técnicas Objetivos e Subjetivos</p> | <p>“Os modelos e técnicas internas previamente estabelecidos distribuídos pelos analistas de risco de crédito, é a técnica objetiva, mas nenhuma análise de risco de crédito, por mais sofisticada que seja metodologia aplicada está isenta de subjetividades”. De acordo com a afirmação dos entrevistados A e E.</p> <p>“Utilizamos as duas técnicas isto é, objetivas e subjetivas. A técnica subjetivas permite: identificar características do tomador de crédito; analisa a idoneidade do cliente; identificar fatores subjetivos de capacidade e de capital para assumir o crédito; fazer emergir outras soluções e opções durante o processo de concessão de crédito; flexibilizar o processo de decisão naqueles aspetos não técnicos; avaliar se o devedor irá honrar com suas dívidas no momento correto; e determinar a saúde financeira do tomador do crédito (nível de endividamento). – Os</p> | <p>“A primeira diz respeito a técnica baseada no julgamento humano e a segunda é baseada em processos estatísticos e econométricos”. – Segundo os entrevistados B, C e D.</p> <p>Fundamenta Basto (1999) que, estas técnicas “baseiam na experiência adquirida, disponibilidade de informações e sensibilidade de cada analista quanto a aprovação do crédito. Porém, o processo de análise destas técnicas será mais consistente quando utilizadas em conjunto, podendo existir inúmeras soluções para cada situação de concessão, sendo certo que a análise pode fazer emergir opções durante o processo decisório.</p> <p>Bessis (1998, p.81) citado por Brito (2005) o risco de crédito pode ser</p> |
|--|--|--|--|--|

| | | | | |
|--|--|--|-------------------------|---|
| | | | entrevistados B, C e D. | determinado pelas perdas geradas por um evento de <i>default</i> do tomador ou pela deterioração da sua qualidade de crédito não por um processo de concessão de crédito mas o uso das duas técnicas fazem emergir opções durante o processo decisório. |
|--|--|--|-------------------------|---|